

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Tiemi Kayamori Lobato da Costa

Indígenas e não indígenas na administração pública:
Uma etnografia da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND) do Amazonas.

Curitiba
2013

Tiemi Kayamori Lobato da Costa

Indígenas e não indígenas na administração pública:
Uma etnografia da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND) do Amazonas.

Dissertação de Mestrado em Antropologia Social apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da Professora Doutora Ciméa Barbato Bevilaqua.

Curitiba
2013

Indígenas e não indígenas na administração pública:
Uma etnografia da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND) do Amazonas.

Tiemi Kayamori Lobato da Costa

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani

Prof. Dra. Edilene Coffacci de Lima

Prof. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua

Agradecimentos

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa que me permitiu realizar o mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, seus funcionários e professores.

A todos os colegas e amigos do mestrado, do NAPER (Núcleo de Antropologia da Política, Estado e Relações de Mercado) e do NEA (Núcleo de Estudos Ameríndios). Obrigada por aguentarem meus comentários (às vezes sem sentido) e por terem contribuído imensamente com esse trabalho. Gostaria de citar os professores Miguel Carid Naviera, Marcos da Silva Silveira, João Rickli e Maria Inês Smiljanic; e alguns colegas sempre presentes: Elton Colini, Fernando Ciello, Guilherme Nanini, Karina Coelho, Gabriela Becker, Cristopher Felipe Ramos, Victor Castillo de Macedo e Joelcyo Veras Costa.

Agradeço especialmente as professoras Edilene Cofacci de Lima, fundamental em toda a minha formação acadêmica como professora, orientadora e pessoa; a Rosângela Digiovanni, que me incentivou a prestar a seleção de mestrado (mesmo eu achando que não conseguiria); e a Laura Perez Gil, pelos comentários na banca de qualificação, e pelo exemplo a ser seguido.

Aos meus colegas do Grupo de Etnologia Urbana (GEU) e ao Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo: Ana Fiori, Ana Sertã, Flavia Belletati, José Agnello, Rodrigo Chiquetto e Yuri Tambucci pela acolhida, pela amizade, e pelas aventuras amazônicas. Mesmo de longe, vocês fizeram parte de todas as etapas de construção desta dissertação.

Agradeço igualmente ao Prof. José Guilherme Magnani, por viabilizar este ‘intercâmbio’ e, principalmente, pelo entusiasmo e valiosas observações.

Agradeço imensamente aos meus amigos Angelita, Gabi, Nat, Fer, Rafa, Gustavo (Gnomo), Mema, Paulera, Taci, Betinha, Raysa e Soneca. Não sei o que seria de mim sem vocês!

Agradeço a todos os servidores e amigos da SEIND. A dissertação só foi possível porque vocês me receberam de braços abertos: secretário Bonifácio, a prof. Ozenete, José Mario, Rose Meire, Cristiano, Ageu, Deniziu, Sinésio, Rafael, Miquelina, Amarildo Maciel, Rosa dos Anjos, Claudio Pequeno, Jurandir, Zuza, Antônia, Amarildo Tukano, Darcy, Miguel Maia, Keli, Tarcila, Karlene, Dorotéa, Luciene, Linda Marubo, Rosi, Vielo, Weminsont, Adail, Dyene, Lobão, Isaac e Valdemir. Gostaria de registrar um especial agradecimento a querida Chris Lopes, com quem muito aprendi.

A todos que fizeram parte da minha vivência em Manaus: minhas manas Andreza e Lucie, e todos os amigos Sateré-Mawé de Y'apyrehyt, Waikiru e Hywy.

A minha família, em particular meu pai, Mario, e meus irmãos, Lucas e João. Obrigada pelo carinho, paciência e amor, sempre incondicional.

A minha orientadora, Ciméa B. Bevilaqua, uma das pessoas mais incríveis que já conheci. Obrigada por tudo!

Resumo

O presente trabalho consiste em uma etnografia do processo de *estar e fazer* uma administração pública tanto por servidores indígenas quanto não indígenas. Tomo como ponto de reflexão uma instituição brasileira: a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), órgão vinculado ao poder executivo do estado do Amazonas, Brasil, criado a partir da Lei 3.403 de 2009. Busca-se refletir sobre o recente protagonismo de agentes estatais indígenas na administração pública e, assim, voltar o olhar para a uma forma estatal que emerge a partir do reconhecimento da diferença.

Através da etnografia foi possível notar que a forma com que os servidores indígenas se percebem em tal processo implica na continuidade de um projeto político que, até então, havia tido seus principais desdobramentos através de organizações e associações vinculadas ao “movimento indígena”. Ao mesmo tempo em que o surgimento da SEIND possibilita a ocupação de um lugar de poder inédito na estrutura estatal, estar em tal posição também significa entrar em consonância com um novo universo político e certa *ordem e forma* da organização estatal brasileira.

O acompanhamento das atividades cotidianas na SEIND demonstrou que o imbricamento entre diferentes formas de *estar* na administração pública imprimem grande fluidez às concepções de ‘Estado’ e de ‘indianidade’. Assim, as rotinas administrativas, a percepção dos servidores a respeito de seus trabalhos, e as interações interinstitucionais, recriam e atualizam tal dualidade de diferentes formas: “Estado” e “índios”, “governo” e “movimento indígena”, “técnica” e “política”, “indígenas” e “não indígenas”. A articulação de ambos universos políticos demonstrou grande criatividade por parte dos servidores que, frente ao baixo orçamento da instituição, utilizam a experiência adquirida nas associações e organizações indígenas para fundamentar diferentes estratégias de gestão. Argumento que esse espaço de negociação entre um pólo supostamente “indígena” e outro “Estatal”, ou seja, esta permanente confluência, acabaria por produzir a SEIND em sua especificidade enquanto forma de administração pública e enquanto projeto político indígena.

Palavras chave: Administração pública; Indígenas; Estado.

Sumário

Introdução	09
a. A Seind, um breve histórico	15
Capítulo 1: Rotinas, papéis e demandas	26
1.1 Chegando à SEIND	26
1.2 O 'Campo' de papéis	31
1.3 As demandas	37
Capítulo 2: Espaços, despachos e pessoas	51
2.1 Movimentos e Hierarquias: a organização interna da SEIND	51
2.2 Tomando providências: a movimentação de papéis e relações	61
Capítulo 3: Burocratas, técnicos, líderes e representantes: os servidores da SEIND ..	72
3.1 Articulando um quadro de servidores indígenas e não indígenas	72
3.2 Pensando a indianidade: distinções e divisões	79
3.3 Representantes e representatividades	81
3.4 Integrando leis, papéis e pessoas	85
Capítulo 4: Instituições, projetos e ações	97
4.1 Os Projetos	98
4.1.1 Um exemplo: o projeto do BNDES	100
4.2 O Comitê Gestor	104
4.2.1 Um exemplo: a Arca das Letras	116
4.3 A produtividade do Estado	118
Considerações Finais	121
Referências Bibliográficas	124
Anexo I	127
Anexo II	131
Anexo III	135

Lista de Siglas

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

CMA – Comando Militar da Amazônia

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

COIPAM – Coordenação dos Povos e Organizações Indígena do Amazonas

DEAD – Departamento de Administração

DEPI – Departamento de Promoção dos Povos Indígenas

DETNO – Departamento de Etnodesenvolvimento

DOFIN – Departamento Financeiro

FEPI – Fundação Estadual dos Povos Indígenas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FOIRN – Federação da Organizações Indígenas do Alto Rio Negro

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PPA – Plano Plurianual

SDS – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas

SEDUC – Secretaria Estadual de Educação do Amazonas

SEGPLAN – Secretaria de Gestão e Planejamento

SEJEL – Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer

SEIND – Secretaria Estadual dos Povos Indígenas

TAP – Termo de Anuência à Pesquisa

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Lista de Figuras

Figura 1: Abertura da Copa Indígena	12
Figura 2: Equipe da SEIND e a pesquisadora na Copa Indígena de Futebol de Salão	13
Figura 3: Fachada da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND).....	28
Figura 4: Portaria da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND).....	28
Figura 5: A assessora Keli Oliveira na sala da chefe de gabinete, Ozenete Aguiar.....	38
Figura 6: Espaço onde a pesquisadora passou alguns dias tabelando as <i>demandas</i>	52
Figura 7: Planta respectivamente do primeiro e do segundo andar da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas – SEIND.....	53
Figura 8: <i>Funcionograma</i> da SEIND do ano de 2012.....	54
Figura 9: Recorte da planta do primeiro andar da Secretaria – Sala do secretário e de seus assessores, e da chefe de gabinete.....	55
Figura 10: Recorte da planta do primeiro andar da Secretaria – Sala da Secretaria de Gestão e Planejamento, e Departamento de Administração.....	56
Figura 11: Recorte da planta do primeiro andar da Secretaria – Sala do Departamento Financeiro, Sala do Departamento de Atenção aos Povos Indígenas, sala da Assessoria de comunicação e Assessoria Jurídica.....	57
Figura 12: Recorte da planta do segundo andar da Secretaria – Secretaria Executiva Adjunta.....	58
Figura 13: Recorte da planta do segundo andar da Secretaria – Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.....	58
Figura 14: Recorte da planta do segundo andar da Secretaria – Departamento de Etnodesenvolvimento.....	60
Figura 15: Mapa das Terras Indígenas da Amazônia Legal.....	67
Figura 16: Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (DEPI).....	70
Figura 17: Departamento Financeiro (DOFIN).....	71
Figura 18: Macrobacias hidrográficas da Amazônia Legal.....	77
Figura 19: Manual de Integração e Regulamentação Interna da Fundação Estadual dos Povos Indígenas e cópia do Diário Oficial do Estado do Amazonas.....	86
Figura 20: Os servidores Sinésio, Ticuna, e Ageu, Sateré-Mawé, na Sala do Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (DEPI).....	98

Figura 21: Abertura das atividades do <i>Comitê Gestor</i> com a apresentação do grupo Tukano Bayurá.....	108
Figura 22: Mesa de abertura da reunião do Comitê Gestor.....	109

Introdução

No dia 16 de abril de 2012, no município de Manaus, teve início mais uma edição da ‘Copa Indígena’. O evento fez parte de uma sequência de atividades relativas ao ‘Abril Cultural Indígena’, organizado para comemorar o dia do índio, 19 de Abril. O cronograma da comemoração contemplava, além de uma programação esportiva representada pela ‘Copa’, eventos menores que se estenderam até o dia 01 de Março. As atividades foram divididas entre uma “Programação Cultural”, com apresentações artísticas, exposições fotográficas e de artesanato indígena, e uma “Programação Interinstitucional” que, entre outras atividades, realizou palestras sobre “empreendedorismo indígena e sustentabilidade”, e encerrou o ‘Abril Cultural’ através de uma grande reunião onde estiveram presentes instituições de diversas naturezas, relacionadas às políticas públicas para indígenas no estado do Amazonas¹.

As atividades que fizeram parte da comemoração foram organizadas pela Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), através da articulação com diferentes instituições da administração pública e organizações indígenas. Há, por um lado, uma qualidade específica atribuída às atividades realizadas: temos uma *Copa Indígena*, um mês *indígena*, o dia do *índio*, uma programação cultural *indígena*, empreendedorismo *indígena*, e, por fim, uma Secretaria de Estado para os *Povos Indígenas*. Por outro lado, temos a heterogeneidade de tais elementos (supostamente não-indígena) que são chamados a compor um evento maior, *indígena*, onde se reúnem variadas atividades, instituições e pessoas.

Essa heterogeneidade expressou-se na abertura do 'Abril Cultural', que também deu início ao primeiro dia das competições da ‘Copa Indígena’. Realizada na ‘Vila Olímpica de Manaus’ (estrutura da Secretaria da Juventude Esporte e Lazer do estado do Amazonas – SEJEL, com piscina para competições, pista de atletismo e quadras de futebol), a abertura do 'Abril Cultural' reuniu indígenas de Manaus e arredores, o Comando Militar da Amazônia (CMA), e secretarias municipais e de estado.

A abertura do evento ocorreu na arquibancada situada logo a frente do campo de futebol e pista de atletismo – lá também estava montado um pequeno palco. Na parte mais alta da arquibancada encontravam-se oficiais do exército que ocupavam praticamente um terço dela (totalizando cerca de 100 oficiais), todos estavam devidamente fardados e, justamente por este motivo, se destacavam do restante do

¹ Essa reunião será abordada com mais detalhes durante o Capítulo 4.

público. Logo abaixo do palco estava a banda do Comando Militar da Amazônia já afinando os instrumentos para o hino nacional. Na parte central encontrava-se um espaço reservado às ‘autoridades’ (como me foi chamado a atenção quando, sem querer, acabei entrando lá para perguntar a um conhecido onde o pessoal da SEIND estava). Era naquele local cercado, reservado às 'autoridades' e à imprensa, onde também estava montado o 'palco' da onde foram feitos os discursos da abertura.

Distribuído pelo restante da arquibancada estava o público para quem o evento, afinal, se destinava: os indígenas. Àqueles oriundos de Manaus se organizavam de acordo com os grupos ou comunidades a qual pertenciam, por exemplo, a equipe Sateré-Mawé da comunidade Y'apirehyt; já as 'comissões' vindas de outros municípios, reuniam diferentes grupos e comunidades, a equipe do município de 'Novo Airão', por exemplo. Os membros da SEIND (instituição organizadora do evento) estavam 'uniformizados' com as camisetas do 'Abril Cultural' - com exceção do Secretário de estado e alguns de seus assessores, que estavam na parte reservada às ‘autoridades’ e trajavam camisas sociais. O restante dos servidores estava no meio da arquibancada, juntamente com o público indígena.

A solenidade teve início com uma série de discursos realizados, primeiramente, pelo Secretário da SEIND, Bonifácio Baniwa; em seguida pela Secretaria da SEJEL, Alessandra Campêlo; pelo general de Brigada e chefe de Estado Maior do Comando Militar da Amazônia (CMA), José Luiz Jaborandy; pela vice-coordenadora da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Sônia Guajajara; e pelo coordenador da Coordenação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (COIPAM), Fidélis Baniwa. Os nomes reproduzidos anteriormente seguem o formato utilizado pelo mestre de cerimônias que os apresentou ao público antes da realização dos discursos. Enquanto os não indígenas eram apresentados com nome e sobrenome, os indígenas eram chamados pelo nome e etnia.

Apesar da segmentação visual e física da arquibancada entre militares, ‘autoridades’ e indígenas, os discursos da abertura do evento buscaram operar justamente no sentido oposto, tentando enaltecer a forma com que estes diferentes ‘setores’ do público se complementavam e atuavam conjuntamente. O site da SEIND narra esta parte do evento da seguinte forma:

“Na abertura do evento, o titular da Seind, Bonifácio José Baniwa resumiu o Abril Cultural Indígena de 2012 como uma oportunidade para a troca de experiências e um grande momento para reflexão acerca da busca por melhorias na qualidade de vida dessas populações no estado. “É um esforço grande do governador Omar Aziz, que no

ano passado assinou o decreto que criou o Comitê Gestor Indígena, instância que tem nos ajudado nesse sentido”, justificou o secretário. “Apesar da chuva, conseguimos reunir os indígenas, graças ao apoio dos parceiros e da própria imprensa”, comemorou.

A secretária de Juventude Desporto e Lazer, Alessandra Campêlo, também agradeceu a presença dos indígenas. Diante dos representantes de vários povos que fazem parte dos sete municípios da Região Metropolitana de Manaus, ela aproveitou para anunciar a possível realização dos Jogos Mundiais Indígenas na capital amazonense, possivelmente no ano que vem. “Eu tenho conversado com o ministro Aldo Rebelo e ele já me informou que quer trazer os jogos para o Amazonas”, disse a titular da Sejel. A secretária elogiou a iniciativa da Seind e a presença do Exército, na organização do Abril Cultural. “O Exército tem um papel fundamental, pois atende às comunidades indígenas com várias ações, inclusive sociais”, disse ela.

Para o general de Brigada e chefe de Estado Maior do Comando Militar da Amazônia (CMA), José Luiz Jaborandy, não dá para separar o Exército dos Indígenas e a tendência é que haja uma integração maior entre a instituição e a Seind, a partir das ações que começam a ser executadas pelo Comitê Gestor Indígena e do próprio Abril Cultural. “A tendência é que tenhamos soldados indígenas participando no ano que vem desse evento”, informou o oficial.

(...) A abertura do Abril Cultural Indígena também foi prestigiada pela vice-coordenadora da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Sônia Guajajara, e pelo coordenador da comissão que criou a Organização das Organizações Indígenas do Amazonas (Coipam), Fidélis Baniwa”.

(FONTE:<http://portaldaseind.blogspot.com.br/2012/04/abril-cultural-indigena-de-2012-e.html> acessado em 26 de Setembro de 2012)

Se, inicialmente, tínhamos certa diversidade de elementos confluindo no sentido de produzir um evento ‘indígena’ (diferentes instituições, pessoas e atividades), este momento “solene” dos discursos, de forma semelhante, acaba por evidenciar a constituição de dois âmbitos distintos: por um lado, “os indígenas”, e por outro, “as instituições”. Os discursos dos dois representantes de organizações indígenas não foram abordados na reportagem. Ambos lançaram mão de um tom combativo que destoou significativamente da sintonia buscada pelos demais - ao mesmo tempo em que suas falas permaneceram bastante complementares. Eles pediram mais atenção das instituições do poder público às comunidades indígenas, e afirmaram que há muito “descaso” e “falta de respeito” com a cultura do “povo indígena”. Utilizaram “povo indígena” no singular, provavelmente para demonstrar unidade frente aos demais presentes – tanto o público, quanto autoridades.

Após os discursos houve a interpretação do hino nacional em língua Ticuna, harmonizado com a banda do exército. A intérprete, Djuena Ticuna, bastante conhecida localmente, foi altamente procurada pelo público indígena para tirar fotos após a execução hino. Durante o hino a bandeira nacional, a bandeira do estado do Amazonas e do município de Manaus, foram hasteadas por representantes da Secretaria Estadual dos Povos Indígenas (SEIND), do Comando Militar do Amazonas (CMA), e da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL). Cada titular dessas instituições nomeou um

representante para realizar tal feito, já que no momento a chuva caía forte e nenhum deles parecia querer se molhar. Tal fato rendeu algumas piadas por parte do público e do próprio mestre de cerimônias.



Figura 23: Abertura da Copa Indígena. Na frente está a secretária de Juventude Desporto e Lazer, Alessandra Campêlo; Bonifácio José Baniwa, Secretário da SEIND; e o general de Brigada e chefe de Estado Maior do Comando Militar da Amazônia (CMA), José Luiz Jaborandy. No fundo está a contora Djuena Ticuna, juntamente com a banda do Comando Militar da Amazônia. FONTE: Assessoria de Comunicação da SEIND.

Após o hino foi feita uma apresentação em que dois indígenas, um homem e uma mulher, dançavam em círculos empunhando zarabatanas, chocalho e uma flauta de cerca de 1,5m. Neste momento a imprensa desceu da área reservada para as ‘autoridades’ e passou a acompanhar de perto os movimentos da apresentação, filmando-a e fotografando-a. Foram essas as fotos publicadas nos maiores veículos de informação do estado para divulgar a abertura do ‘Abril Cultural’. O público indígena, entretanto, continuou sentado, apenas observando de longe. Essa apresentação parecia ser destinada aos não indígenas.

Realizada a abertura, o evento teve sequência com as provas da ‘Copa Indígena’: atletismo, arco e flecha, corrida do saco, cabo de guerra e natação. As autoridades já não estavam presentes, e agora, com o cessar da chuva, o público podia se aproximar da pista de atletismo para acompanhar o desempenho de suas equipes. A narração das

provas era feita com muito humor por um servidor da SEIND, Ageu, Sateré-Mawé, que anunciava os vencedores e perdedores, demonstrando grande intimidade com o público e com os competidores. Depois de meia-hora do início da competição, no auge das narrações cômicas das provas, um oficial do exército avisou a Ageu que o carro para recolher o equipamento de som havia chegado (o equipamento havia sido cedido pelo Comando Militar da Amazônia), portando ele deveria devolver o microfone. Sem perder a compostura, Ageu disse que estavam fazendo um favor a ele, já que logo sua voz iria acabar. As provas da ‘Copa Indígena’ seguiram durante os três próximos dias, e o evento ganharia destaque nos principais jornais da capital amazonense.



Figura 24: Equipe da SEIND e a pesquisadora na Copa Indígena de Futebol de Salão. De baixo para cima, da direita para esquerda, estão os servidores: Rosimar Costa e Miquelina Tukano; Weminsont Satustiano, Rafael Ticuna, Tiemi Costa (pesquisadora) e Isaque Júnior; os dois estagiários do Departamento de Administração, Adail Munduruku e Deniziu Ticuna. FONTE: Assessoria de Comunicação da SEIND.

Através desta cena busquei introduzir o leitor às questões sob as quais o presente trabalho se debruça. Trata-se de refletir sobre um objeto permanente na antropologia brasileira voltado aos estudos dos processos de interação entre os ‘povos indígenas’ e o ‘Estado’. Tanto no âmbito interno da academia, quanto fora dela - no que se trata de produções do próprio Estado - as questões levantadas por essas reflexões se

consolidaram enquanto um grande campo de discussão. Apesar de facilmente podermos enquadrar o presente trabalho de acordo com tal perspectiva analítica, busca-se, justamente, realizar um movimento que esquiva da forma com que tal questão é frequentemente concebida: os ‘povos indígenas’ e suas diferentes formas de organização, interagindo com o ‘Estado’ e suas instituições.

Pôde-se observar na abertura da Copa Indígena tanto espacialmente, no tocante à ocupação dos lugares da arquibancada, quanto nos discursos das ‘autoridades’, a emergência de elementos que reforçam o argumento de segmentação acima proposto (‘Estado’ e ‘índios’). No entanto, um olhar cuidadoso revela que alguns elementos parecem transitar entre ambos os pólos proporcionando sua constante reconfiguração: a entonação do hino nacional em língua Ticuna, o acionamento das etnias no lugar de sobrenomes, o discurso de um secretário de estado *indígena*, e as modalidades de discurso e competição, são exemplos da forma com que a dicotomia entre um âmbito supostamente indígena e outro supostamente estatal, pode ser colocada em questão. O foco da pesquisa, portanto, reside na tentativa de pensar como tais elementos são colocados a existir juntos, e não tomá-los como âmbitos *a priori*.

O presente trabalho é uma etnografia de uma administração pública, que toma como ponto de reflexão a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND), órgão vinculado ao poder executivo do estado do Amazonas e criado a partir da Lei 3.403/09². Vale destacar que dos 27 estados brasileiros, apenas o Amazonas e o Acre possuem secretarias de estado voltadas às populações indígenas. A escolha deste lugar específico deve-se ao fato de estarem presentes, na Secretaria, servidores indígenas e não indígenas atuando conjuntamente no sentido de *produzir* esta administração pública. Busco assim, também delinear algumas considerações a respeito de um processo bastante recente e muito mais amplo: a crescente ocupação de cargos da administração pública por servidores indígenas. Atualmente a SEIND possui um quadro de 38 servidores, dos quais 18 são indígenas pertencentes a 10 diferentes grupos: Apurinã, Baniwa, Marubo, Mayuruna, Miranha, Munduruku, Mura, Sateré-Mawé, Ticuna e Tukano.

Uma perspectiva antropológica que se ocupe de estudar o ‘Estado’ deve buscar pensar as diferentes formas através das quais ele é formado e informado por diferentes agentes. Ao perseguir tal tarefa, consequentemente seremos confrontados com múltiplas perspectivas que, de forma constante, acabarão por (re)construir os próprios limites das instituições. O processo de formação da Secretaria aponta justamente para esta questão,

² A íntegra do documento está no Anexo I.

uma vez que é narrado como fruto tanto da articulação entre lideranças e organizações indígenas, quanto de servidores e instituições da administração pública.

Os dados aqui contemplados foram fruto de um esforço coletivo de pesquisa junto ao Grupo de Etnologia Urbana (GEU) vinculado ao Laboratório de Antropologia Urbana (LabNAU) da Universidade de São Paulo (USP). O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (PPGAS/UFPR), juntamente ao LabNAU, foram fundamentais para a realização desta pesquisa. O período em campo compreendeu os meses de março, abril e maio de 2012, e duas semanas entre os meses de novembro e dezembro do mesmo ano.

A seguir, tomando o processo de surgimento da SEIND como emblemático das discussões que seguem nos capítulos deste trabalho, irei traçar um breve histórico da instituição através das colocações de alguns interlocutores para, na sequência, apresentar a forma com que o trabalho foi estruturado. É importante destacar que as considerações que seguem foram escritas a partir da narrativa da criação da SEIND por aqueles que fizeram parte deste processo – portanto, o texto possui uma série de imprecisões. Acredito que estas, por sua vez, são naturais à tentativa de se compor uma única versão de um acontecimento narrado a partir de diferentes pontos de vista. As lacunas e questões levantadas nesta introdução serão respondidas no decorrer do texto da dissertação.

a. A SEIND, um breve histórico

A SEIND, órgão relativamente recente, surgiu como desdobramento de uma série de movimentos políticos anteriores que não se encerram e nem se resumem a ela. No ano de 1998, o antropólogo e professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Ademir Ramos³, em ocasião de uma consultoria prestada para a Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC) sugeriu que a educação escolar indígena

³ Ademir Ramos conta que iniciou sua atuação com os povos indígenas em 1978, com a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Nesta época, “a principal preocupação dos indigenistas era a garantia das terras indígenas” (Ademir Ramos, em entrevista, 20/04/2012). Seus principais trabalhos com o CIMI ocorreram na região do Alto Rio Negro.

(que até então não era diferenciada pela SEDUC das escolas rurais) passasse a ter um departamento próprio. Essa discussão deu origem ao Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena e o Departamento de Educação Escolar Indígena dentro da SEDUC, existentes até os dias de hoje. Além de ser um órgão consultivo, o Conselho foi idealizado para também ter poder deliberativo, ou seja, ser capaz de formular políticas, e tomar decisões a respeito da educação indígena. De acordo com Ademir Ramos, o objetivo do Conselho era permitir que os indígenas formassem suas próprias políticas educacionais – o que também implicava em repensar as práticas de gerência da educação no estado, tal como estavam sendo feitas até então.

Nesta ocasião, para a criação do Conselho e do Departamento, alguns indígenas foram convidados a fazer parte do processo. No entanto, eles não foram contratados como servidores (conforme ocorre atualmente), mas enquadrados como “consultores externos”. Ademir Ramos conta que esta opção surgiu, pois se não sabia ao certo como vincular os indígenas à Secretaria para que procedimentos administrativos (como efetuar o pagamento) pudessem ocorrer. A forma padrão de recrutamento da SEDUC eram os concursos públicos, contudo, a própria proposta de criação do Departamento e do Conselho exigia a participação de algumas pessoas específicas em tal processo – no caso, os indígenas professores e militantes pela educação escolar indígena, com quem já havia uma via de diálogo aberta, e que não estariam presentes se o critério de recrutamento fosse somente os concursos públicos.

As discussões acerca do Conselho de Educação Escolar Indígena fizeram com que uma questão maior dentro do estado viesse à tona chamando a atenção do próprio governador: a política indigenista no estado do Amazonas. Segundo Ademir Ramos, em uma reunião com o então governador Amazonino Mendes⁴ no ano de 2000, ele e o Secretário de Educação, Vicente Nogueira, sugeriram a criação de um departamento voltado especificamente à política indigenista do estado (algo que já havia sendo discutido dentro da Secretaria de Educação há algum tempo). O governador foi favorável à ideia e criou o Departamento de Política Indigenista (DEPI), vinculado diretamente à Secretaria de Governo do Amazonas (SEGOV).

As atividades do Departamento eram coordenadas pelo próprio Ademir Ramos, juntamente com outras três servidoras que foram cedidas pela Secretaria da Educação:

⁴ Amazonino Mendes foi eleito governador em 1998 pelo Partido da Frente Liberal (PFL), cargo que já ocupou em outros dois mandatos: 1986 – 1990 e 1994 - 1998. Também assumiu a prefeitura do município de Manaus em três ocasiões: 1982-1986, 1993-1994 e 2004-2008. Atualmente integra o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Ozenete Aguiar⁵, Lídia e Francisca Matos – todas não indígenas. A ideia do DEPI era abranger a discussão iniciada dentro da SEDUC e pensar a política voltada às populações indígenas em diferentes setores, no sentido de prestar assessoria ao governador. Neste momento o Departamento é criado com caráter consultivo.

O DEPI durou apenas um ano (2000-2001), sendo em 2001 substituído pela Fundação Estadual de Política Indigenista (FEPI), vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) do estado do Amazonas. A Fundação surgiu com a proposta de ser uma agência de articulação de políticas públicas, e não apenas um órgão consultivo. A FEPI passou a ocupar um local físico próprio, bem como quadro de servidores e orçamento. Além das três servidoras que foram transferidas do DEPI, três indígenas foram convidados por Ademir Ramos para fazer parte de seu processo de idealização, de acordo com ele, “exatamente pela função técnica”: Jorge, do grupo Terena (falecido no ano de 2007), Amarildo Machado, Tukano, e Jecinaldo Cabral, Sateré-Mawé. Com Jorge Terena, Ademir Ramos estava buscando um indígena que conseguisse fazer articulações com organismos de internacionais no sentido de viabilizar projetos e conseguir financiamentos - conforme Jorge estava atuando até então junto às organizações indígenas. Amarildo Tukano foi convidado em função de ser “muito bom tecnicamente” e também porque Ademir Ramos estava buscando o “aval do Alto Rio Negro”, região onde o grupo Tukano está presente e que era percebida (ainda o é) como significativamente relevante politicamente. Atualmente Amarildo é assessor do Secretário de Estado da SEIND, Bonifácio, do grupo Baniwa. Já Jecinaldo Sateré, foi convidado para “dar uma força na questão da liderança”. Alguns anos depois, Jecinaldo foi nomeado o primeiro Secretário de Estado da SEIND.

A narrativa de Ademir Ramos a respeito dos primeiros momentos da FEPI nos mostra que o critério utilizado para recrutar os servidores, a “função técnica”, pode incorporar diferentes qualidades nem sempre percebidas como tais. A capacidade de fazer “articulações”, “ter o aval” de certas regiões, e ser “liderança”, foram determinantes para o recrutamento destes três indígenas – tanto quanto outras qualidades. Esta questão será aprofundada no segundo e no terceiro capítulo da dissertação.

⁵ Ozenete Aguiar atuava no setor de educação rural do governo do estado e já tinha alguma familiaridade com ações voltadas à educação indígena. Atualmente ela integra a SEIND na qualidade de chefe de gabinete.

Se, por um lado, tínhamos o DEPI, e mais tarde a FEPI, sendo formados por servidores públicos majoritariamente vinculados à Secretaria de Educação, por outro, temos a chegada de três indígenas cujas trajetórias são estreitamente vinculadas a organizações indígenas. Amarildo conta que foi convidado por seus “parentes” Tukano a participar do processo de fundação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) no início da década de 90. Ele relata que na época em que a COIAB foi criada, as organizações indígenas estavam começando a se consolidar enquanto instituições formais, impulsionadas pela Constituição de 1988.

Devemos lembrar que as organizações e associações indígenas passaram por um momento de expansão a partir da possibilidade de se constituírem enquanto pessoas jurídicas, de acordo com o Artigo 232 da Constituição Federal de 1988. Segundo Bruce Albert (2000), “o processo de multiplicação dessas associações tem sua origem na encruzilhada de vários processos sócio-políticos gerais, interagindo em nível nacional e internacional”. O autor também afirma que, muitas dessas associações, têm hoje vínculos e projeção internacionais, integrando um panorama heterogêneo e diferentes formas de financiamento. Nesse sentido, tal quadro configura a passagem de associações informais, frutos de um movimento conflitivo de organização etno-política da década de 70 e 80, para a institucionalização de uma imensa gama de organizações, cujos interlocutores pertencem tanto a organizações governamentais, quanto não-governamentais (Albert, 2005). Tais associações, atualmente, possuem características diversas. Elas podem representar tanto comunidades ou grupos locais, quanto diversos povos ou mesmo regiões. A grande maioria delas está registrada em cartório ou em processo de legalização, desempenhando, de forma geral, funções políticas de articulação interna e de representação interétnica.

O papel político de reivindicação de direitos através das associações indígenas deu corpo a o que os interlocutores denominam de *movimento indígena*. A trajetória dos três indígenas que passaram a integrar a FEPI (como também de outros servidores que mais tarde vieram a fazer parte da SEIND) foram traçadas em conjunto com este contexto político de formação das organizações do *movimento*. Amarildo, Jorge e Jecinaldo, participaram de diferentes administrações da COIAB (frequentemente citada pelos interlocutores como uma das mais relevantes instituições indígenas do Brasil), bem como de outras organizações, ocupando diferentes cargos – presidente, tesoureiro, secretário, vice-presidente, etc. Assim, tiveram uma intensa participação na vida política

indígena antes mesmo de entrarem na FEPI – o que, como vimos, foi um dos motivos que levou Ademir a convidá-los a participar da Fundação.

É importante destacar que, apesar da ideia de um *movimento indígena* passar certa noção de homogeneidade, ela contempla diferentes posições políticas e pontos de vista, por vezes conflitantes, entre uma ou mais associações e organizações, ou entre grupos de associações. Ao mesmo tempo, *estar no governo*, ou *estar no movimento*, são posições pensadas como circunstanciais e que suscitam uma série de reflexões (mesmo que possam ser vivenciadas simultaneamente – “ser servidor” e participar do “movimento”). As trajetórias, os diferentes pertencimentos dos servidores e suas reflexões a respeito do papel que desempenham na SEIND serão abordados ao longo do terceiro capítulo.

No ano de 2002, Eduardo Braga⁶ foi eleito governador pelo Partido Popular Socialista (PPS), com o apoio do ex-governador Amazonino Mendes (PFL). De acordo com o atual secretário da SEIND, Bonifácio José, do grupo Baniwa, Eduardo Braga investiu em reuniões com o *movimento indígena* durante o período eleitoral, com o objetivo de conseguir apoio de seus eleitores. No ano de 2003, segundo Ozenete, atual chefe de gabinete da SEIND, após Eduardo Braga ser eleito, “o *movimento* se pronunciou” e solicitou que houvesse indígenas na direção da FEPI. Bonifácio Baniwa foi indicado pelo *movimento* para assumir a presidência da FEPI juntamente com outros nove nomes, ele então conta que foi escolhido pelo governador para assumir o cargo. O professor Ademir Ramos passou a dedicar-se exclusivamente à Universidade. A formação da FEPI, nesse sentido, ocorre a partir de um movimento por parte tanto da própria administração pública (que sentiu a necessidade de um departamento específico para as questões indígenas que não atuasse apenas como um órgão consultivo), quando de um movimento político organizado por instituições e representantes indígenas.

Bonifácio, como os demais indígenas, também havia traçado sua trajetória até então nas organizações do *movimento*, participando tanto da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN), quanto da COIAB. Ressalta-se que a FOIRN e a COIAB são instituições que centralizam várias associações indígenas, podendo ser representantes de diferentes grupos ou comunidades. A COIAB, por

⁶ O governador do estado do Amazonas era Eduardo Braga, eleito em 2002, pelo Partido Popular Socialista (PPS). Os partidos que integravam a coligação eram: PPS, PFL, PTB, PDT, PSL, PTN, PSC, PSD, PSDC, PRP, PHS, PAN e PRONA. Eduardo Braga foi reeleito junto ao vice-governador, Omar Aziz, em 2006. No ano de 2010, Eduardo Braga se licenciou do cargo para disputar uma vaga para o Senado Federal pelo PMDB – a qual foi eleito. No mesmo ano, Omar Aziz (PMN) assume o governo do Estado do Amazonas, e é reeleito, sendo o atual governador do estado. No ano de 2011 Omar Aziz deixa o PMN para ajudar a fundar o PSD, seu atual partido.

exemplo, apesar de estar sediada em Manaus, possui também um escritório em Brasília, e representa organizações indígenas de toda a Amazônia legal.

Logo que assumiu a diretoria da FEPI, Bonifácio mudou o nome de Fundação Estadual de Política Indigenista para Fundação Estadual dos Povos Indígenas, pois

“a gente entendeu que a nossa presença, a nossa participação no governo (...) não era mais, vamos dizer assim, os cientistas, antropólogos, políticos pensando pelos indígenas, e sim os índios construindo a política pública. Isso foi aceito dentro do governo, e começamos a trabalhar o que era a política de etnodesenvolvimento, que é você ouvir respeitar o indígena”.

(Bonifácio Baniwa, em entrevista, 02/04/2012)

A chegada de um indígena na presidência da FEPI foi considerada, por aqueles que participaram de tal processo, uma mudança em relação à idealização das políticas, ao funcionamento das rotinas administrativas da FEPI (como veremos no primeiro e no segundo capítulo) e uma maior participação indígena dentro da estrutura da própria administração pública.

Ozenete conta que o governador deu o prazo de 90 dias para Bonifácio e sua equipe realizarem um “planejamento de ação, juntamente com as lideranças e a população indígena”. Houve então uma série de reuniões e conferências em diferentes regiões do estado, e a idealização de um modelo de organização denominado *meso-regiões* (que será abordado com mais detalhes durante o terceiro capítulo, bem como a forma de recrutamento dos servidores indígenas). Para o momento, cabe destacar que o número de servidores indígenas na SEIND sofreu um progressivo aumento durante os anos, e o modelo de *meso-regiões* é lembrado como crucial para que isso ocorresse. Nesta mesma época já havia a reivindicação, por parte das organizações indígenas, da criação de uma Secretaria. Bonifácio conta que o governador alegava que a ideia de uma Secretaria precisava ser “amadurecida – o que ela seria e como ela seria”.

No ano de 2008 o então governador Eduardo Braga foi reeleito, e em 2009, de acordo com a narrativa do secretário Bonifácio, “após anos de reivindicação do *movimento indígena*”, ocorreu a criação de uma Secretaria voltada às políticas públicas dos povos indígenas: a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND). É interessante notar que apesar da pesquisa ter privilegiado as narrativas daqueles que participaram de tal momento enquanto servidores da FEPI (ou seja, funcionários públicos que tiveram papel ativo para que a SEIND se consolidasse), a Secretaria é enunciada como uma conquista do *movimento indígena*.

A lei 3.403/09 que dispõe sobre a criação da SEIND também autoriza a extinção da Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI), e transfere suas atribuições, finalidades e patrimônio, para a recém criada SEIND. A escrita de tal lei ocorreu entre representantes do *movimento indígena*, da FEPI, e do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, órgão consultivo de assessoramento do governador, criado pelo decreto nº 25.457, de 29 de Novembro de 2005⁷. Após a discussão e elaboração do texto, ele foi apresentado ao governador e enviado ao poder legislativo para votação. A SEIND, nesse sentido, possui uma situação institucional bastante frágil, uma vez que esta mesma lei pode ser revogada a qualquer momento.

A escolha do Secretario também foi um processo bastante interessante. Em um dos arquivos de documentos presentes no acervo da Secretaria, encontrei uma série de cartas do ano de 2009 com importantes informações a respeito dos primeiros momentos da SEIND como secretaria de estado. Nelas estavam presentes indicações de nomes de indígenas de diferentes grupos para assumir, pela primeira vez, o cargo de Secretário da (ainda não fundada) Secretaria Estadual para os Povos Indígenas (SEIND).

Ao vasculhar o arquivo pude verificar a existência de correspondências enviadas de variadas regiões do estado, representantes de diferentes organizações e associações indígenas. Os formatos e conteúdos das cartas variavam bastante: algumas haviam sido manuscritas, enquanto outras foram digitadas em computador; algumas indicavam um nome para ocupar o cargo de secretário e elencavam a razão de tê-lo escolhido, enquanto outras indicavam mais de uma pessoa; Algumas foram assinadas apenas pelo presidente da associação, enquanto outras continham diversas folhas repletas de assinaturas de todos os seus membros. Todas as folhas presentes no arquivo estavam presas umas as outras, o que aponta que para o fato de que não foram guardadas aleatoriamente.

A primeira folha presente no arquivo parecia ordenar as demais. Era a ata da reunião onde as diversas cartas recebidas foram abertas. Ela continha no cabeçalho da folha um brasão do estado do Amazonas, o logotipo do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), e o logotipo do governo do estado do Amazonas da gestão do governador Eduardo Braga. Logo abaixo do cabeçalho está, em letras maiúsculas, o assunto da Ata: “ATA DA APURAÇÃO DA INDICAÇÃO DE NOMES PARA A SECRETARIA DE ESTADO DOS POVOS INDÍGENAS”. Verifica-se que no título

⁷ Anexo II. De acordo com o decreto de criação do Conselho, em sua composição estão presentes representantes de 28 instituições, das quais metade, 14, são organizações indígenas.

consta “Secretaria de estado *dos* povos indígenas”, e não “*para* os povos indígenas”, tal como ocorre no nome atual. Em um curto parágrafo que segue logo abaixo do título está especificada a data e o local da reunião, bem como as pessoas presentes. Havia representantes de 20 diferentes instituições, dessas vinte, treze correspondiam a organizações indígenas, e sete instituições eram vinculadas à administração pública.

A Sessão de abertura das cartas, como enunciado pela Ata, foi realizada no dia 30 de Maio de 2009 e presidida pelo então diretor presidente FEPI, Bonifácio Baniwa. Outro fator que merece destaque é a presença de Jecinaldo Cabral, Sateré-Mawé, como titular da COIAB. Conforme mencionado anteriormente, ele foi o primeiro Secretário de estado da SEIND e também participou da consolidação do DEPI a convite de Ademir Ramos, como vimos anteriormente.

Após a breve nomeação dos presentes, a ata continuava com uma tabela com três colunas: “Nome”, “Organização-Região-Município”, e “número de votos”. Entre os indígenas listados nesta tabela, o que obteve a votação mais expressiva foi Jecinaldo Cabral, que acumulou 26 indicações, seguido pelo atual secretário Bonifácio, que registrou 17 votos. De acordo com outro documento presente no arquivo, foram abertas 57 cartas “enviadas pelas bases, com representatividade de 88 Organizações Indígenas”. Ao final da folha há a assinatura de todos os participantes da reunião.

Entre os nomes indicados temos treze indígenas de diferentes grupos e regiões do estado; desses, cinco atualmente fazem parte do quadro de servidores da SEIND: Amarildo Machado, Tukano, assessor do Secretário (que também integrou o DEPI e a FEPI, como anteriormente mencionado); Bonifácio, Baniwa, atual Secretário; José Mario, Mura, atual Secretário Adjunto; Lindomar (Linda), da etnia Marubo, chefe do Departamento Financeiro; e Zuza Cavalcante, Mayuruna, coordenador de Programas e Projetos no Departamento de Etnodesenvolvimento.

Juntamente a ata da reunião de abertura das cartas indígenas estava outro documento com o título “Criação da Secretaria de Estado Para os Povos Indígenas”, sem nenhuma data, cabeçalho, ou indicação de procedimento. Este documento está reproduzido na íntegra na sequência:

Novembro de 2003 – Solicitação da Criação da Secretaria pelas Lideranças na I Conferência Estadual dos povos Indígenas;

19 de Abril de 2008 – Elaboração do projeto de lei que dispõe sobre a criação da

Secretaria de Estado para os Povos Indígenas;

28 e 29 de Abril de 2009 – Reunião interna com os conselheiros indígenas para apresentação e apreciação da criação da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas/SEIND;

30 de Abril de 2009 – Realização da III Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Povos Indígenas com a participação dos 20 Conselheiros Indígenas e não indígenas para a definição do perfil e dos procedimentos administrativos para a escolha do Secretário da SEIND.

OBS: Perfil do Secretário:

Que seja indígena

Que participe do movimento indígena;

Que tenha compromisso com o movimento indígena;

Que tenha boa relação com as organizações indígenas, governo e organizações não governamentais;

Que tenha o mínimo de conhecimento da estrutura administrativa do Estado;

Que não seja indicação partidária;

Que tenha conhecimento básico da língua portuguesa, escrita e leitura em português;

Que acate as decisões do Conselho Estadual dos Povos Indígenas e;

Que tenha o mínimo de conhecimento em legislação.

Consulta às organizações indígenas – encaminhamento de Carta Consulta às organizações indígenas para indicarem os candidatos ao cargo de secretário conforme os requisitos estabelecidos pelo Conselho Estadual dos Povos Indígenas;

30 de Maio de 2009 – Reunião extraordinária do Conselho Estadual dos Povos Indígenas para apreciação dos nomes indicados pelas lideranças indígenas, oportunidade em que foram lidas as 57 cartas encaminhadas pelas bases, com representatividade de 88 Organizações Indígenas e apurados os votos para a formação da lista tríplice a ser apresentada para o governador do estado.

Obs: dos 28 conselheiros, participaram 21 membros;

Fonte: Arquivo da SEIND.

As datas citadas neste documento ordenam os acontecimentos que antecederam a criação da Secretaria imprimindo certa perspectiva temporal a todo esse processo. A criação da SEIND pode ser pensada enquanto um desdobramento dessa série de reuniões e decisões tomadas em conjunto tanto por pessoas da administração pública, quanto pelos representantes do *movimento indígena*.

O perfil de Secretário delineado é significativo nesse sentido, ao determinar, através dos itens 2, 3 e 8, o dever de um profundo comprometimento com as organizações e estruturas indígenas: tanto o *movimento* quanto o Conselho. Por outro lado, o sexto item desvincula este movimento político de qualquer articulação partidária com governo, uma vez que estabelece que o Secretário não deveria ser indicação partidária. Já os itens 5, 7 e 9 apontam para a relevância do candidato dominar preceitos básicos da forma de organização estatal. Assim, conhecer basicamente sua estrutura

administrativa, legislação e dominar a leitura e escrita em língua portuguesa surgem como condicionantes para a escolha do novo Secretário.

As prescrições de tais itens demonstram a convergência de duas diferentes estruturas e organizações políticas que neste momento surgem como complementares. Há, então, a possibilidade de dar continuidade a uma política que até então percorria seu caminho principalmente através de (mas não apenas) organizações indígenas, mas agora, passa a ocupar um lugar diferente: uma secretaria de estado.

A constituição da Secretaria, o objeto da pesquisa, de forma semelhante à abertura da ‘Copa Indígena’, por si mesmo não aponta para uma suposta polaridade, mas evidencia a possibilidade de pensarmos além dela ou mesmo desfazê-la. Como busquei pontuar nesta breve reconstrução de alguns dos momentos que antecederam a criação da SEIND, há a confluência de diferentes movimentos que dão corpo a uma política produzida tanto no interior da administração pública, quanto fora dela, em instituições do *movimento indígena*. Tendo em vista alguns dos pontos levantados nas páginas anteriores, o texto seguirá a seguinte estrutura:

O primeiro capítulo é dedicado às rotinas administrativas no interior da SEIND. A relevância conferida a tais procedimentos surgiu logo nos primeiros momentos em campo: a negociação de uma contrapartida para a realização da pesquisa. Através da elaboração dos documentos de regulamentação da contrapartida, foi possível perceber como as rotinas administrativas não apenas movimentam e produzem papéis, mas conectam pessoas, atualizam relações, e geram diferentes reflexos no funcionamento da SEIND.

A partir deste primeiro olhar a respeito da execução das rotinas burocráticas, no **segundo capítulo**, será possível compreender a Secretaria a partir das relações desencadeadas pelos papéis: quem se comunica com a Secretaria? Quais são as *demandas* que chegam a ela? Quais formatos tais papéis seguem, e que forças políticas eles representam em um plano mais amplo de análise? O objetivo deste capítulo é observar a forma com que elementos já sedimentados na burocracia estatal operam conjuntamente com elementos oriundos de uma forma específica de se fazer política e de reivindicar direitos indígenas.

O terceiro capítulo, por sua vez, trata das trajetórias dos servidores da SEIND e do processo de tornar-se um servidor público. Objetiva-se refletir sobre o processo de constituição de um ‘servidor público indígena’ ou um ‘técnico indígena’ na Secretaria. Argumento que esta posição particular só pode ser ocupada por pessoas específicas, que combinam diferentes qualidades. Essas qualidades, por sua vez, remetem a diferentes formas de estar na administração pública: como representante, como técnico, como gestor, ou como indígena.

O quarto e último capítulo se debruça sobre a forma com que a Secretaria produz as *ações* voltadas aos povos indígenas – fator que ocorre principalmente através da escrita de projetos. O objetivo é refletir sobre como a SEIND se coloca em relação às outras instituições do poder público e às organizações indígenas. Olhando para um cenário institucional mais amplo, abordo o *Comitê Gestor*: uma estratégia de organização de diferentes instituições (indígenas e não indígenas, a nível municipal, regional, estadual e federal) que se ocupam da produção de políticas voltadas às populações indígenas, e que é coordenada pela SEIND juntamente com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Capítulo 1: Rotinas, papéis e demandas.

Neste capítulo abordo as rotinas administrativas da SEIND, com o propósito de descrever como a confluência de diferentes elementos na produção e circulação de documentos conecta pessoas, atualiza relações, mobiliza forças políticas e origina diferentes reflexos no funcionamento da instituição. A negociação para o início da pesquisa não escapou da centralidade atribuída a tais processos burocráticos e, assim, apontou para a relevância de um olhar cuidadoso acerca dos mesmos. Ao seguir o percurso de documentos e *demandas* que são *despachados* incessantemente, busco apontar como as relações entre os servidores, as comunidades e organizações indígenas, e os demais órgãos da administração pública são parte integrante dos procedimentos burocráticos, de modo que os próprios limites entre a instituição e seu ‘exterior’ se mostram contingentes e imprecisos.

1.1 Chegando à SEIND

Depois de caminhar pela tumultuada e barulhenta Avenida Sete de Setembro, um dos principais eixos de movimento de pessoas, carros e mercadorias no centro manauara, chega-se a uma praça de uma tranquilidade contrastante. Belíssimas edificações históricas bem preservadas, que atualmente são ocupadas por instituições da administração pública⁸, compõem o cenário da chegada à SEIND. A Secretaria está situada em uma modesta edificação de dois andares, que complementa, mesmo que de forma coadjuvante, o conjunto arquitetônico da praça - cujo principal elemento é, sem dúvida, o grande Paço Municipal. Logo ao atravessarmos a porta de entrada e subirmos os poucos degraus nos deparamos com uma escrivaninha atravessada no estreito corredor com os dizeres: “Identifique-se aqui”. Esta é a Recepção da SEIND, improvisada frente à falta de espaço no prédio. A forma com que a escrivaninha está disposta também cumpre um papel funcional: impossibilitar o acesso de pessoas não identificadas às dependências da Secretaria.

As primeiras vezes em que estive na SEIND, tive meu nome e número de documento anotado pelos funcionários da portaria, procedimento de rotina para todos os visitantes. Com o passar do tempo e provavelmente em função da frequência da minha presença, tal procedimento passou a não mais ocorrer. Já nos últimos dias do trabalho

⁸ Pode-se citar como exemplos o Arquivo Público, a Secretaria da Justiça e o INSS.

de campo, os funcionários registravam meu horário de “expediente” (chegada e saída da Secretaria), como ocorre com os servidores.

Como estratégia para iniciar a pesquisa optei pela realização de entrevistas, buscando, em um primeiro momento, delinear alguns aspectos do processo de constituição e do funcionamento atual da Secretaria a partir da narrativa da trajetória de alguns servidores. Neste processo (e em outros vários momentos) tive grande ajuda de uma das servidoras da SEIND, Chris Lopes. Chris é Coordenadora de Pesquisa e Sociodiversidade do Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (DEPI) e foi a primeira pessoa com quem estabeleci contato na Secretaria. Formada em Ciências Sociais, atualmente está finalizando o mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Já tendo atuado enquanto membro do comitê de ética do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Chris Lopes é encarregada de atender os pesquisadores que buscam a instituição – como foi meu caso⁹.

Seguindo as indicações de Chris Lopes, privilegiei a realização de entrevistas com os servidores (no caso, servidoras) que acumularam mais tempo de trabalho junto à Secretaria. A partir daí foi possível conhecer um pouco mais de perto a rotina da SEIND e do trabalho desenvolvido pelas entrevistadas, já que grande parte das conversas foi realizada em seus ambientes de trabalho, sendo poucas as vezes em que elas optaram pelo silêncio de uma sala reservada. Durante as entrevistas também surgia a oportunidade de falar sobre aspectos da pesquisa, ainda em fase inicial, ao mesmo tempo em que os demais servidores se familiarizavam com minha presença no ambiente da Secretaria.

Logo ao chegar à SEIND eu informava aos responsáveis pela portaria com quem iria conversar. Eles então me acompanhavam até a sala do entrevistado e ‘anunciavam’ minha chegada. Uma das frases que se tornou recorrente logo nos primeiros dias de trabalho de campo e que, muitas vezes, antecedeu as entrevistas foi: “ele(a) está despachando, tem que esperar um pouco...”, às vezes com algumas variações como: “a Professora (Chefe de Gabinete) está com o Secretário, despachando, logo chega”. Durante a espera pelas pessoas que estavam despachando, era inevitável eu me perguntar: o que é despachar? O que as pessoas tanto despacham?

⁹ Através de conversas informais, soube que a Secretaria já foi objeto de pelo menos dois trabalhos de pesquisa de alunos do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A minha pesquisa foi a primeira a ser realizada na instituição em nível de mestrado.



Figura 25: Fachada da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND).



Figura 26: Portaria da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND). Enildo Lopes, sentado, e Waldenias Monteiro, de pé. Ao lado, podemos observar caixas de artesanato Baniwa de uma organização que estava em reunião com o Secretário.

O ato de *despachar*, cotidiano ao ambiente da SEIND, consiste na principal atividade que autoriza a circulação de papéis internamente e para além da Secretaria: os

diversos papéis não apenas circulam entre salas, departamentos e outras instituições, mas são *despachados* de um lugar para outro. Cada vez que um documento ou papel muda de ‘lugar’, seja este uma sala, uma mesa ou uma instituição, recebe uma assinatura, possivelmente um carimbo, o registro da data e hora em que foi *despachado*¹⁰ e, grande parte das vezes, segue para seu novo destino com algumas recomendações. Assim, a trajetória percorrida, bem como o tempo de circulação dos papéis, são registrados neles próprios através de tais procedimentos burocráticos. Esse conjunto de atividades constitui o *despacho*.

Segundo um acordo verbal estabelecido entre os servidores da SEIND, a data de recebimento dos papéis e o final de seu processo de circulação interna (etapa em que se espera que já exista uma ‘resposta’ ao envio do papel, construída progressivamente durante sua circulação), deve se prolongar por no máximo quinze dias. Isso nem sempre ocorre e, muitas vezes, suscita certa insatisfação por parte dos servidores. O principal motivo levantado pelos mesmos é a existência de diferentes variáveis que incidem no tempo levado pelos papéis que irão percorrer determinado trajeto: viagens, prazos para entrega de projetos, alteração de calendário de editais, acúmulo de trabalho, entre outros. Tais variáveis, no entanto, não suprimem as etapas de tal processo de circulação altamente formalizado (e que são incessantemente executadas pelos servidores, como veremos a seguir), mas dão margem a variadas estratégias adotadas no sentido de tornar tais processos mais dinâmicos. O acordo verbal anteriormente citado, bem como a ênfase na comunicação entre os servidores, são alguns exemplos que serão retomados na sequência.

Desta forma, ao tentar compreender o *despacho* no ambiente da Secretaria, fui levada a perceber a centralidade ocupada pelos papéis nas atividades cotidianamente desempenhadas pelos servidores. A relevância conferida aos despachos de papéis, por sua vez, apontou para a possibilidade de pensar a SEIND a partir da circulação dos mesmos, e revelou a reflexividade dos servidores a respeito dos procedimentos burocráticos cotidianamente executados.

Deve-se destacar que o ato de despachar adquire uma importância fundamental nesta análise ao ser parte integrante de um processo mais amplo de produção de documentos (ainda que a presença de papéis dentro da SEIND seja mais abrangente do que aqueles despachados). Nesse sentido, busco pensar a forma com que cada despacho,

10 Ressalva-se que nem sempre a data e a hora dos despachos estão registradas nos documentos.

ou cada estágio de circulação, é passível de produzir diferentes efeitos tanto nos próprios papéis que circulam (que são progressivamente modificados a cada etapa e, no momento em que são arquivados, já sustentam o *status* de documentos) quanto na própria Secretaria (já que sua circulação coloca em movimento não só os papéis, mas também pessoas vinculadas a diferentes esferas de representatividade política, como veremos na sequência).

Em sua etnografia “Persona, Agencia y Estado”, Brígida Renoldi (2010) investiga as rotinas judiciais em um “Juzgado Federal de Instrucción”, na Argentina. Ao acompanhar situações cotidianas do Juizado, a autora percebeu que a execução dos processos burocráticos é suscetível tanto à criatividade das pessoas, quanto aos meios materiais necessários para que eles ocorram (que nem sempre são utilizados da maneira prescrita). De forma semelhante, o esforço realizado neste capítulo busca refletir sobre a centralidade da circulação de papéis e demais procedimentos burocráticos, e suas diferentes potencialidades: mobilizar e conectar pessoas, atualizar relações, mobilizar forças políticas, e originar diferentes reflexos nas rotinas administrativas da SEIND. Assim, como Renoldi (2010) sugere, a dupla agência de pessoas e papéis provoca efeitos que escapam às funções anteriormente designadas a tais processos; é justamente essa possibilidade de superação que nos permitiria perceber o mecanismo burocrático em movimento, tornando possível o próprio funcionamento institucional (2010:106).

Destaca-se que olhar para os papéis enquanto forma de compreensão de processos mais amplos nos coloca frente a um vocabulário específico, em que o acionamento de certas categorias na escrita dos textos carregados pelos papéis evidencia sua conexão com outras esferas. Atentando para tal questão, as palavras destacadas em itálico serão tratadas enquanto categorias nativas, que requerem um olhar mais cuidadoso na análise que segue.

1.2 O ‘campo’ de papéis

A própria inserção no “campo” para a realização da pesquisa não escapou à centralidade dos papéis. Após o primeiro contato com a Secretaria realizado em outubro de 2011, ocasião em que foi possível conhecer alguns de seus servidores e conversar a respeito da realização de uma pesquisa cujo tema central seria a própria instituição, foi requerida a elaboração de um projeto de pesquisa que deveria ser enviado à SEIND. Tal

projeto, solicitado pela servidora Chris Lopes, responsável por atender este tipo de *demanda*, deveria passar pela análise dos *técnicos* da SEIND e do secretário de estado, que decidiriam pelo aceite ou não da realização da pesquisa.

Ao enviar o projeto, direcionei o e-mail a dois *técnicos*: a própria Chris Lopes e também a Ageu Vilácio, responsável pela *Coordenação de Índios na Cidade* (tema que me despertava interesse por estar vinculada ao Grupo de Etnologia Urbana do Laboratório de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo). Ageu Vilácio é indígena sateré-mawé e ocupa o cargo de Assessor na Coordenação de *Promoção Social* no Departamento de *Promoção dos Povos Indígenas* (DEPI) – o mesmo departamento da servidora Chris Lopes.

Não sei ao certo qual foi a circulação do projeto que encaminhei, no entanto, ao escrever manifestando minha vontade de retornar a Manaus no mês de fevereiro de 2012 com o objetivo de dar início a um período de trabalho de campo de três meses de duração, recebi uma resposta afirmativa. Ao chegar à capital amazonense, iniciou-se o diálogo com Chris Lopes a respeito da forma como a pesquisa seria conduzida. A servidora mencionou que a SEIND faz uso de alguns *documentos* no sentido de regulamentar as pesquisas realizadas na instituição: o Termo de Anuência à Pesquisa (TAP) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Anexo III).

O Termo de Anuência à Pesquisa (TAP) apresentado pela servidora consiste em um documento de duas páginas divididas em nove itens; cada um deles tem suas especificidades abordadas em distintos tópicos. A forma do documento, atentando aqui tanto para a diagramação da folha, quanto para o vocabulário acionado, demonstra grande similaridade a um contrato jurídico. A reprodução integral desse documento, na sequência¹¹, será realizada tanto no sentido de propiciar uma reflexão sobre as novas condições de negociação e regulamentação da pesquisa antropológica, quanto em função de exprimir um modo de operar que caracteriza a dinâmica da SEIND.

TERMO DE ANUÊNCIA PRÉVIA

Pelo presente a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas, com CNPJ 11.126.029.0001-30 e endereço à Rua Bernardo Ramos, 179, Centro, Manaus/AM, através de seu Secretário de Estado, **Bonifácio José**, brasileiro, [estado civil], com CPF [xxxx], está ciente e concorda com a realização do projeto de pesquisa de dissertação “**Índios e não índios na administração pública: uma etnografia da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Estado do**

¹¹ Alguns dados foram suprimidos no sentido de manter a privacidade dos interlocutores.

Amazonas”, da mestranda **Tiemi Kayamori Lobato da Costa** do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (PPGAS/SCHLA/UFPR), nos seguintes termos:

1 – Dos objetivos da pesquisa:

Objetivo Geral: Refletir sobre os desdobramentos do movimento indígena a partir de sua relação com a administração pública na Secretaria de Estado para os Povos Indígenas – SEIND.

2 – Sujeitos envolvidos na pesquisa:

Servidores da SEIND.

3 - Da forma como vai ser conduzida a pesquisa

Trata-se de uma pesquisa etnográfica que utilizará como instrumentos de coleta de dados:

- a) o levantamento documental de informações sobre a SEIND a fim de reconstruir a trajetória de criação da Secretaria;*
- b) acompanhar, documentar e registrar o processo interno diário da Secretaria na administração pública, buscando perceber a forma com que as políticas públicas voltadas às populações indígenas são elaboradas;*
- c) refletir sobre a trajetória dos funcionários indígenas e não indígenas da Secretaria, atividade que será realizada por meio de entrevistas;*
- d) levantar o relacionamento interinstitucional da Seind com outras instituições do Governo e fora dele, com as organizações indígenas e não indígenas, a fim de refletir sobre o modelo de gestão de políticas públicas.*

4 – Dos materiais biológicos e recursos genéticos a serem pesquisados

Não haverá utilização de materiais biológicos e recursos genéticos nesta pesquisa.

5 – Da utilização do conhecimento tradicional associado, da propriedade intelectual e da publicação dos resultados da pesquisa

A SEIND entende por publicação os artigos em periódicos, coletâneas, relatórios, laudos, gravações, vídeos, teses ou dissertação aprovada e quaisquer obras de acesso público impresso ou digital. As informações sobre “índios e não índios na administração pública” obtidos a partir da etnografia da SEIND, poderão ser publicadas pela pesquisadora desde que cumpra os seguintes requisitos:

- dar acesso ao manuscrito integral em português à SEIND para que esta, no prazo máximo de 30 dias, possa exercer seu direito de manifestação, comunicando por escrito seu consentimento ou indicando as partes não autorizadas para publicação;
- em qualquer caso de publicação, o pesquisador é obrigado à consignar a colaboração da SEIND.
- um exemplar de cada publicação deverá ser entregue à SEIND;
- os conhecimentos tradicionais identificados não serão patenteados.

6 – Dos impactos ambientais, sociais e culturais da pesquisa

A realização deste projeto de pesquisa não prevê impactos negativos ambientais, sociais ou culturais à SEIND.

7 – Do orçamento do projeto

As despesas com o projeto serão sustentadas pela pesquisadora e instituição à qual ela está inserida: Universidade Federal do Paraná (através de bolsa de estudos).

8 – Da repartição de benefícios

A SEIND define como benefícios quaisquer bens, produtos e/ou serviços oriundos do projeto de pesquisa e que podem ser repartidos, a exemplo de publicações e capacitações. Para esta pesquisa não haverá repartição de benefícios econômicos. A SEIND será beneficiada com os resultados:

- registro e documentação das atividades desenvolvidas pela Secretaria durante o período da pesquisa de campo (Março a Maio de 2012);
- divulgação da Secretaria, bem como destaque para as atividades realizadas pela mesma, em eventos acadêmicos dos quais a pesquisadora participar (congressos, reuniões, grupos de pesquisa, entre outros);
- compartilhamento de pesquisas e publicações acadêmicas dos grupos de pesquisa dos quais a pesquisadora faz parte, a saber: Núcleo de Antropologia Urbana – NAU, vinculado à Universidade de São Paulo – USP; Núcleo de Estudos Ameríndios – NEA, vinculado à Universidade Federal do Paraná – UFPR; e Núcleo de Antropologia da Política, do Estado e das Relações de Mercado – NAPER, vinculado à Universidade Federal do Paraná – UFPR.

9 – Compromisso do proponente

O pesquisador se compromete à:

- entregar uma cópia da tese (e todas as outras publicações a partir dela) à SEIND;
- garantir o direito da SEIND em retirar-se da pesquisa em qualquer fase sem que isto lhe cause implicações jurídicas ou econômicas;
- destacar a participação da SEIND na pesquisa.

Este Termo de Anuência não substitui a aprovação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Tendo lido e concordado com os termos acima descritos, assinam as partes envolvidas na pesquisa.

Este TAP é validado pela Ata da reunião realizada com as partes envolvidas.

Bonifácio José

Secretário de Estado para os Povos Indígenas

Tiemi Kayamori Lobato da Costa

Pesquisadora

Manaus, 19 de Março de 2012.

Mesmo que em um primeiro momento minha posição tenha sido de desconforto a respeito da assinatura de tal documento, justamente por se tratar de algo ainda controverso e pouco frequente na pesquisa antropológica, mais tarde, refletindo sobre a maneira como ele foi elaborado, bem como sobre a relevância conferida aos *despachos* na SEIND, tornou-se possível retornar a tal questão com um novo olhar.

Em primeiro lugar, o Termo de Anuência à Pesquisa (TAP) foi apresentado a mim de forma incompleta: eu deveria terminar de preenchê-lo de acordo com os dados contidos em meu projeto, com destaque à reprodução integral de seu objetivo geral e

objetivos específicos¹². Sendo assim, não é inadequado dizer que participei de sua elaboração. Nota-se também que a estrutura do documento provavelmente foi inspirada por outro Termo de Anuência previamente existente; um indício disso é o item quatro, que dispõe sobre o uso de materiais biológicos e recursos genéticos, o que não se aplica a uma pesquisa realizada em uma repartição pública como a SEIND. Desta forma, tal documento foi elaborado a partir de dois conjuntos diferentes de informações: seu conteúdo foi em parte retirado do projeto de pesquisa (ação realizada por mim), e em parte constituído a partir de uma fonte desconhecida.

Assim, ao incorporar trechos do meu projeto de pesquisa no TAP, é possível dizer que a Secretaria passa a assumi-los como sendo também os dela. Ao assinar o termo, estou me comprometendo com as próprias questões de pesquisa esboçadas por mim – que também passam a fazer parte dos compromissos com a instituição e com meus interlocutores – e vice-versa. O Termo de Anuência, nesse sentido, estabelece um compromisso recíproco entre a pesquisadora e os pesquisados a partir de um processo conjunto de construção de tal documento (ainda que a iniciativa seja oriunda de um dos lados).

Um dos compromissos firmados no Termo de Anuência a Pesquisa (TAP) seria a elaboração e o uso de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a ser assinado por todos os servidores que participassem da pesquisa através de entrevistas. Tendo em vista que o Termo de Consentimento também deveria ser aprovado pelos *técnicos* da SEIND, e já tendo a experiência de colaborar com a elaboração do Termo de Anuência, no momento de escrita deste segundo documento busquei me aproximar de um formato que reproduzisse a formalidade e o conteúdo do anterior (ANEXO I). O TCLE, nesse sentido, reproduz os objetivos contidos no TAP que, por sua vez, reproduz (mas não somente) os objetivos do projeto.

Destaca-se que o Termo de Anuência, além de ter gerado o Termo de Consentimento, deu origem a outro documento: um Parecer em relação à pesquisa. Este novo documento, que deveria ser assinado somente pelo Secretário de Estado, consiste em um texto de uma página que emite uma avaliação a respeito do Termo de Anuência (que, por sua vez, foi elaborado pela própria Secretaria, ainda que com minha participação), autorizando a realização da pesquisa. Da mesma forma que nos outros documentos, o Parecer também incorpora partes do Termo de Anuência ao qual se refere, acrescentando ainda algumas disposições. A recomendação foi de carregar o

¹² As partes preenchidas por mim no Termo de Anuência foram destacadas em itálico.

Parecer comigo cotidianamente, e apresentá-lo caso algum servidor tivesse dúvidas em relação aos dados que poderiam ser acessados – o que não foi necessário durante a pesquisa na SEIND. Imagino que isso deva ter ocorrido porque, além de passar por um procedimento de *integração* (em que fui apresentada a todos pela Coordenadora de Recursos Humanos, Karlene), durante a pesquisa foi possível estabelecer certa relação com os servidores que dispensou o papel.

Remontando à forma com que tais processos foram desencadeados, temos, inicialmente, o requerimento da elaboração de um documento expondo minhas intenções e objetivos: o projeto de pesquisa. Na sequência, observamos tal projeto sendo tratado como uma *demand*a a ser analisada pelos *técnicos* da SEIND. Temos a resposta ao projeto a partir da elaboração de um documento que busca regulamentar a realização da pesquisa: o Termo de Anuência à Pesquisa (TAP). Vimos que a forma seguida pelo Termo de Anuência foi incorporada de um documento desconhecido, já seu conteúdo foi parte retirado do projeto e parte consistiu em novos elementos. Tal Termo, por sua vez, requer o uso de outro documento na realização da pesquisa: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que surge enquanto um compromisso de minha parte em relação à Secretaria e/ou aos servidores entrevistados (tomados individualmente). Sua elaboração também foi de acordo com o formato buscado pelo Termo de Anuência, incorporando partes de seu conteúdo. Posteriormente, temos o Parecer em relação ao próprio Termo de Anuência emitido pela Secretaria, que reforça os objetivos estabelecidos nos documentos anteriores oriundos primeiramente do projeto elaborado. Embora o conteúdo dos documentos pareça ser o mesmo, cada um cumpre um fim específico, não podendo ser substituído por outro.

O processo de produção destes quatro documentos evidencia seus padrões e também peculiaridades: ao utilizar certo formato e vocabulário reproduzindo partes uns dos outros, e ao acrescentar novas disposições (dando origem a mais documentos), cada um deles passa a ser insubstituível - o que também permite que cumpram diferentes papéis. Tal dinâmica permite a observação de um processo em que um documento pré-existente e de origem incerta (ao menos para mim), condiciona o surgimento dos demais. Nesse sentido, os papéis colocam certas regras que devem ser seguidas tanto por mim quanto pelos servidores, ao mesmo tempo em que são multiplicados por nós mesmos.

A regulamentação da situação de pesquisa através do contrato tem sido acionada em contextos contemporâneos e, de certa forma, está ligada a formas contratuais que

vêm de outras esferas. A antropologia, disciplina que desde sua consolidação busca continuamente refletir sobre seus processos de produção de conhecimento, tem procurado analisar as consequências que isso pode trazer à realização das etnografias, tanto por parte dos pesquisadores quanto dos seus interlocutores. No caso específico aqui ilustrado, foi possível perceber que embora a assinatura de tais termos não seja uma prática comumente observada na pesquisa antropológica, em outras áreas, isso é um padrão. Desta forma, acredito que este desdobramento está perfeitamente alinhado aos processos e dinâmicas que acompanhei dentro da Secretaria: todos devidamente registrados em papel.

Ao mesmo tempo, é preciso levar em conta que, por um lado, temos uma pesquisadora desconhecida, vinda de uma região distante, e inexperiente; e, por outro, uma instituição pública imersa em uma conjuntura bastante complexa de interação, muitas vezes tensa, tanto com o próprio governo do estado quanto com organizações indígenas, o que justificaria certo cuidado com a minha presença.

Não posso dizer ao certo se esses foram os motivos que levaram à elaboração do Termo de Anuência e, mais tarde, de um Parecer a respeito do mesmo. No entanto, é de suma importância mencionar que nem o Termo, nem o Parecer foram assinados. Na época em que tais documentos foram elaborados o Secretário encontrava-se fora da cidade e, após seu retorno, o assunto não voltou à tona. Talvez este fato aponte muito mais para a relevância do processo de produção de tais documentos e para minha disposição a assiná-los, do que para o contrato em si e seus efeitos. A novidade de tal forma de regulamentação, nesse sentido, parece ter se dado não apenas pelo lado da pesquisadora, mas também consistiu em uma experimentação pelo lado dos próprios pesquisados.

Foi durante este momento de negociação que um dos itens contidos no TAP tomou grande importância: o “Compromisso do Proponente”. De acordo com Chris Lopes, para a realização da pesquisa na SEIND espera-se que o interessado ofereça alguma forma de ‘contrapartida’. Assim, busca-se o estabelecimento de compromissos não somente antes e após o trabalho de campo (como o compartilhamento dos resultados e a entrega de uma cópia da dissertação, por exemplo), mas também durante sua realização.

A conversa com a servidora da SEIND seguiu a partir de um exemplo: “Se você soubesse utilizar o Excel de forma avançada, poderia propor um curso de Excel para os servidores”. Meu repertório de Excel era mínimo, bem como o de cursos que poderia

oferecer. Conversando mais um pouco, Chris levantou que durante a reunião de Planejamento Estratégico, momento em que é realizado, ao começo do ano, um balanço do trabalho na e da Secretaria, surgiu como questão a insuficiência de dados relativos às *demandas* oriundas da “sociedade”. Em outros termos, não seria possível avaliar “o que a ‘sociedade’ espera da SEIND” de acordo com a servidora. A ausência de um registro sistemático sobre ‘por que’ as pessoas procuram a SEIND também dificultaria o acompanhamento, por parte dos servidores, das atividades realizadas em outros departamentos, impossibilitando traçar um quadro ‘geral’ da instituição. Não era possível saber quantas *demandas* chegam à Secretaria por mês ou mesmo quais seriam as mais recorrentes; assim, seria de extrema importância tentar desenvolver algum sistema de catalogação.

Buscando de alguma forma coletar dados para pensar as *demandas*, e mais uma vez seguindo as recomendações de Chris Lopes, dei início a um trabalho bastante ‘manual’: tabelar todos os registros de pessoas ou instituições que procuraram a SEIND em janeiro e fevereiro de 2012 (meses que antecederam o trabalho de campo), e outubro e novembro de 2009 (os dois primeiros meses de funcionamento da SEIND como uma Secretaria de Estado). Estabelecemos que esta atividade integraria minha contrapartida durante a realização da pesquisa.

1.3 As *demandas*

A tarefa de tabular as *demandas*, que inicialmente parecia bastante manual, se mostrou muito interessante: ao mesmo tempo em que minha presença na Secretaria não mais dependia da realização de entrevistas (pois agora eu tinha uma ‘função’ que permitia acompanhar o cotidiano da SEIND), os servidores passaram a me ver ao computador, digitando tabelas e mexendo em papéis e pastas – como a maioria deles no dia-a-dia.

Ao lidar com as *demandas* fui gradativamente percebendo que elas forneciam uma via de acesso à compreensão das relações entre a SEIND e seus diferentes interlocutores, assim como do próprio funcionamento da Secretaria que, em grande medida, é um efeito das numerosas *demandas* que recebe. A partir da materialidade das demandas, começaram a surgir conexões entre as rotinas administrativas e o exterior da secretaria, bem como entre seus próprios departamentos e servidores.

A sala em que passei a ‘trabalhar’ era uma divisão do Gabinete do Secretário, onde também trabalha um de seus assessores e duas estagiárias (que a maior parte do tempo pareciam estar bastante atarefadas, constituindo praticamente a expressão física do movimento dos papéis indo de uma sala a outra). Fui alocada justamente no local de maior prestígio da SEIND: perto da sala do secretário, juntamente com seus assessores e ao lado da sala da chefe de gabinete. Ao mesmo tempo, acredito que este local possibilitava certo controle, por parte deles, a respeito das atividades que eu estava desenvolvendo.



Figura 27: A assessora Keli Oliveira na sala da chefe de gabinete, Ozenete Aguiar. Ao fundo estão algumas das pastas que contêm as demandas analisadas na pesquisa.

O trabalho que eu deveria desenvolver olhando para aquela enorme quantidade de *demandas* era separar os papéis recebidos e verificar o conteúdo de cada um deles – qual era a *demanda* contida nele (caso houvesse), quem foi o autor do documento, de onde veio e o tempo que permaneceu em circulação na Secretaria. As *demandas* dos meses de janeiro e fevereiro de 2012 estavam arquivadas em pastas com os dizeres “Documentos Recebidos” e organizadas de acordo com as instituições que as encaminharam à SEIND. Também havia outras pastas e arquivos que continham mais “documentos recebidos” ou “expedidos” em anos anteriores. Note-se que, ao serem arquivados nas pastas (portanto, ao encerrarem sua circulação - ao menos

temporariamente, já que uma pesquisadora vinda de longe pode vir a resgatá-los), os papéis recebidos já sustentam o *status* de documentos e contêm algum *despacho* capaz de interromper sua movimentação.

As pastas com que lidei tinham sido organizadas da seguinte forma: demais secretarias e órgãos do governo do estado se encontravam em uma pasta; as *demandas* oriundas de instituições públicas federais estavam organizadas em outra pasta; e, com um volume maior de documentos, na terceira pasta estavam organizadas as *demandas* das “Organizações Indígenas”. Nesta última se encontravam, além de ofícios e cartas circulares de associações e organizações indígenas, *demandas* individuais.

As *demandas* que chegam à SEIND são as mais diversas, podendo ser enviadas por indivíduos ou coletivos indígenas (esses últimos podem ou não estar institucionalizados sob a forma de associações). Apesar da multiplicidade de contextos que podem dar origem a *demandas*, a fala do chefe do Departamento de Etnodesenvolvimento, Cristiano, não indígena, técnico em pesca e com pós-graduação em gestão ambiental, revela a existência de alguns critérios que operam no sentido de organizar a forma como elas serão tratadas:

“Chegam *demandas* individuais, chegam *demandas* de comunidades, e chegam *demandas* em nome de organizações indígenas. A política adotada pela secretaria, dado os critérios de acesso a recursos, é que só tem como atender ou tentar atender as *demandas* em nome de um grupo, e que esse grupo esteja formalizado por meio de organização indígena. Então o atendimento é basicamente por meio de organizações indígenas. As que chegam por meio individual ou comunitário, a gente procura informá-los que temos as limitações para estar atendendo as *demandas* de grupos não formais, dado nosso orçamento, que se a gente tivesse um orçamento maior até daria para estar atendendo. Como não tem e o orçamento é limitado, como a gente faz: recebe a *demanda* e, em conjunto com a organização indígena, procura transformar essa *demanda* em um *projeto* para que seja captado esse recurso e que esse recurso seja passado para a organização”.

(Cristiano, em entrevista, 08/05/2012)

As *demandas*, de maneira geral, podem conter pedidos de bens materiais, como aquisição de barcos, motores, construção de malocas, passagens fluviais etc., ou então tratar de assuntos ‘não materiais’, como requerimentos para a elaboração de projetos, reconhecimento político, pedido de visitas técnicas e agendamento de reuniões, entre outros. Vale destacar que uma *demanda* que inicialmente poderia ser vista como ‘não material’, tal como a elaboração de um *projeto*, pode ser um meio para adquirir um bem

material: a construção de uma maloca. O funcionamento da Secretaria é estreitamente vinculado à atenção destas *demandas*.

As *demandas* individuais, bem menos frequentes que aquelas oriundas de grupos, geralmente são manuscritas em papel sulfite ou mesmo folhas de caderno. Dentro de um universo de 103 demandas tabuladas referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2012, apenas seis eram provenientes de indivíduos desvinculados de qualquer instituição. Grande parte das vezes solicitavam apoio jurídico ou financeiro em casos específicos. O exemplo a seguir é de uma *demanda* individual que foi manuscrita em folha sulfite. Como as demais *demandas*, esta também se endereça ao Secretário, saudando-o formalmente. Bastante pontual, seu remetente solicita passagem fluvial no trecho Manaus – Santa Isabel do Rio Negro, município do norte amazonense:

"O motivo dessa solicitação, que não estava no meu planejamento, é que a minha sogra faleceu, no início dessa semana, vítima de picada de cobra, no município de Santa Isabel do Rio Negro, deixando minha esposa só com duas crianças, fazendo com que meu regresso fosse antecipado".
(Fonte: Arquivo SEIND.)

Demandas como esta aparentam ser entregues em mãos na Secretaria, já que não há registro de passagem pelos Correios, como selos ou envelopes. Pelo padrão seguido por tais cartas (bastante semelhante ao formato utilizado na produção de documentos na própria Secretaria), não é de se estranhar que tenham sido escritas na própria instituição, provavelmente com o auxílio de algum servidor. Das *demandas* deste tipo a que tive acesso, nenhuma foi atendida. Os despachos contidos nelas repetiam a frase “informar a impossibilidade de atender”, por vezes mencionando a falta de recursos da instituição, e sempre foram realizados no primeiro estágio da circulação: o gabinete do Secretário¹³.

Podemos citar como outro exemplo de demanda o seguinte ofício emitido por uma associação indígena da região do centro amazonense. A Associação requer a elaboração de um projeto para a construção de um galpão, configurando uma demanda simultaneamente material e não material. No cabeçalho está o logotipo da associação e seu nome, logo abaixo o número do ofício, local e data. Percebemos que existe grande preocupação com o vocabulário e o formato utilizados pela associação na escrita da *demanda*:

¹³ As etapas de circulação dos documentos serão tratadas adiante.

[Logotipo da Associação]

Ofício n° XXX

[Município], 21 de Setembro de 2009

Ao Exmo. Senhor
Jecinaldo,
Secretario de Estado.

Prezado senhor,

Ao cumprimentá-lo, solicitamos apoio técnico para elaboração de projeto para construção de um galpão para armazenamento e beneficiamento de babaçu.

Sendo o que temos a tratar no momento, desde já agradecemos a atenção e compreensão.

Atenciosamente,

[Assinatura do presidente da associação].

Fonte: Arquivo SEIND

Na página seguinte está um esboço do galpão que a associação deseja construir, especificando suas dimensões e também as medidas do muro para cercá-lo. Como mencionado anteriormente, *demandas* como esta são encaminhadas aos *técnicos* da SEIND para a escrita dos projetos, tarefa realizada geralmente em conjunto ou através da consulta às Associações, para então serem submetidos a editais de outras instituições públicas. Esse processo será detalhado no Capítulo 3.

O contraste entre ambas as *demandas* demonstra que as que solicitam bens materiais diretamente à Secretaria têm sua circulação restrita, sendo logo nos primeiros *despachos* comunicada a “impossibilidade de atendimento”, enquanto aquelas que solicitam apoio para a escrita de *projetos* são frequentemente atendidas. Mais que isso, elas compõem uma das atividades centrais da secretaria.

Conforme citado anteriormente, existem demandas que não são relacionadas a bens materiais ou apoio financeiro. Um exemplo é o seguinte ofício emitido por uma associação indígena da região do Alto Solimões, datado de 30 de Outubro de 2009 (ou seja, alguns meses após a criação da SEIND).

Seguindo o mesmo formato da *demandas* anterior, o que o ofício requer é o reconhecimento da associação remetente junto à Secretaria:

[logotipo da Associação]

OFICIO CIRCULAR Nº XXXX

[Município], AM.

Assunto: Informação

Senhor Secretário,

Vimos através deste ofício encaminharmos a v. Senhoria, a nossos préstimos, parabenizando a função e da nomeação concretizado no governo Eduardo Braga, estamos felizes, que o companheiro de luta está no poder, temos a convicção e plena certeza vai mostrar a sua competência, que somos capazes de assumir responsabilidade em qualquer instância. Aproveitamos do ensejo de encaminharmos o nome dos representantes das organizações ou associações constituídas no município de [nome do município]. Solicitamos o reconhecimento das organizações ou associações indígenas do município. Segue as relações das seguintes organizações ou associações e seu presidente, a baixo relacionada:

[Lista das organizações e associações]

Justificativa: (...) queremos que a nossa organização indígena constituída no município seja conhecida, não aceitamos intermediários, como sempre vem acontecendo que dependia de outra liderança do outro município, queremos que mantenham contato direto através de representantes. Muito evento acontece, mas o representante das organizações não são convidados para participar do movimento. Diante deste ofício, solicitamos do senhor secretario da SEIND que registre e faça encaminhamento às outras secretarias estaduais se fizer necessário, confiamos no senhor para articular o reconhecimento dos parentes que precisam de apoio. Assim sendo, fortaleceremos a política indígena de base, junto às autoridades constituídas no nosso estado.

Sem mais no momento para solicitar, agradecemos a compreensão de todos.

[Assinatura do presidente da associação].

[Município], 30/10/2009

Fonte: Arquivo SEIND

O “assunto” da demanda é bastante significativo: “Informação”. Notamos que a associação *informa* à SEIND quais seriam as outras associações legítimas no município e, ao mesmo tempo, solicita seu reconhecimento por parte da Secretaria. Por outro lado, ao pedir reconhecimento à Secretaria, a associação também acaba por conferir legitimidade à instituição enquanto espaço de “política indígena” na administração pública.

A ênfase na capacidade política indígena presente na *demand*a acaba por produzir um “nós” indígena: “[nós] somos capazes de assumir responsabilidade em qualquer instância”. O acionamento do termo “parentes” no sentido de sugerir a inexistência de divisão entre os “parentes” que estão no governo e os “parentes” que estão nas associações também opera nesse sentido: “confiamos no senhor para articular o reconhecimento dos parentes que precisam de apoio”. O documento emitido pela

associação também carrega certa noção de conquista com a criação da SEIND que, ao mesmo tempo, confere sentido à sua existência: um espaço indígena no Estado. Tal espaço é legitimado no momento em que a associação pede para que a SEIND repasse essa “informação” para outras secretarias estaduais. Desta forma, se anteriormente as associações citadas não eram reconhecidas pelo governo, a partir do momento em que a SEIND é criada e ocorre a nomeação de um “companheiro de luta” para o “poder”, isso passa a se tornar possível. A demanda, nesse sentido, diferencia a Secretaria das associações e organizações indígenas e, ao mesmo tempo, confere a ela um lugar legítimo dentro da administração estatal que permite a articulação com outras repartições do estado.

Apesar de o conteúdo ser bastante variável, é possível perceber que as maiores diferenças são as que distinguem as *demandas* individuais das *demandas* institucionais. Por outro lado, as demandas institucionais, tanto oriundas da administração pública (inclusive da própria SEIND), quanto das associações indígenas, são bastante semelhantes em termos formais.

As *demandas* individuais a que tive acesso solicitavam elementos pontuais, majoritariamente passagens de barco para diferentes localidades do estado. Tal tipo de pedido também foi realizado por algumas associações indígenas, no entanto, como mencionado, os *despachos* foram os mesmos: “informar a impossibilidade de atendimento”. Nenhuma das *demandas* individuais havia sido digitada ou enviada eletronicamente, eram todas manuscritas, no vocabulário utilizado era possível perceber certo cuidado na escolha das palavras, no entanto o texto era bem mais simples do que aquele encontrado nas *demandas* oriundas de instituições.

Estas iniciavam, geralmente, com o logotipo da associação indígena ou órgão público no cabeçalho da folha, seguido do número do ofício ou carta circular (se existente), município e data. Logo abaixo se colocava o assunto, por vezes os remetentes, por exemplo: “Caciques indígenas e demais lideranças da [nome da associação]”. Todas as *demandas* têm como destinatário o Secretário¹⁴. A opção mais utilizada pelas associações indígenas para se referirem ao Secretário é: “Senhor

¹⁴ Em certa ocasião (que será narrada logo na sequência) produzi uma *demanda* endereçada a um dos *técnicos* da SEIND (e não ao Secretário). Foi prontamente corrigida pelo *técnico* uma vez que o Secretário deveria ser o destinatário do *documento*.

Secretário”, enquanto as instituições públicas optam por: “ao Exmo. Senhor Secretário”. Após essa introdução, geralmente seguem um ou dois parágrafos que expõem o assunto a ser tratado, finalizando com a assinatura do titular do órgão público ou da associação indígena. Nota-se que no caso das associações mais de uma pessoa pode assinar, como em situações em que a *demanda* tenha sido escrita em uma reunião com vários participantes. A este conjunto de elementos são incorporados mais tarde, pelos servidores da SEIND, os diferentes carimbos, assinaturas e encaminhamentos dos *despachos*.

A busca por determinado ‘vocabulário’ e ‘formato’ no momento de produzir os documentos de regulamentação da pesquisa, bem como a tentativa de aproximar as *demandas* de tais parâmetros, aponta para a relevância conferida a uma forma de comunicação específica com a administração pública ou entre os órgãos que a compõem. A SEIND, órgão relativamente novo, acaba por reproduzir (e assim também produzir) tais parâmetros, orientando as associações indígenas a fazerem o mesmo. Nesse sentido, tais rotinas administrativas, que já se encontram sedimentadas no universo da burocracia estatal, evidenciam certo *modo de fazer* que ultrapassa a Secretaria e as associações, e preexistem a elas. No entanto, é possível perceber que tais rotinas são incorporadas pelas instituições e seus agentes em um processo de aprendizagem coletiva de estar/se relacionar com o estado.

As falas que exponho na sequência exemplificam tal questão. A primeira é do chefe de Departamento de Etnodesenvolvimento, Cristiano, que narra uma reunião ocorrida entre a SEIND e diversas organizações indígenas. A segunda reflexão é de Ageu Vilácio, indígena sateré-mawé, servidor do Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, que discorre sobre o relacionamento com outras secretarias a partir de sua experiência enquanto servidor da SEIND:

“Ano passado a gente fez um encontro governo do estado e povos indígenas (...) e a gente aproveitou para apresentar a realidade da SEIND. (...) Então mostramos tudo o que é a Secretaria, qual é o papel de um técnico na secretaria, como que funciona a transformação de uma *demanda*, como chega a *demanda* deles pra gente. Tem muita que chega manual, manuscrito, indígena não coloca telefone, não tem nada... Eu disse: “parente, fica difícil atender isso aqui porque só sei o nome de quem ta pedindo. Não sei onde o cara mora, não tem contato, não tem nada. Como eu vou atender? Primeiro que não tem orçamento, segundo é que eu poderia transformar isso aqui em um projeto. Mas como eu vou transformar uma simples folha [em projeto]?!”. A gente escaneou, mostrou na reunião: “parente, olha aqui o que chega: pedido de uma caixa de frango, pedido de rancho, a Secretaria não é para estar atendendo individualmente, é para atender coletivo”. Aí eles: “Poxa a gente não sabia... Tem técnicos que são nossos, que

estão lá dentro [da SEIND], que vem de vez em quando na região e que nunca falaram disso pra gente aqui.”

(Cristiano, em entrevista, 08/05/2012)

Se você for analisar aqui dentro, o movimento te olha e pensa: o parente tá lá, vai nos ajudar, mas se o sistema não te permite que tu o ajudes, ou tu não crias estratégia para que isso reflita nas bases, acaba te quebrando, te queimando. Você tem que pensar: tem um sistema que precisa ser trabalhado, fazer com que isso aqui reflita em políticas públicas para as bases, estou falando isso tecnicamente, mas não é nada fácil, porque o sistema também é fechado. (...) Quando vou a outras secretarias e falam isso [pedir por escrito], não faço. Eu sei que vai dizer “não tem”. “Qual a possibilidade de nós trabalharmos juntos?”, “ah, nós temos isso e isso”. Aí eu vou escrever, mas vou diretamente nisso que você tem, que você pode me ajudar, entendeu? Mas isso não deve acontecer. Segundo a cartilha do servidor público eu não posso fazer essa articulação sem autorização da minha chefe, do meu superior... (...) Tem um fluxograma... (...) Mas isso aqui é uma construção.

(Ageu Vilácio, em entrevista, 11/04/2012)

A fala de Cristiano mostra que algumas *demandas* têm maior possibilidade de ser atendidas ou transformadas em projeto: aquelas cuja identificação dos remetentes é clara (nome, telefone ou endereço) e que não configuram pedidos individuais (como caixa de frango, ou passagens fluviais, conforme abordado nos parágrafos anteriores). Vale destacar que ele se refere a demandas enviadas por organizações ou indivíduos indígenas para a Secretaria e, apesar de não ser indígena, utiliza o termo “parentes”, o que passa certa noção de unidade entre a Secretaria e as organizações. Já Ageu, em sua fala, parece compreender que o “sistema” muitas vezes não está em consonância com as comunidades indígenas, por isso precisa ser “trabalhado”. Assim, em um primeiro momento, faz referência aos indígenas que vão à SEIND procurar auxílio para alguma questão e recebem a resposta de que devem realizar um encaminhamento por escrito – o que nem sempre é efetivo, considerando-se os limites orçamentários e as normas administrativas a serem observadas. Ageu expõe sua experiência enquanto servidor de ir a outras secretarias pedir auxílio, e constata que muitas vezes o encaminhamento por escrito não é suficiente, sendo acionado apenas depois de outras formas de comunicação entre ambas as instituições.

Os dois casos, no entanto, nos mostram que o processo de lidar com as rotinas administrativas dos órgãos públicos compreende a aprendizagem da melhor forma de fazê-lo, que passa não apenas pela formalidade escrita das demandas, mas também pela

experiência e pela aprendizagem de se relacionar com as instituições públicas – seja enquanto servidor, ou enquanto representante de alguma associação.

Olhando para os documentos produzidos e para as falas dos servidores a respeito das rotinas administrativas, foi possível perceber que certas categorias podem ser utilizadas carregando diferentes sentidos. A própria palavra *demanda*, por exemplo, pode ser associada a um universo político de reivindicação de direitos e, simultaneamente, operar enquanto categoria burocrática na SEIND - uma maneira de classificar certos papéis. Desta forma, os *despachos*, *documentos* e *carimbos*, que inicialmente podem ser identificados com certo universo burocrático, acabam por se misturar, nos papéis recebidos e encaminhados, às *demandas*, *reivindicações* e *solicitações* vindas de indivíduos ou coletivos indígenas. Ao elaborar projetos e produzir documentos, a SEIND acaba por consagrar esta confluência de palavras e significados em forma de texto, tratando-os enquanto documentos oficiais.

O fato de todas as *demandas* serem formuladas através de textos e se materializarem em papéis para assumirem essa condição, já que demandas verbais não são reconhecidas plenamente como *demandas*, configurou um aspecto de grande importância na análise. Em certa ocasião, levei à Secretaria uma carta que solicitava a realização de uma ‘visita técnica’ a uma comunidade indígena sateré-mawé, no município vizinho de Manaquiri. A entrega da carta em mãos foi o pedido de um colega que não se encontrava em Manaus. Ele já havia feito toda a negociação para a visita pessoalmente semanas antes (conversa que acompanhei), e a carta, requerida pelo servidor da SEIND, consistiria apenas em uma ‘oficialização’ do pedido. Frente à falha de comunicação via e-mail e telefone, meu colega não encontrou alternativa senão pedir para que eu intermediasse a negociação. Imprimi a carta na própria Secretaria e a entreguei ao *técnico* responsável pela autorização da visita (o mesmo que havia conversado comigo e meu colega dias antes). Para minha surpresa o *técnico* pegou a carta e foi até a portaria, onde o porteiro realizou o *despacho* registrando a data de recebimento, e em seguida se dirigiu à chefe de gabinete (a próxima ‘parada’ da carta), pedindo que ela tentasse “dar os *encaminhamentos*” o quanto antes, já que a data para a visita se aproximava.

Assim, nota-se que uma atividade - visita à comunidade sateré-mawé - que, teoricamente, independe de portaria, chefe de gabinete e talvez da própria autorização do Secretário - pois já havia sido previamente negociada por meu colega com a própria comunidade e com o *técnico* responsável por sua realização - precisou primeiramente se materializar em *papel* para ter validade frente à administração da Secretaria. Mais que isso, esse papel precisava realizar determinado percurso para se tornar válido: passar pela portaria, depois pelo gabinete do secretário, pelo chefe de departamento para, finalmente, chegar às mãos do *técnico* que fez o requerimento de sua própria existência. Só assim a carta seria passível de desempenhar a função esperada – agendar a visita.

Como este exemplo demonstra, ao chegar à Secretaria via Correio, fax, *e-mail*, ou mesmo quando entregues pessoalmente, os papéis sempre recebem o primeiro *despacho* das mesmas pessoas: os dois funcionários encarregados da portaria, contratados através de uma empresa terceirizada. A escrivania onde as pessoas são recebidas logo que chegam à SEIND é equipada com carimbos, canetas e folhas; com esses materiais são realizados os *despachos* dos papéis. Nem todos os papéis chegam à SEIND pela porta de entrada: ao contrário, muitos deles são enviados eletronicamente (via fax ou *e-mail*), ou mesmo produzidos no local com assistência de alguns dos servidores que transformam as *demandas* verbais em documentos. Mas mesmo quando tais papéis ‘chegam’ aos porteiros no formato de e-mails impressos no andar de cima, ou fax recebidos pelo gabinete do secretário, é ali que se inicia o registro da circulação.

Em sua pesquisa intitulada “A Burocracia Vista do Cartório”, Danilo Souza Pinto (2007) se debruça sobre os procedimentos adotados nos cartórios para compreender o *modus operandi* de um setor específico da burocracia estatal brasileira¹⁵. Refletindo sobre a autenticação de assinaturas, o autor coloca:

“Desta maneira, ao associar pessoas concretas a nomes e assinaturas, estas pessoas passam a ser burocraticamente inteligíveis, e a ação contida no documento passa a ser lida como legítima perante o Estado, pois foi assimilada pelo idioma falado por este, após o cumprimento de todos os procedimentos necessários. Agora esta ação existe oficialmente, pois foi traduzida para o idioma do oficial. De um papel, passou a documento legítimo”. (Souza Pinto, 2007:69).

Embora partindo de um contexto diferente de análise, as reflexões de Souza Pinto ajudam a compreender que o esforço realizado no sentido de transformar as

¹⁵ Deve-se destacar que desde a Constituição de 1988 os cartórios não são mais órgãos estatais, e sim, serviços exercidos em caráter privado por delegação do poder público.

demandas em papel proporciona sua inteligibilidade à Secretaria. Mais que isso, evidenciam um modo específico de fazer diferentes elementos existirem dentro das instituições públicas: através do papel. Ainda que as *demandas* que chegam à SEIND surjam a partir de diferentes contextos (algumas delas, inclusive, já sendo reconhecidas como *documentos*), sua entrada na Secretaria é sempre padronizada. Isso significa não apenas uma padronização burocrática na produção de documentos a partir de um formato específico, mas também a necessidade do cumprimento de determinado percurso entre as salas e departamentos da SEIND (que, por sua vez, é centralizado e determinado pelo gabinete do Secretário). São esses dois requisitos que permitem a passagem do não-oficial para a oficialidade dos *carimbos*, *assinaturas* e *despachos*.

A partir das reflexões anteriores é possível notar uma forma de apreensão do mundo ‘de fora’ da SEIND através dos papéis. Olhar para as *demandas* enviadas, nesse sentido, permite pensar a Secretaria enquanto ponto de convergência de diversas expectativas projetadas tanto por aqueles que procuram a SEIND, quanto por aqueles que se relacionam com ela de outra forma. Essas múltiplas expectativas (que grande parte das vezes se materializam em documentos tratados enquanto *demandas*) acabam por colocar em questão, continuamente e cotidianamente, o que deveria ser uma ‘administração pública indígena’, tanto nas diferentes esferas a partir das quais são projetadas, quanto para a própria Secretaria.

A simultaneidade de ambos os processos também acaba por delinear os contornos da própria SEIND, inclusive negociando os limites entre ‘dentro’ e ‘fora’ contextualmente. Assim, através das *demandas* e documentos que circulam percebemos a emergência de diferentes formas de compreensão da Secretaria, que podem produzir um “nós” indígena que alia outras instituições públicas à SEIND, ou a SEIND às associações indígenas, mas também pode contrapor tais âmbitos: instituições públicas *versus* SEIND, ou SEIND *versus* associações, etc.

A passagem do não oficial para o oficial através de diferentes procedimentos burocráticos, nesse sentido, também faria parte desse constante movimento de negociação, incorporando elementos ‘de fora’ (supostamente não estatais) à linguagem estatal, e vice-versa (um exemplo já citado nesse sentido é a própria categoria *demanda* que atua organizando certos tipos de papéis).

Estas expectativas projetadas, ainda que sejam discrepantes, demonstram ter uma incidência muito concreta nos processos internos à instituição, pois ao mesmo tempo em que constroem (mesmo que de forma fragmentária) o que deveria ser uma

‘administração pública indígena’ para diferentes agentes, obrigam quem está ‘dentro’ a construir uma resposta – uma resposta de Secretaria de governo.

Um exemplo que ilustra esta questão é a forma com que se deu a atual configuração do Departamento de Etnodesenvolvimento (DETNO). Este departamento, ao lado do Departamento de Promoção dos Direitos Indígenas (DEPI), é considerado de *atividade fim* da Secretaria, ou seja, é onde são escritos os projetos a partir das *demandas* ou definidas as *ações* da Secretaria¹⁶. Na lei de criação da SEIND, o DETNO é composto por seis diferentes gerências (Gerência de Produção, Negócios e Desenvolvimento Sustentável, Gerência de Extrativismo, Gerência de Turismo e Meio Ambiente, Gerência de Cultura, Esporte e Lazer, Gerência de Fortalecimento das Organizações Indígenas, Gerência de Mudanças Climáticas e Pesquisa) e uma assessoria de apoio administrativo. No entanto, o chefe de departamento, Cristiano, comentou que a equipe ficava sobrecarregada em determinadas áreas, fazendo com que outra configuração se tornasse mais interessante:

“A gente verificou que as *demandas* que chegam dos povos indígenas têm um quantitativo maior em determinada área. Um exemplo: a demanda maior era de agricultura familiar. Então acabava que o Gerente de Produção acabava ficando um pouco sobrecarregado. (...) O segundo era de fortalecimento: tinha muito pedido de apoio para assembleia, para criação de organizações indígenas, e acabava que esse gerente ficava muito sobrecarregado. Então nós fizemos a avaliação e achamos por bem montar uma estrutura extinguindo as gerências específicas. Foi montada para 2011 uma estrutura com duas coordenações dentro do departamento (...).”
(Cristiano, em entrevista, 08/05/2012)

Atualmente o departamento é organizado em duas coordenações. A primeira é de Território da Cidadania, e possui dois servidores. Eles são encarregados de lidar com a questão de projetos ambientais e de agricultura familiar. A segunda gerência é de Programas e Projetos, que possui cinco servidores. Sua atribuição é elaborar e dar apoio a projetos que visem a realização de eventos voltados à articulação das associações indígenas - tanto em seus passos iniciais, quanto depois de formadas. Há, inclusive, um servidor que se ocupa basicamente da parte jurídica da criação de uma associação, e redige os estatutos e regimentos internos quando necessário.

¹⁶ Essas questões serão retomadas nos capítulos seguintes.

Notamos assim que a atenção às *demandas*, além de conformar a principal atividade dentro da SEIND, movimentando papéis e definindo certas funções dos servidores, tem grande influência na própria forma com que Secretaria se estrutura. Sejam individuais ou coletivas, políticas ou materiais, as *demandas*, em certa medida, são também responsáveis pela produção da própria administração pública.

O capítulo seguinte irá tratar da organização interna da SEIND no sentido de pensar os critérios que colocam as demandas em circulação. Buscarei pensar como os servidores, com diferentes trajetórias e pertencimentos, produzem uma forma de burocracia específica ao executar as rotinas administrativas, e que é possível apenas no ambiente da SEIND.

Capítulo 2: Espaços, *despachos* e pessoas.

Neste capítulo irei tratar do desencadeamento e atualização de relações através dos procedimentos administrativos anteriormente descritos, localizando-os no tempo, espaço e hierarquia interna da SEIND.

2.1 Movimentos e Hierarquias: a organização interna da SEIND.

A sala em que passei a ‘trabalhar’ tabulando demandas era justamente o local de maior prestígio da SEIND: uma divisão do gabinete do secretário, juntamente com seus assessores e ao lado da sala da chefe de gabinete. Lá também ficavam duas estagiárias (que a maior parte do tempo pareciam estar bastante atarefadas, constituindo praticamente a expressão física do movimento dos papéis indo de uma sala a outra). Ao mesmo tempo, este local possibilitava certo controle, por parte deles, a respeito das atividades que eu estava desenvolvendo.

A sala possuía uma grande estante com diversas pastas e arquivos, alguns recentes e outros ainda da extinta Fundação Estadual dos Povos Indígenas - FEPI. Tal cenário é bastante comum na SEIND: todas as salas possuem grandes estantes repletas de arquivos e pastas coloridas com muitos documentos; aliás, existem duas ou três salas menores da Secretaria destinadas exclusivamente para o armazenamento de mais documentos.



Figura 28: Espaço onde a pesquisadora passou alguns dias tabelando as *demandas* presentes nas pastas e arquivos da foto.

Olhando para o espaço físico da SEIND na figura abaixo, e tendo em vista a movimentação dos documentos descrita no capítulo anterior, podemos perceber que os papéis transitam por toda extensão da Secretaria, conectando todas as salas, departamentos e servidores da SEIND uns aos outros:

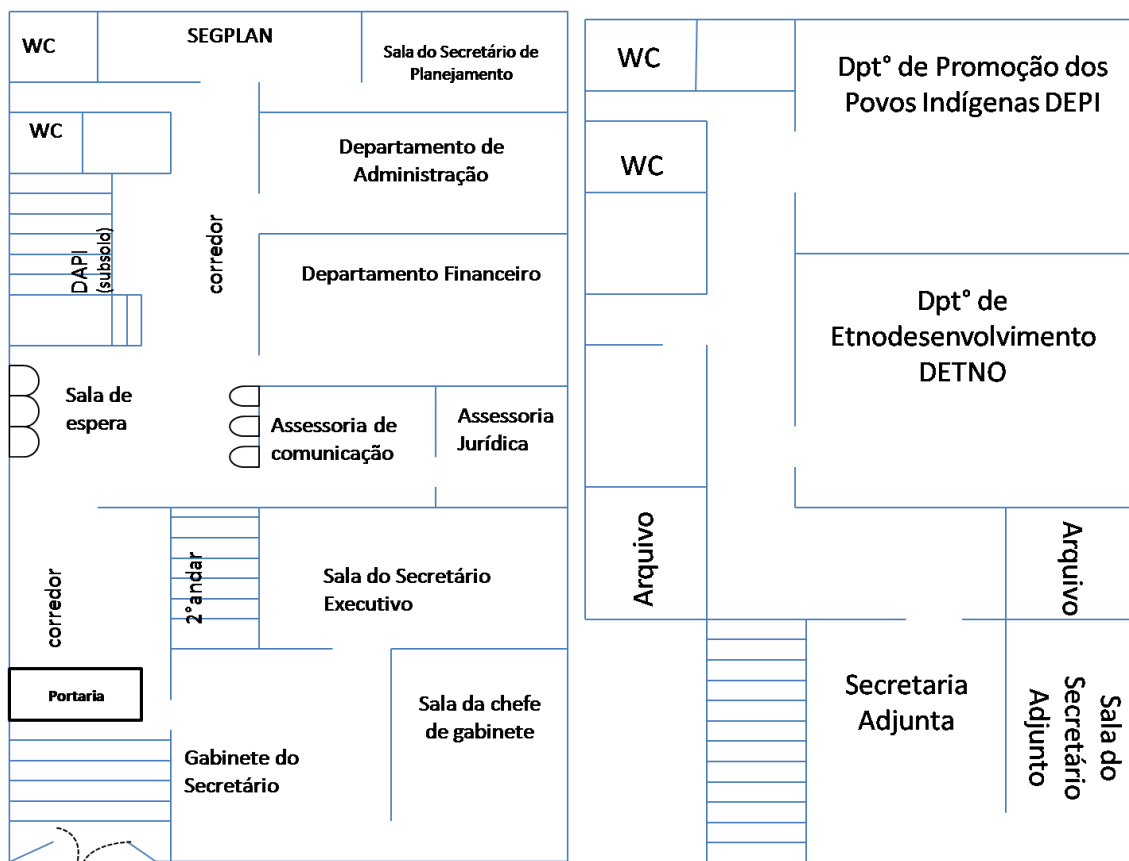


Figura 29: Planta respectivamente do primeiro e do segundo andar da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas – SEIND. Fonte: Elaboração própria

A movimentação dos documentos através dos despachos também evidencia um forte fator hierárquico: com exceção da portaria, a circulação vai do gabinete do secretário aos gerentes, passando por praticamente todos os cargos intermediários. Se realizarmos um exercício imaginativo e traçarmos a rota de um documento em relação ao organograma da SEIND, será possível perceber que ele percorre as diferentes posições de cima a baixo. Há um caminho institucional traçado pelos documentos que consiste em diferentes posições hierárquicas e certo desencadeamento automático de sua circulação, evidente através desta mesma hierarquia – as diferentes posições são paradas quase obrigatórias para os documentos. É este o caminho que se encontra registrado pelos despachos. O *funcionograma* a seguir aponta os servidores que ocupam as diferentes posições institucionais e, no caso dos indígenas o grupo a que pertencem. Durante a realização da pesquisa a Secretaria possuía 38 servidores, 18 indígenas e 20 não indígenas. Esses elementos serão retomados adiante.

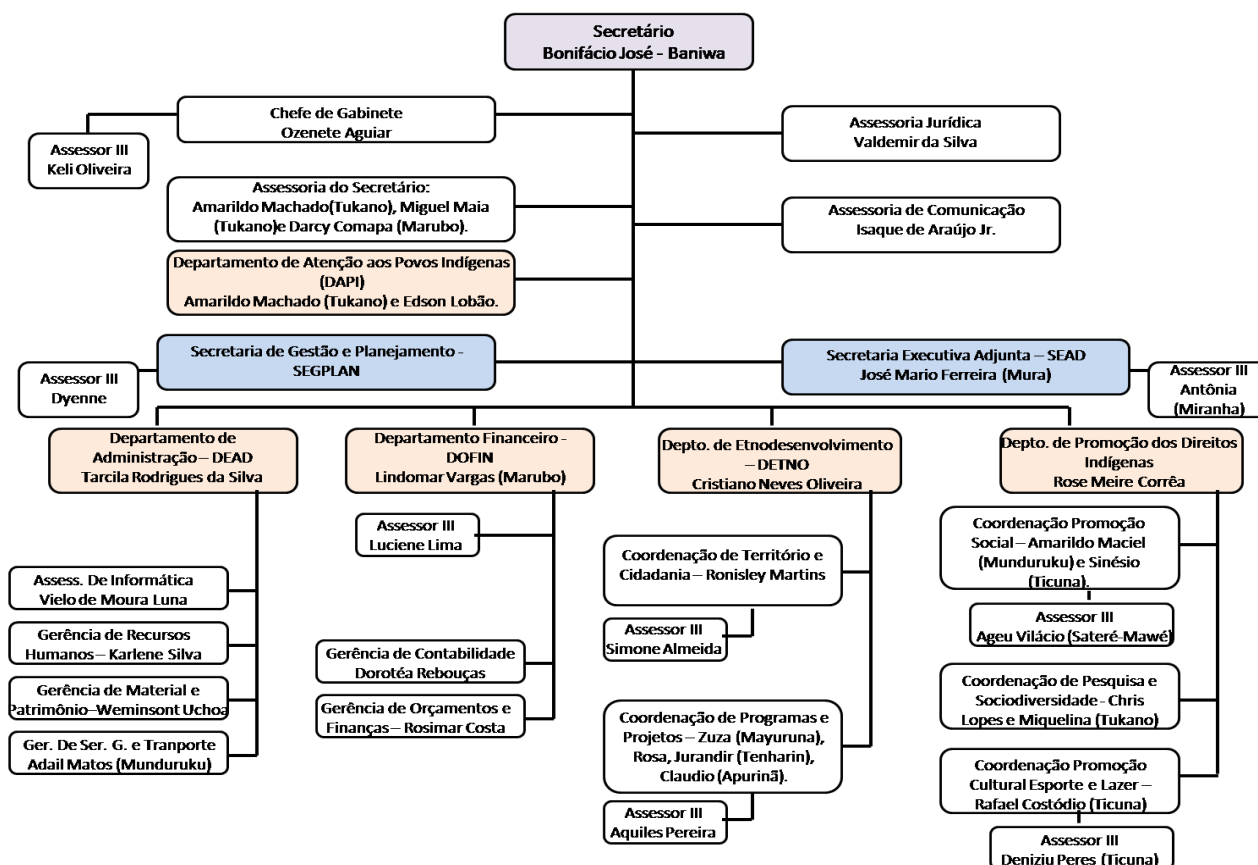


Figura 30: *Funcionograma* da SEIND, 2012. Fonte: SEIND.

Como anteriormente mencionado, todos os papéis que chegam à SEIND, sem exceção, são *despachados* para o **Gabinete do Secretário** – logo ao lado da mesa da recepção. Nesta sala trabalham a chefe de gabinete, Ozenete, sua assessora, Keli, e duas estagiárias (uma no período da manhã e outra à tarde). Ozenete é a servidora com maior tempo de Secretaria, presente na instituição desde a criação da FEPI. Os demais servidores demonstram ter grande respeito por ela, chamando-a de *professora*. A partir da avaliação do conteúdo dos papéis, realizada tanto pela chefe de gabinete quanto pelo próprio secretário, eles são encaminhados (sempre através de *despachos*) para os demais departamentos. Na ausência do Secretário Bonifácio, é Ozenete quem administra os *despachos*. Há, nesse sentido, grande centralização na figura do Secretário e de sua chefe de gabinete, que avaliam pessoalmente toda forma de comunicação com a Secretaria via *papéis*.

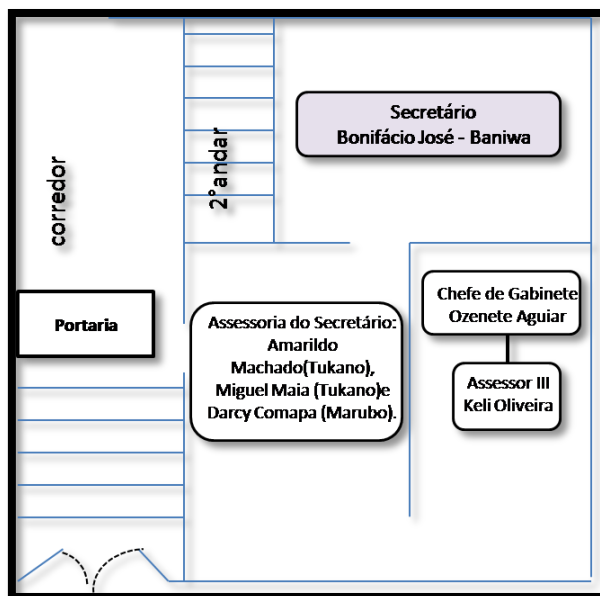


Figura 31: Recorte da planta do primeiro andar da Secretaria – Sala do secretário e de seus assessores, e da chefe de gabinete.

A mais alta posição hierárquica na SEIND é o cargo de **Secretário de Estado**. A ele estão diretamente subordinadas duas secretarias: a **Secretaria de Gestão e Planejamento (SEGPLAN)**, encarregada de coordenar as atividades correspondentes ao Departamento de Administração e ao Departamento Financeiro, situados no primeiro andar; e a **Secretaria Adjunta (SEA)**, encarregada das *atividades fim* da Secretaria, correspondentes ao Departamento de Promoção dos Povos Indígenas e ao Departamento de Etnodesenvolvimento – ambos localizados ao segundo andar¹⁷.

Como podemos observar no funcionograma e na figura que segue, o cargo de Secretário de Gestão e Planejamento está vago. O atual secretário de estado, Bonifácio Baniwa, era seu ocupante anterior. Quando o então secretário de estado Jecinaldo, Sateré Mawé, licenciou-se para concorrer ao cargo de deputado estadual pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN)¹⁸ em 2010, Bonifácio, que já havia sido diretor presidente da Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI), assumiu a SEIND interinamente. O governador do Estado, Omar Aziz¹⁹, até a atualidade não nomeou outro secretário de

¹⁷ No organograma acima, as duas secretarias subordinadas ao Secretário estão em azul e os departamentos em laranja. No texto, as Secretarias serão marcadas em negrito, e os departamentos estarão sublinhados.

¹⁸ Durante a campanha Jecinaldo teve o apoio do então e atual governador Omar Aziz, também integrante do PMN. No entanto, não foi eleito.

¹⁹ O governador Omar Aziz atualmente integra o Partido Social Democrático (PSD). Assumiu o governo do estado do Amazonas em 31 de Março de 2010, após a renúncia do então governador Eduardo Braga para disputar uma vaga no Senado. Foi reeleito no ano de 2010, tomando posse ao ano de 2011. É o atual governador do estado.

estado, desta forma, a Secretaria de Gestão e Planejamento segue funcionando apenas com uma servidora e nenhum secretário.

Todos os documentos envolvendo questões financeiras ou administrativas são enviados à **Secretaria de Gestão e Planejamento (SEGPLAN)**, localizada no final do corredor da sala de espera. Após os papéis passarem pela única servidora da **SEGPLAN**, Dyenne, são encaminhados para um dos dois departamentos localizados no mesmo corredor: o Departamento de Administração ou o Departamento Financeiro (um ao lado do outro).

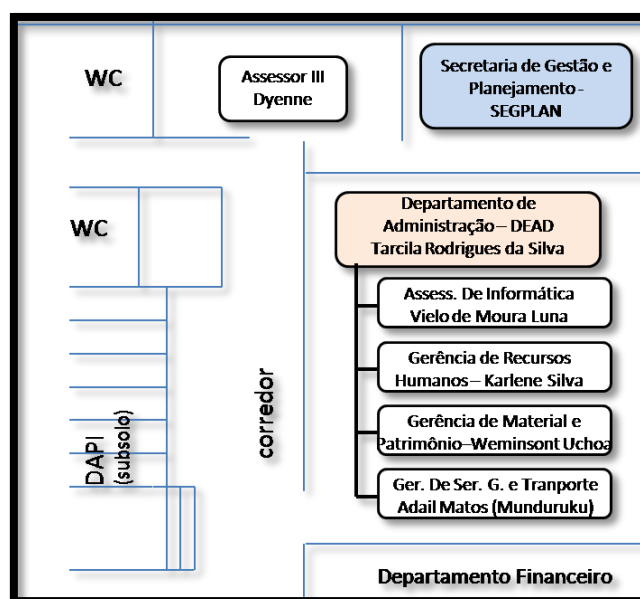


Figura 32: Recorte da planta do primeiro andar da Secretaria – Sala da Secretaria de Gestão e Planejamento, e Departamento de Administração.

Quando os papéis são encaminhados para os departamentos, seu recebimento é sempre através de seus respectivos chefes. Assim como Dyenne, a chefe do Departamento de Administração (DEAD), Tarcila, também não é indígena. Iniciou em 2001 sua trajetória em instituições públicas na Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI), que mais tarde deu lugar à SEIND. A servidora narra que durante os anos de atuação na FEPI e na SEIND ocupou diferentes cargos, sempre no setor administrativo. A mudança entre um cargo e outro é vinculada por Tarcila à transição de governo ou à mudança de secretários. Além dela, o departamento possui quatro funcionários: um assessor de informática, Vielo, e três gerentes: de Recursos Humanos, Karlene, não indígena, que entrou na SEIND como estagiária; de Material e Patrimônio, Weminsont, não indígena e, na época da pesquisa de campo, recém-contratado; e de Serviços Gerais e Transporte, Adail, Munduruku.

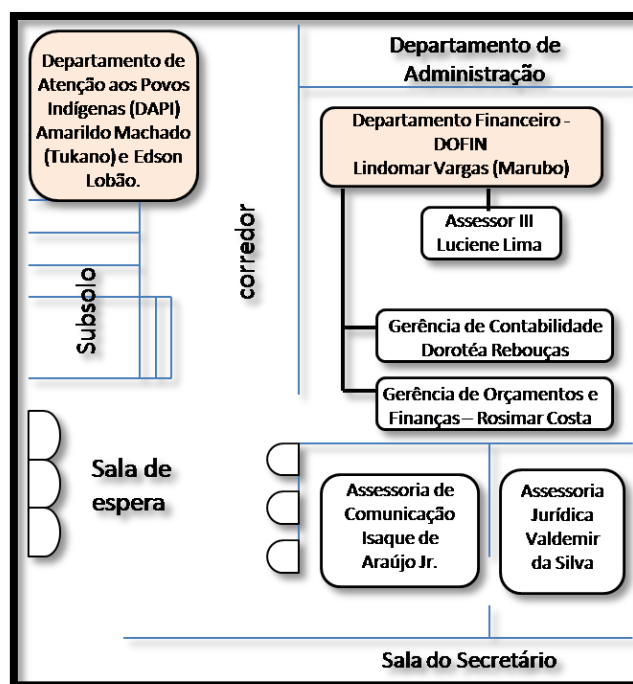


Figura 33: Recorte da planta do primeiro andar da Secretaria – Sala do Departamento Financeiro, Sala do Departamento de Atenção aos Povos Indígenas, sala da Assessoria de comunicação e Assessoria Jurídica.

A chefe do Departamento Financeiro (DOFIN), Lindomar Marubo (Linda), iniciou cedo sua trajetória em organizações do *movimento indígena*, mas sempre atuando na parte administrativa. Segundo sua narrativa, foi eleita pelos Marubo, para representá-los na FEPI (este processo de indicação de nomes será detalhado no próximo capítulo). O departamento também possui outras três servidoras: a gerente de Contabilidade, Rosimar, não indígena, esposa de Marcos Apurinã, que na época da pesquisa era diretor da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); a gerente de Orçamento e Finanças, Dorotéia, não indígena, que junto a Ozenete fez parte da FEPI e atualmente acumula mais de dez anos de trabalho ininterruptos entre FEPI/SEIND; e uma assessora, Luciene, não indígena, e formada em Administração.

Ainda no primeiro andar, está a sala da Assessoria de Comunicação onde trabalha o jornalista Isaque Júnior e uma estagiária. Logo ao lado e acessível pela mesma entrada, está a sala do advogado Valdemir da Silva, responsável pela Assessoria Jurídica.

Papéis cujo conteúdo pode transformá-los em *demandas*, como cartas de associações indígenas, por exemplo, são *despachados* para a **Secretaria Executiva Adjunta (SEA)**, no andar de cima.

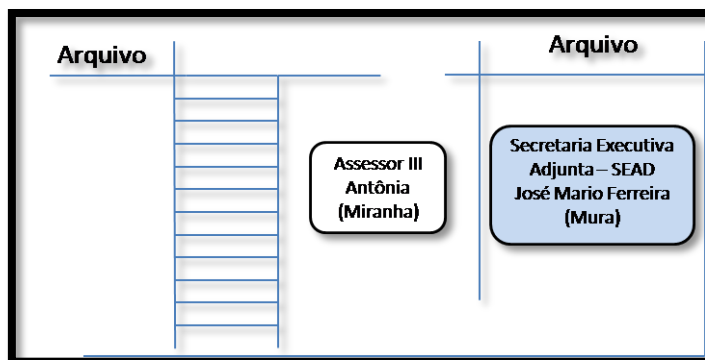


Figura 34: Recorte da planta do segundo andar da Secretaria – Secretaria Executiva Adjunta.

O Secretário Adjunto, José Mario, Mura, iniciou sua trajetória como professor, tendo se formado no Magistério indígena em 2003. Indicado pelo movimento indígena de Autazes, município do norte amazonense onde participa desde 1990 do Conselho Indígena Mura (instituição que ajudou a criar), José Mario assumiu em 2000 a função de conselheiro do Conselho de Educação Escolar Indígena, vinculado à Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, em Manaus. No ano de 2003 chefiou o setor de educação da COIAB para, em 2005, entrar na FEPI, inicialmente na parte administrativa. Em seu gabinete trabalha sua assessora, Antônia, também indígena da etnia Miranha, e um estagiário não indígena. O Secretário Adjunto, José Mario, é quem irá encaminhar as *demandas* para o Departamento de Etnodesenvolvimento ou para o Departamento de Promoção dos Povos Indígenas.

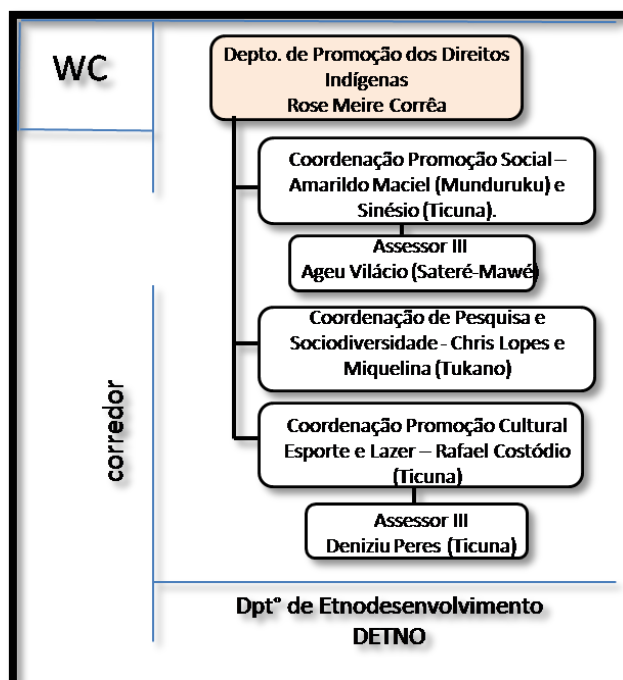


Figura 35: Recorte da planta do segundo andar da Secretaria – Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.

O Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (DEPI) possui uma chefe de departamento, Rose Meire, e sete servidores. Rose Meire, não indígena, é formada em Administração e chegou na FEPI em 2004 convidada para integrar o gabinete do diretor presidente. No entanto, conta que um ano depois, foi para a *área-fim*, onde diz gostar de trabalhar. O departamento está organizado em três coordenações. Na coordenação de Promoção Social estão Amarildo Maciel, Munduruku, e Sinésio, Ticuna. Amarildo foi presidente do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação do estado. Teve grande atuação na organização indígena de sua região, Vale do Javari, de acordo com os outros servidores, principalmente no processo de demarcação da Terra Indígena que engloba sua comunidade de origem. Já Sinésio Ticuna foi vereador pela cidade de São Paulo de Olivença, município onde se localiza a comunidade à qual pertence. Na época da pesquisa de campo, tinha como um dos principais objetivos na Secretaria fortalecer o *movimento indígena* de sua região. Na coordenação de Pesquisa em Sociodiversidade está a servidora Chris Lopes, já mencionada anteriormente, e Miquelina, indígena Tukano. Miquelina tem a atuação voltada principalmente à causa das mulheres indígenas, e participou de diferentes organizações vinculadas à região do Alto Rio Negro, como a Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN) e a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN). Na coordenação de Promoção Cultural, Esporte e Lazer está Rafael Costódio, Ticuna, que participou de organizações indígenas do Alto Solimões, e seu assessor, também Ticuna, Deniziu, formado em um curso voltado a lideranças indígenas na COIAB. Ageu Sateré-Mawé, anteriormente mencionado – igualmente oriundo do *movimento indígena* –, também integra o departamento na qualidade de Assessor.

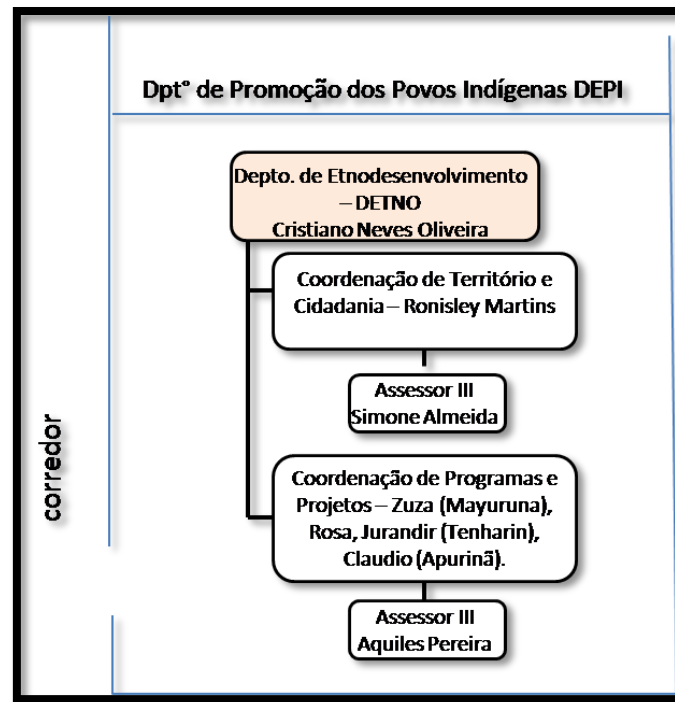


Figura 36: Recorte da planta do segundo andar da Secretaria – Departamento de Etnodesenvolvimento.

Como mencionado, o Departamento de Etnodesenvolvimento (DETNO) é organizado em duas coordenações: de Território e Cidadania, e de Programas e Projetos. O departamento possui oito servidores e dois assessores. Cristiano, não indígena, é o chefe do DETNO, e chegou à FEPI em 2007. Seu primeiro contato com a Fundação foi através de um projeto de manejo de castanha que estava sendo executado pela instituição em conjunto com a Agência de Floresta do Amazonas (AFLORAM), autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, onde trabalhava na época. Após tal experiência, Cristiano foi convidado pelo próprio Secretário Bonifácio a compor o quadro de servidores da SEIND. Na coordenação de Território e Cidadania está Ronisley, não indígena, também convidado a integrar o quadro da SEIND em função de suas qualidades *técnicas*, assunto que será retomado na sequência. Na coordenação de Programas e Projetos estão três indígenas: Zuza Mayuruna, Jurandir Tenharin e Claudio Apurinã, e uma servidora não indígena: Rosa dos Anjos. Zuza e Claudio, antes de iniciarem suas atividades na SEIND, integraram organizações do *movimento indígena*, sendo indicados pelas mesmas para integrar o quadro da Secretaria. Já Jurandir Tenharin enfatiza sua formação em técnico agrícola e a não vinculação a nenhuma organização; segundo o mesmo, está na SEIND por suas competências *técnicas*.

Escutar os servidores da SEIND narrando suas trajetórias permitiu perceber que, enquanto para alguns, ressaltar o pertencimento a alguma organização indígena pareceu mais importante, para outros, o preparo *técnico* era o que deveria ser enfatizado. Nesse último caso, percebi a atuação destes servidores em setores vinculados a atividades administrativas (como é o caso de Jurandir Tenharin e Linda Marubo). Já para Sinésio Ticuna, por exemplo, a Secretaria é pensada enquanto um mecanismo para o fortalecimento das organizações indígenas. Por outro lado, os servidores não indígenas sempre abordam certa qualificação acadêmica para estar na Secretaria, geralmente mencionando o curso em que se formaram ou estão frequentando.

Esta breve descrição dos departamentos e servidores da SEIND também nos permite perceber que a circulação de papéis não só coloca os processos internos da Secretaria em movimento, como também conecta agentes estatais que possuem diferentes trajetórias: participantes de diversas organizações indígenas, servidores oriundos de diferentes regiões do estado, indígenas de diferentes grupos, *técnicos* formados em variadas áreas, entre outros. Ao circularem, os documentos mobilizam não só pessoas, mas forças políticas representativas em diferentes planos: organizações, regiões e grupos – assim como saberes *técnicos*.

2.2 Tomando providências: a movimentação de papéis e relações.

As distintas formas de circulação dos papéis evidenciam que eles carregam diferentes qualidades. A transformação de um papel em *documento* (colocando-o em circulação) ou seu depósito em arquivo (interrompendo sua circulação e, assim, não produzindo outros efeitos institucionais) depende não somente de seu conteúdo, mas da avaliação das pessoas que irão recebê-lo e encaminhá-lo (ou não) para outros setores. Embora o trânsito dos papéis sempre se dê em conformidade com a hierarquia da instituição, é durante a circulação que são produzidas as próprias condições pelas quais os papéis são enviados a um lugar ou outro – ou seja, quem é o mais qualificado para atender determinada demanda, com base em critérios que serão detalhados mais adiante.

Ainda que os despachos encaminhem os documentos para um ou outro lugar, muitos deles contêm informações bastante genéricas. A chefe do Departamento de Administração (DEAD), Tarcila, relatou:

“(...) dentro do processo tem uma “folha de despacho”, que a gente chama. Lá cada um dá um despacho. (...) Às vezes tem um monte de despacho que não diz quase nada”.

(Tarcila, em entrevista, 13/04/2012).

A categoria *despacho* praticamente como auto-explicativa, pois “é na folha de *despacho* que cada um dá um *despacho*”. No entanto, apesar de cada *despacho* ser diferente (e insubstituível, uma vez que carregam um carimbo e assinatura que asseguram que o percurso do documento foi cumprido de forma adequada) algumas vezes eles contêm mensagens semelhantes:

“Às vezes a Ozenete manda um despacho que diz assim “À SEGPLAN para providências”. A maioria é assim... Mas que providências?! A gente faz isso porque, como eu disse, todo mundo já sabe o que tem que fazer, para agilizar a gente acaba colocando “para providências”. Quando chega aqui com a Dyene ela já sabe se tem que mandar para mim ou se é para o DOFIN. Aí quando ela manda para mim, ela coloca a mesma coisa: “para providências”. Quando chega lá comigo eu já sei quais são as providências. Aí eu mando para o Emerson ou para a Karlene, e eles tomam as providências. Ou seja: a gente já sabe o que tem que fazer”.

(Tarcila, em entrevista, 13/04/2012).

Como pode ser observado, o que recorrentemente é acrescentado no *despacho* de um servidor para outro são as solicitações de *providências*. Mesmo que tais recomendações sejam bastante semelhantes, parecendo imprecisas, constituem exemplos de como cotidianamente são compartilhados certos códigos compreensíveis apenas aos que fazem parte do ambiente da Secretaria: supõe-se que todos saibam quais são as ‘*providências*’. A afirmação de que “a gente já sabe o que tem que fazer” e o uso de um vocabulário específico como *demandas*, *providências* e *despachos* de maneira auto-evidente demonstra uma forma específica de se estar na Secretaria - mais que isso, uma forma de *fazer* a administração pública que compreende um processo de aprendizagem e condicionamento na execução de tais códigos.

No entanto, como se aprende quais são as *providências* que devem ser tomadas? Mesmo que os procedimentos burocráticos aqui citados sejam executados inúmeras vezes ao dia por todos os servidores, é impossível precisar da onde surgiram tais regulamentações. A ação dos servidores, no entanto, é orientada e promovida de acordo com tais regras e, ao segui-las, eles acabam por recriar as próprias condições de surgimento de tais normas, reproduzindo-as.

Essa automatização das rotinas administrativas evoca a concepção weberiana de burocracia, segundo a qual a burocracia teria o funcionamento semelhante ao de uma máquina:

“A razão decisiva para o progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização. O mecanismo burocrático plenamente desenvolvido compara-se às outras organizações exatamente da mesma forma pela qual a máquina se compara aos modos não-mecânicos de produção” (Weber 1946:150).

A imperatividade da racionalidade técnica e a execução automática de seus procedimentos burocráticos – como a referida pelos interlocutores – é o centro da análise de Weber. O autor afirma que o funcionamento ideal de tal “máquina” deveria ser realizado através de regras calculáveis, e “sem relação com as pessoas” (1946:151). Assim, desenvolve a idéia de funcionários altamente especializados em executar tais procedimentos que, por sua vez, poderiam alternar de função ou cargo desde que conseguissem dar cabo às suas funções: não importa o funcionário, mas sim a execução dos processos burocráticos.

No entanto, ao refletir sobre as *providências*, a servidora Tarcila dá continuidade ao seu relato fornecendo outra perspectiva de tal processo:

“Só que o certo é você dizer quais são as providências que tem que ser tomadas. Mas como a gente já sabe, a gente já agiliza, e já manda com as providências. Cada um faz o seu, entendeu? Quando a gente não sabe, ou a gente não entende: Mas o que eu tenho que fazer nesse processo? Aí vai lá e pergunta. “O que tem que fazer nesse processo? “Eu já fiz isso e isso.” Aí a pessoa: “Não Tarcila, tá faltando isso. Ah, tá bom!”. A comunicação é imprescindível”.
(Tarcila, em entrevista, 13/04/2012).

A categoria *providências* emerge na fala de Tarcila evidenciando que pode carregar diferentes sentidos: alguns compartilhados por todos e executados de forma automática, e outros que são definidos através da comunicação verbal. O acionamento de tal palavra permite que o papel continue sua circulação e seja enviado a outro departamento, mesmo quando não se pode definir exatamente o que as *providências* querem dizer. A abertura de tal categoria é justamente o que permite a avaliação dos servidores para onde encaminhar os papéis (ainda que limitada pela estrutura hierárquica da Secretaria) e, de certa forma, definir quais *providências* devem ser tomadas. A trajetória de alguns servidores em organizações indígenas, ou seu

pertencimento a determinada Terra Indígena ou localidade, tende a direcionar o percurso do papel tanto quanto suas competências *técnicas*. As *providências*, portanto, são também responsáveis por incorporar às rotinas administrativas as trajetórias dos servidores, que, por sua vez, concentram qualidades diferenciais que trazem para o ‘interior’ da Secretaria uma multiplicidade de relações.

Ainda que os servidores pareçam conceber a burocracia como algo impessoal, parece ser justamente a combinação com a dimensão das relações pessoais responsável pelo bom funcionamento da Secretaria. A ênfase na comunicação verbal e o estabelecimento de acordos entre os servidores (tal como tempo máximo de circulação de 15 dias) são, portanto, parte deste emaranhado burocrático, tomados como fundamentais no sentido de tornar os processos mais dinâmicos, e assim, evitar que a circulação dos documentos seja demasiadamente demorada. A importância central conferida às rotinas administrativas passa, então, a operar juntamente com as conversas.

Tarcila faz um contraponto entre o que supostamente aconteceria em outras secretarias, onde a comunicação ocorreria exclusivamente através dos *processos*, e na SEIND, onde os servidores buscam a agilidade através da comunicação verbal. Assim, marca positivamente uma distintividade da SEIND em relação às outras instituições do governo, ainda que os procedimentos burocráticos sejam semelhantes:

“Isso que é muito importante dentro das secretarias, que não funciona. Os setores quase não se comunicam, eles se comunicam através do processo. O processo físico, ele vai pra mim, vejo o que é, e faço. Devolvo. Às vezes falta um documento, e o cara despacha por que falta um documento – e volta. Ou seja, ele não senta e conversa como a gente faz aqui. Em outras secretarias os processos andam muito mais lentos, não trabalham como a gente trabalha aqui, isso eu tenho certeza porque a gente vai nas outras secretarias e a gente vê como funciona”.

(Tarcila, em entrevista, 13/04/2012).

Parecem coexistir na SEIND duas formas de proceder que, embora percebidas como distintas, operam de modo indissociável: uma vinculada aos processos pensados enquanto exclusivamente burocráticos, e outra que enfatiza a comunicação, a avaliação compartilhada e o estabelecimento de acordos entre os colegas no sentido de definir quais providências devem ser tomadas em cada caso. Também sobre este assunto, o Chefe do Departamento de Etnodesenvolvimento, Cristiano, marca uma distintividade entre a própria FEPI e a SEIND:

“Quais eram os problemas dentro da FEPI: essa distância entre área meio e área fim que dificulta a tramitação. Um processo que era para pra gente licitar e finalizar em três ou quatro meses demorava um ano (...). E às vezes era justificado que era um erro de grafia, um errinho simples que poderia ser resolvido com um simples telefonema, com a simples substituição de uma página. Mas não... aí avaliava e mandava um parecer até meio que pesado de volta e o processo voltava todinho. Chegava lá com o técnico e ele se chateava, porque poxa, poderia ter ligado e resolvido isso de maneira mais simples. (...) Um dos mecanismos que a gente encontrou foi isso: fazer reuniões”.

(Cristiano, em entrevista, 08/05/2012)

Através da fala de Cristiano, é possível perceber que as pessoas e os papéis não operam de maneira independente uns dos outros. Pelo contrário, ambos andam em conjunto: sejam as pessoas carregando os papéis, os papéis mobilizando pessoas, ou as pessoas produzindo documentos. Assim, verificamos que, contextualmente, pode haver a prevalência de pessoas ou de papéis (dos procedimentos automatizados que eles impõem), de acordo com o momento da circulação. A fala de Cristiano também retoma uma questão já sublinhada: lidar com as rotinas administrativas envolve certo aprendizado burocrático a respeito da forma mais eficaz de produzir os efeitos institucionais desejáveis. Esse aprendizado ocorre tanto no momento de se relacionar com outras organizações da administração pública, quanto no dia-a-dia da Secretaria. Como indica a fala de Cristiano, tais processos envolvem vários servidores e uma forma de conhecimento cumulativo, aprendido coletivamente, e que leva a mudanças na forma de agir dentro da Secretaria.

Como mencionado anteriormente, as diferentes trajetórias dos servidores também podem influenciar na forma com que as demandas surgem para a Secretaria, bem como na sua circulação interna. A fala da chefe de departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, Rose Meire, ilustra tal questão:

“Cada técnico aqui dentro tem referência de uma região. Pessoal lá do Purus: tudo o que eles vão fazer que tem a ver com nossas atividades, eles entram em contato. Eles ligam e eles perguntam como é que podem fazer, o que eles precisam fazer para que determinada ação seja direcionada pra lá. Temos o mesmo, por exemplo, no Vale do Javari: eles têm como referência a Chris. Eles ligam, eles pedem, eles brigam com a gente também, então não tem como desvincular. Muitas vezes os gestores aqui dentro não percebem isso. Essa questão política do movimento, (...) às vezes nós técnicos também ajudamos bastante, até a evitar alguns conflitos.”

(Rose Meire, em entrevista. 21/03/2012)

Rose Meire destaca que é Chris, Coordenadora de Pesquisa em Sociodiversidade, a pessoa com quem os indígenas do Vale do Javari se comunicam

(através de ligações) quando buscam a Secretaria, e não o secretário (a quem todas as *demandas* são destinadas quando enviadas por escrito). Esta conexão (entre a servidora e o Vale do Javari) também pode produzir documentos que irão circular até retornar à mesa de Chris, como, por exemplo, projetos enviados para a servidora revisar, cartas pedindo auxílio para assembleias, convites para reuniões, etc.

A relação estabelecida entre a servidora e os indígenas do Vale do Javari, nesse sentido, transcende a circulação dos papéis - que ocorre somente após o contato via telefone. Ao mesmo tempo, a impossibilidade de traçarmos uma correspondência direta entre o cargo de Coordenadora de Pesquisa em Sociodiversidade, ocupado por Chris Lopes, e a região do Vale do Javari, aponta para o fato de que tal relação não foi traçada exclusivamente via a posição institucional da servidora.

A afirmação da chefe de departamento: “cada *técnico* tem como referência uma região” revela uma questão importante: grande parte das pessoas ou organizações que entram em contato com a Secretaria já sabe mais ou menos quem procurar de acordo com cada *demanda*, mesmo que a natureza da *demanda* não corresponda à posição institucional do servidor que se busca. Chris Lopes teve seu primeiro contato com o Vale do Javari ainda como estudante de Ciências Sociais, momento em que participou de um projeto de saúde indígena na região. Se retomarmos a descrição dos departamentos e dos servidores que lá trabalham, notamos que essas conexões podem ser estendidas para quase todo o estado, e a SEIND seria um ponto de convergência dessas diferentes trajetórias.

O mapa a seguir mostra as Terras Indígenas localizadas na região da Amazônia Legal. As Terras Indígenas coloridas são ocupadas por grupos aos quais os servidores da SEIND pertencem, conforme a tabela. No Anexo IV estão listadas todas as terras indígenas de acordo com as etnias dos servidores da SEIND.

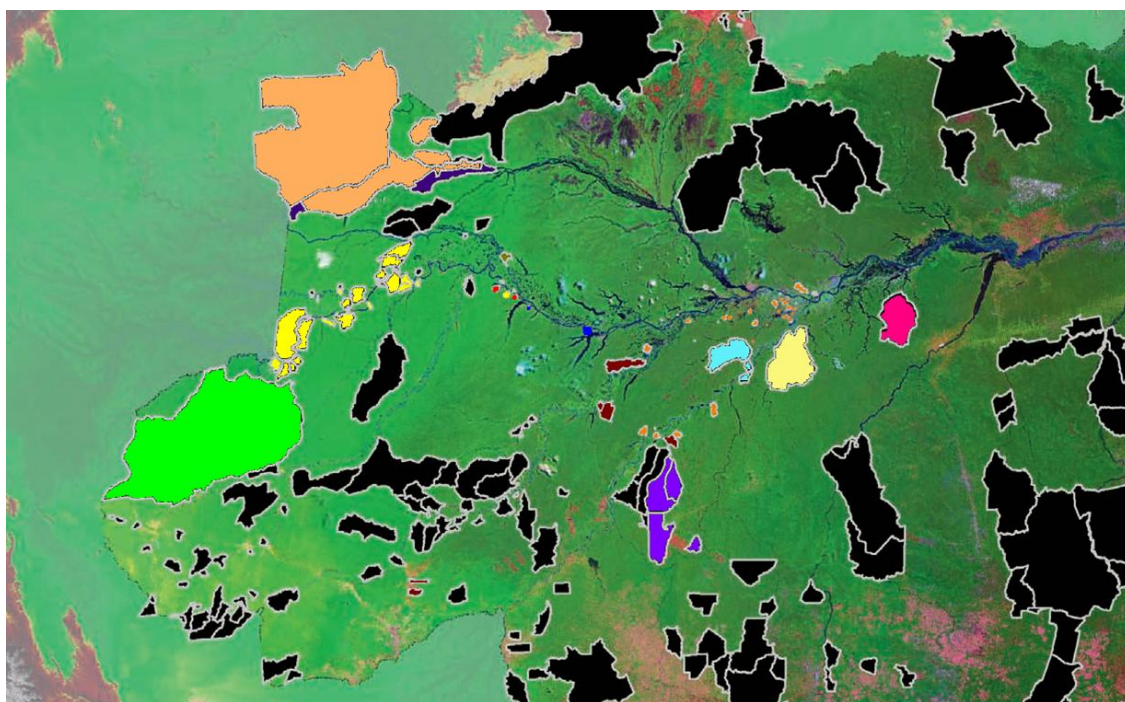








Figura 37: Mapa das Terras Indígenas da Amazônia Legal. Fonte da base cartográfica: ISA, 2009.

Grupos:

	Tukano e Baniwa
	Tukano
	Tikuna
	Marubo e Mayuruna
	Tenharin
	Mura
	Apurinã
	Mura e Miranha
	Tikuna e Miranha
	Sateré-Mawé e Munduruku
	Sateré-Mawé
	Miranha

Os papéis surgem após a comunicação das comunidades com a Secretaria e, assim, mostram que o envio das *demandas* formaliza uma relação anterior – um compromisso, grande parte das vezes, firmado verbalmente. Estas relações entre os servidores e as comunidades indígenas estão constantemente sendo construídas e reconstruídas através de reuniões, ligações e também da produção de documentos. Como indica a fala de Ageu anteriormente citada, se este vínculo não for constantemente refeito ou a atividade dos *técnicos* não se refletir nas “bases”, a relação pode ser colocada em risco – bem como o próprio cargo do servidor que perde a legitimidade para ocupá-lo. Desta maneira, ter percorrido determinada trajetória ou

pertencer a certa região não garante de uma vez por todas o apoio das comunidades indígenas. Dominar os processos burocráticos e fazer com que eles resultem em ações ou projetos é tão determinante em tais relações quanto a comunicação verbal. Vemos assim, que isso evidencia uma dinâmica institucional assentada na indissociabilidade entre qualidades pessoais e políticas, e conhecimentos técnico-burocráticos.

Outro fator significativo que emerge a partir da fala da chefe do departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, Rose Meire, é o uso da categoria dos *técnicos* no momento de fazer referência a si mesma e a sua equipe: “às vezes nós *técnicos* ajudamos bastante, até a evitar alguns conflitos”. Uma perspectiva semelhante é a de Ageu, a respeito de seu trabalho enquanto *técnico* – autodenominação de grande parte dos servidores, presente em carimbos, abaixo de assinaturas e e-mails. Quando perguntado em entrevista sobre as atividades que desenvolve na Secretaria, respondeu:

“Eu tenho apoio das organizações e do povo, do povo de Manaus para estar aqui. (...) eu também virei um pouco de bombeiro. Como os povos de Manaus são mais agressivos, (...) eu sou o cara que modera o conflito. Eu sou o cara que vai na penitenciária ver o parente que está apanhando, sou o cara que, por exemplo, tem uma invasão e vão bater nos parentes, eu que vou moderar a polícia. No geral, isso aqui é a SEIND”.

Através das ponderações dos servidores, assim como da observação do cotidiano da Secretaria, pude perceber que a categoria dos *técnicos* pode conter diferentes sentidos: um vinculado aos processos institucionais de análise de documentos, escrita de projetos e execução de rotinas administrativas, e outro a certas atividades que, para Ageu (assim como para outros *técnicos*), definiriam a atuação da SEIND: moderação de conflitos e articulação com as organizações indígenas e governamentais, entre outras. Esta dupla-função só pode ser exercida pelos *técnicos* da SEIND, uma vez que eles conjugam, cada um de um modo específico, essas qualidades aparentemente contraditórias.

O chefe de Departamento de Etnodesenvolvimento, Cristiano, também abordando tal questão, pondera aspectos *técnicos* e *políticos* para a contratação de novos servidores:

“Eu procuro, para o secretário, mostrar a necessidade de um quadro *técnico* para o departamento. Para que a gente possa estar dando uma resposta à altura e poder estar atendendo essas *demandas*. Mas é algo que a gente tem que ter certo jogo de cintura, porque tem que medir a necessidade *técnica* e a necessidade *política*, dado que é uma secretaria de discussão e criação de políticas públicas. Então não basta ter só o *conhecimento técnico*, tem que ter certa *influência política*. (...) Eu particularmente

defendo mais a questão *técnica*, e o secretário a questão *política*, e a gente acaba entrando em consenso”.
(Cristiano, em entrevista, 08/05/2012)

Os âmbitos da ‘técnica’ e da ‘política’ surgem intrinsecamente ligados a esse movimento de atenção às *demandas* que, para ser executado, requer um pouco de ambos. Mesmo que em um primeiro momento a servidora Rose Meire realize a separação da questão “política do movimento” em relação ao trabalho realizado pelos *técnicos*, e Cristiano identifique claramente uma esfera “técnica” e outra de influência “política”, pode-se perceber que ambas são constantemente articuladas pelos próprios servidores no momento de falar sobre trabalho desenvolvido na Secretaria. Assim, suas falas “politizam” a própria burocracia e o trabalho realizado pelos *técnicos* – inicialmente concebidos enquanto esferas separadas. Os *técnicos* não são simplesmente burocratas, mas realizam também um trabalho *político* de moderação de conflitos, articulações interinstitucionais etc., pensado como fundamental para o funcionamento da instituição.

A mobilização realizada pelos *técnicos* no sentido de articular as ações da Secretaria e as comunidades indígenas é descrita pela Chefe de Departamento dos Direitos dos Povos Indígenas da seguinte forma:

“Técnico aqui na SEIND tem que elaborar o projeto, ele tem que fazer o projeto acontecer. Quando eu falo acontecer, envolve toda a articulação que tem que ser feita com os conselhos, com as autorizações indígenas, com o financiador de determinado projeto, como também todo o processo burocrático aqui dentro para que ele saia do papel e a ação chegue lá na comunidade. Então os técnicos têm que elaborar o projeto, articular o projeto, quando o projeto é aprovado, tem que fazer todo esse trâmite de abrir processo, de fazer cotação, de montar perfil, de montar Edital, de mexer em Siconv²⁰, de fazer articulação com o público-alvo do projeto, de ir pra área e executar as atividades do projeto. E o acompanhamento tem que ser direto na área. Tem processos de licitação que durou um ano e ainda não foram concluídos, é aquele trabalho mesmo de acompanhamento diário, de ir nas instituições, na Comissão Geral de Licitação do Estado e ver qual é a melhor forma de fazer...”
(Rose Meire, em entrevista. 21/03/2012)

Percebemos na fala da chefe de departamento que não são apenas os papéis que se movimentam intensamente pelas salas e corredores, mas os *técnicos* também cumprem diferentes itinerários dentro e fora da Secretaria. Todas as *articulações* necessárias no sentido de “fazer o projeto acontecer”, que compreendem tanto o

²⁰ Siconv é um sistema de informática que controla toda a movimentação de dados referentes aos projetos realizados em convênio com o governo federal. Tal sistema deve ser utilizado por todas as instituições públicas, é só através dele se consegue adicionar, alterar ou modificar os dados de determinado projeto.

envolvimento com outras instituições do governo e organizações indígenas, quanto o domínio dos processos burocráticos internos da Secretaria, são realizadas pelos *técnicos*. São nas diferentes movimentações dos *técnicos* que podemos verificar a constante construção de pontes entre o universo burocrático da administração estatal e o universo de reivindicação de direitos indígenas, tecendo uma rede²¹ onde as instituições governamentais, as comunidades indígenas, as *demandas* e os *técnicos* se encontram conectados. São os *técnicos* os responsáveis por estabelecer tais conexões e, assim, unir os documentos às falas, às práticas, às reuniões, aos projetos, enfim, a tudo o que ocorre para além do domínio dos papéis, mas que só pode existir com eles.



Figura 38: Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (DEPI). Na mesa central, Rose Meire e Chris Lopes. No canto direito, Sinésio Ticuna.

²¹ Aqui, me remeto ao sentido de rede proposto por Bruno Latour na Teoria Ator-Rede (TAR). De acordo com Latour, a TAR consiste em seguirmos os atores e percebê-los traçando as redes conforme se movimentam, e não tomá-las como existentes de antemão. As redes podem ser traçadas por atores heterogêneos, que envolvem humanos e não-humanos. No caso aqui contemplado, vemos uma rede sendo traçada a partir da movimentação das *demandas* e dos *técnicos*.



Figura 39: Departamento Financeiro (DOFIN).

Neste capítulo busquei demonstrar que a materialidade das *demandas* permitiu com que fossem traçadas diferentes conexões, que ocorrem através das rotinas administrativas, da movimentação dos servidores, e que também trazem o exterior da Secretaria – as comunidades e associações indígenas – para seu interior. Foi possível perceber que, ao mesmo tempo em que as pessoas colocam os papéis em movimento (no sentido de produzi-los ou enviá-los de um lugar a outro), os papéis também carregam um pouco das pessoas – uma vez que também são frutos das conexões que os mobilizam.

No próximo capítulo irei abordar a constituição de um *técnico* na SEIND a partir de seu processo de entrada na Secretaria e da experiência diária de executar as rotinas administrativas e articulações institucionais. Para tanto, será enfatizada a trajetória de alguns dos servidores, a forma como pensam seu papel na SEIND, e algumas perspectivas das comunidades ou organizações indígenas de onde vieram.

Capítulo 3: Burocratas, técnicos, líderes e representantes: os servidores da SEIND.

Nos capítulos anteriores olhei para a execução das rotinas administrativas no sentido de perceber as relações estabelecidas através da SEIND (tanto entre seus servidores, quanto entre eles e as comunidades indígenas) como constitutivas destes processos. Indo ao encontro de tais considerações, o presente capítulo procura pensar a produção de um *servidor público* no ambiente da SEIND através da descrição do processo de entrada e da experiência diária na Secretaria. Busca-se refletir sobre a emergência de distinções contextuais que recolocam continuamente questões como “ser indígena” e “estar no Estado” que, ao mesmo tempo, dão margem à emergência de múltiplas definições nativas de *representação* e *representatividade*. Argumento que as relações entre os servidores e as comunidades não são apenas parte constituinte dos processos burocráticos da SEIND, mas também são tecidas dentro da Secretaria através das *representatividades*, trajetórias e pertencimentos, que envolvem laços que devem ser permanentemente refeitos.

3.1 Articulando um quadro de servidores indígenas e não indígenas

Uma das características da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas é a existência apenas de cargos comissionados ou então ocupados por servidores ‘cedidos’ por outras repartições públicas. De uma forma ou de outra, não há a realização de concursos públicos específicos, pois a criação da Secretaria, através da Lei 3.403/2009, não regulamentou um quadro próprio de pessoal. Este fator contribui para um clima de maior instabilidade entre os servidores, uma vez que nenhum cargo da SEIND é efetivo (com a exceção de Ozenete Aguiar, servidora cedida de outra secretaria de estado). No entanto, o Secretário Bonifácio oferece uma interpretação diferente para a questão. Segundo ele, foram os cargos comissionados que permitiram a montagem de um quadro de servidores que ‘combinasse’ indígenas e não indígenas na administração da Secretaria, inclusive proporcionando o aumento progressivo da porcentagem dos primeiros ao longo dos anos. No organograma da instituição, como mencionado na Introdução, tem-se um quadro de 38 servidores, dos quais 18 são indígenas, oriundos de 10 diferentes etnias. Foi possível chegar a este número com a ajuda da Gerente de Recursos Humanos, Karlene, que a meu pedido apontou aqueles servidores que seriam indígenas no funcionograma da SEIND (o mesmo reproduzido no capítulo 1).

O processo de entrada de novos servidores na SEIND (indígenas ou não) articula não somente procedimentos burocráticos, como a assinatura do contrato, mas também compreende uma série de negociações que vão além (e não se encerram) nos limites físicos da Secretaria, exigindo o diálogo não só com povos e organizações indígenas, mas também com o próprio governo. Início este capítulo com uma fala do Secretário da SEIND, ocorrida em situação de entrevista, na qual eu havia pedido para que ele tecesse alguns comentários acerca do crescente número de *servidores indígenas* na instituição:

“Facilitou para que a gente pudesse ter indígenas aqui [os] cargos comissionados, ainda não temos servidores por meio de concurso (...). Então não foi drasticamente, mas pouco a pouco fomos envolvendo os indígenas, também caçando indígenas que tem perfil, que possam contribuir, e nós tínhamos essa proposta de ter realmente meso-regiões. O governador na época [da criação da SEIND] deu 11 vagas [cargos comissionados] para a gente, isso facilitou trazer lideranças aqui pra dentro, só que isso foi gradativo. Tem algumas áreas que ainda necessitamos, que não temos ainda indígenas suficientes, formados nessas áreas, como contabilidade, administração... Tudo bem que hoje temos uma colega formada em administração pública, que é chefe do DOFIN [Departamento Financeiro] mas [os] outros são não indígenas”. (Bonifácio Baniwa, em entrevista, 02/04/2012).

O modelo de organização da Secretaria através de critérios territoriais, com o estabelecimento de meso-regiões, teve início no ano de 2004. As meso-regiões são as seguintes: 1 – Alto Rio Negro; 2 – Javari; 3 – Alto Solimões; 4 – Juruá; 5 – Purus; 6 – Alto Madeira; 7 – Rio Negro/Solimões; 8 – Baixo e Médio Madeira; 9 – Triângulo Jutá/Juruá/Solimões; 10 – Baixo Amazonas; 11 – Médio Rio Negro.

Segundo o secretário adjunto José Mario, da etnia Mura, neste mesmo ano foram realizadas quinze “grandes oficinas” no Estado, com o objetivo de “discutir como seria a execução dessas *meso-regiões*”. O secretário adjunto relata que cada *meso-região* foi concebida pela Secretaria e pelas comunidades e organizações indígenas que participaram de tais oficinas enquanto “uma *base*, que teria uma representação aqui dentro [da SEIND]”. Desta forma, cada *representante* deveria levar à Secretaria as *demandas* de sua *meso-região*. Como relatado, o estado do Amazonas foi dividido em onze parcelas de território (ou seja, onze *meso-regiões*), de acordo com as onze vagas concedidas pelo governador²².

²² Como mencionado na introdução, o governador do estado era Eduardo Braga, eleito em 2002, pelo Partido Popular Socialista (PPS). Eduardo Braga foi reeleito junto ao vice-governador, Omar Aziz, em 2006. No ano de 2010, se licenciou do cargo para disputar uma vaga para o Senado Federal pelo PMDB – a qual foi eleito.

Segundo o Secretário Bonifácio a natureza dos cargos comissionados permitiu a contratação de servidores que fossem indígenas sem a necessidade de realização de concurso público, o que “facilitou trazer lideranças aqui para dentro”. Tais indígenas representantes de suas *bases* seriam *indicados* por suas regiões que, no momento de elegê-los, levariam em conta critérios próprios. Ao mesmo tempo, porém, o secretário diz que “ainda não temos servidores por meio de concurso”, o que indica que o caminho de estabilização da própria Secretaria passa pela formalização de um quadro próprio e pela realização de concursos²³.

Esta forma de organização antecedeu a criação da SEIND (ocorrida em 2009), tendo sido estabelecida na época da Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI). As informações que pude obter durante a pesquisa não permitem precisar de que maneira foram definidos os limites das *meso-regiões*. Seja como for, o preenchimento dos cargos disponíveis buscou potencializar a entrada de mais servidores indígenas na SEIND, especialmente, aqueles considerados *lideranças*.

A busca por um tipo de qualidade específica nestes novos servidores – ser *liderança* – demonstra que essa forma de recrutamento é articulada pelos interlocutores à ideia de *representatividade política*. Percebemos então a organização da Secretaria sendo constituída através da articulação de elementos que dizem respeito à esfera governamental (concessão de vagas pelo governador), juntamente com elementos próprios de uma forma de organização de movimentos sociais (oficinas participativas e indicações de nomes através de eleições para assumir os cargos). A forma de recrutamento dos servidores da SEIND, nesse sentido, difere dos critérios universais dos concursos públicos, ao mesmo tempo em que não segue a atribuição de cargos a aliados políticos (oriundos de coligações partidárias, por exemplo). Paralelamente, é possível notar (mais uma vez) o acionamento de certo vocabulário e de uma forma de organização associada a um universo político de reivindicação de direitos indígenas (e também de outros movimentos sociais), que envolvem *demandas*, *bases*, *lideranças* e *assembléias*.

Atualmente, no entanto, os servidores designados como indígenas e que entraram na Secretaria através das *meso-regiões* são a minoria. Inclusive, existem informações discrepantes a respeito da entrada dos onze indicados, dos quais apenas seis teriam assumido cargos. Entre outras coisas, isso aponta para o fato de que esta não

²³ Como dito na introdução, a SEIND foi criada por uma lei delegada, e ocupa uma posição relativamente instável na administração estadual.

foi a única forma de recrutamento dos servidores indígenas. Mas apesar de o modelo das *meso-regiões* não ter funcionado da maneira prevista, dando lugar um ano depois da disponibilização das onze vagas a uma forma de organização através de “Gerências”, ele ainda parece fornecer uma retórica bastante atual. Como observamos na fala do Secretário, as *meso-regiões* são recorrentemente mencionadas pelos interlocutores. Temos uma narrativa que claramente relaciona os servidores indígenas ao papel de *representantes*, muitas vezes, como citado anteriormente, também pensados enquanto *lideranças*, o que acaba por constituir não apenas uma retórica, mas também dá sentido à maneira como os servidores pensam sua própria presença e atuação na Secretaria.

Não faltaram oportunidades para escutar falas durante conversas informais e entrevistas onde os servidores afirmavam que tinham sido *eleitos* para representar suas *regiões*. Isto indica que, mesmo com o abandono do modelo de *meso-regiões* (que recrutou servidores apenas na ocasião narrada), as vagas na Secretaria continuam a ser ocupadas com base em uma série de articulações entre organizações do *movimento indígena*, assim como por indicações dos próprios servidores ou chefes de departamentos.

Recentemente, observa-se que tais negociações podem culminar na indicação de servidores indígenas ou não indígenas, dependendo dos fatores que estão em jogo. A etnografia indica que tais articulações geralmente giram em torno de aspectos *técnicos* ou *políticos*, no entanto, a decisão final cabe ao secretário Bonifácio, que busca ponderar os argumentos colocados por múltiplos agentes que fazem parte de tal processo. Conforme o comentário de Cristiano, chefe do Departamento de Etnodesenvolvimento, citado no capítulo 2:

“Algo que eu procuro mostrar para o secretário é a necessidade de um quadro técnico para o departamento, para que a gente possa estar dando uma resposta à altura e poder estar atendendo essas demandas, mas é algo que a gente tem que ter certo jogo de cintura porque tem que medir a necessidade técnica e a necessidade política, dado que é uma secretaria de discussão e criação de políticas públicas. Então não basta ter só o conhecimento técnico, tem que ter certa influência política”.

(Cristiano, em entrevista, 08/05/2012).

Na perspectiva de Cristiano a “influência *política*” é tão desejável e importante quanto o domínio sobre a *técnica* para produzir eficácia na implementação de políticas

públicas. Na fala de outro interlocutor²⁴, é possível perceber que a questão da “influência *política*” operaria tanto no sentido de articular a relação da SEIND com as organizações indígenas (proporcionando o bom funcionamento da Secretaria), quanto no sentido inverso, levando os representantes das organizações indígenas à SEIND:

“A gente procura trabalhar com representatividade, de que forma? Usando a distribuição geográfica do estado e por calha de rio. Tanto é que tem indígena do Baixo Amazonas, tem indígena do Madeira, tem indígena do Purus, só não tem indígena do Juruá... Temos indígenas do Alto Solimões, tem indígena do Médio Solimões e temos indígenas do Alto Rio Negro. Então você vê que estão distribuídos em todo o Estado do Amazonas os representantes. E aqui dentro, acaba tendo um número maior de representantes, em função até mesmo da pressão do *movimento*, quem cobra mais e quem pressiona mais”. (comunicação pessoal, 2012).

A partir da fala é possível notar que continua a existir um critério geopolítico no recrutamento de servidores que, no entanto, se difere do anterior: agora a conjugação entre as calhas de rio e organizações do *movimento indígena* passa a operar, enquanto antes o critério seguido tinha como base as meso-regiões e as eleições dos *representantes* em assembleias. Este interlocutor também explica que os *representantes* hoje chegam à SEIND diretamente a partir das organizações indígenas (por vezes em votações entre seus membros que são eleitos para ocupar cargos na Secretaria), e não mais através de assembleias realizadas entre as comunidades. Nesse sentido, temos na SEIND a convergência não só de diferentes coletivos (aqueles que “pressionam mais”), mas também de diferentes regiões (agora concebidas a partir das calhas dos rios) e organizações indígenas (vindas do *movimento*). Assim emerge outra noção de representatividade que segue o movimento de certas forças políticas das organizações indígenas. Ao mesmo tempo, como reiteram as falas, há a necessidade de equilíbrio entre certos atributos *técnicos*, por um lado, e *políticos*, por outro.

O mapa que segue foi elaborado pelo Instituto Socioambiental, e mostra as macrobacias hidrográficas da Amazônia Legal.

²⁴ Optei por identificar apenas as falas registradas em entrevistas mantendo o anonimato dos interlocutores quando solicitado pelos mesmos, e também no caso de reflexões feitas em conversas informais.



Figura 40: Macrobacias hidrográficas da Amazônia Legal. FONTE: ISA, 2009.

A *representatividade*, embora possa comportar diferentes significados, é concebida como um atributo fundamental dos servidores indígenas. No entanto, essa mesma afirmação coloca uma nova questão: se os servidores indígenas estão na Secretaria no sentido de *representar* diferentes espaços geopolíticos, eleitos a partir de assembleia ou indicados por organizações indígenas, quais são (ou foram) os critérios mais relevantes no momento de contratar os servidores não indígenas?

Retornando à própria fala do Secretário Bonifácio podemos encontrar algumas pistas a respeito de tal tema. O Secretário ressalta a ausência de indígenas com formação específica em determinadas áreas como o motivo pelo qual se faz necessária a presença de não indígenas. Ele cita justamente as áreas de contabilidade e administração, onde o trabalho com procedimentos burocráticos é mais intenso (compreendendo atividades como prestação de contas, orçamentos e a interlocução com os procedimentos burocráticos de outras secretarias, já que grande parte do orçamento dos projetos vem de outras instituições públicas). Ao mesmo tempo, a fala do Secretário parece indicar que, se houvesse indígenas formados nessas áreas, provavelmente

ocupariam as vagas dos servidores não indígenas. Idealmente, portanto, a SEIND deveria contar apenas com servidores indígenas.

A chefe do Departamento Financeiro, Linda Marubo, relata em entrevista outros motivos para a ausência de indígenas na parte administrativa da Secretaria:

“a área administrativa, não sei se você percebeu, ainda é um problema para os indígenas... Porque o que eu percebo é que eles não gostam. Não gostam da parte burocrática. Tanto que de indígena lá tem só eu que sou da parte de orçamento e outro que trabalha na parte de transporte. Só... Porque se fosse para trabalhar em outra área lá dentro, acho que ele teria... pedido as contas!”
(Linda Marubo, em entrevista, 28/03/2012).

A fala da servidora menciona a ausência de indígenas na área administrativa, que compreende os Departamentos de Administração e Financeiro. Ao mesmo tempo em que Linda afirma ser a única indígena na parte administrativa (com exceção de um colega que desempenha a função de motorista), refere-se aos demais indígenas em terceira pessoa, observando, com certo tom crítico, que eles “não gostam da parte burocrática”. É interessante notar que, aqui, a ausência de indígenas na parte administrativa não mais é atribuída a uma falta de qualificação técnica, como disse o Secretário, mas sim a uma escolha: os indígenas não gostam de tais funções. A insuficiência de quadros técnicos, portanto, não provém de incapacidade, nem é uma situação transitória (conforme as observações do Secretário), mas se explica por uma avaliação negativa dessas áreas. Vale destacar que a servidora, além da graduação em Administração Pública (concluída na Universidade Estadual do Amazonas - UEA, através das cotas destinadas a indígenas), ainda cursa dois programas de pós-graduação: um em Orçamento Público, e outro em Planejamento Governamental.

Por um lado, portanto, temos os servidores indígenas pensados (por outros e por eles mesmos) enquanto *representantes* de determinadas regiões ou povos, podendo também ser reconhecidos enquanto *lideranças* políticas; por outro, temos os servidores não indígenas presentes em setores que exigem a formação específica em cursos superiores ou técnicos (como administração e contabilidade), onde há o predomínio de atividades vinculadas à execução de procedimentos burocráticos.

Ainda que nas falas dos interlocutores possa ser percebida certa essencialização de atributos *políticos* e *técnicos*, ou de *indígenas* e *não indígenas*, a etnografia mostra que essa diferenciação é realizada contextualmente. Existem múltiplos modos de distinguir tais elementos que, simultaneamente, apontam para diferentes perspectivas

nativas acerca do que é ser um burocrata ou *representante* de algum local ou comunidade.

3.2 Pensando a *indianidade*: distinções e divisões

Certo dia eu esperava por Karlene, gerente de Recursos Humanos, na recepção da SEIND - uma sala de dimensões pequenas, cerca de 3m x 3m, onde frequentemente se encontram indígenas (por vezes famílias) aguardando por algum servidor. Neste dia não foi diferente. Um cacique Mura estava com a sua esposa Apurinã à espera do “Doutor Advogado”. Ela, bastante comunicativa, disse que era estudante de psicologia e queria aprender para “aplicar” na aldeia. Em seguida perguntou de que etnia eu era. Afirmei, então, que não era indígena. A moça se mostrou um pouco constrangida pelo engano. Tentei amenizar a situação dizendo que “afinal, na sala de espera da SEIND, com os olhos puxados, eu só poderia ser indígena”. Demos risada.

O pressuposto da minha indianidade pode ter ocorrido por diferentes motivos. O que me passou de imediato foi que a ascendência japonesa e a pele morena teriam proporcionado o comentário. Mais tarde pensei em outras possibilidades: talvez o fato de eu estar na SEIND aguardando por um servidor na sala de espera, como os outros indígenas, possa ter causado tal impressão – de fato, é muito difícil encontrar não indígenas aguardando – ou mesmo as duas hipóteses anteriores em conjunto.

Alguns minutos depois Karlene foi à recepção me chamar, então caminhamos até a sala do Departamento de Administração, onde ela trabalha. Depois que nossa conversa teve início reparei que, involuntariamente, eu estava tentando identificar pela aparência física se a servidora era ou não indígena. Essa atitude, na verdade, ocorreu mais de uma vez durante a pesquisa em relação a diferentes servidores. No entanto, assim que trocamos algumas palavras estabeleceu-se uma *distinção* entre “nós” (não indígenas) e “eles” (indígenas). O objetivo da conversa era justamente que eu conhecesse um pouco melhor a Secretaria e seus servidores, e Karlene, enquanto Gerente de Recursos Humanos, cumpria um importante papel que poderia me ajudar nesse sentido: era encarregada de realizar o procedimento de *integração* dos recém-chegados.

A dúvida que surgiu a respeito da minha possível indianidade na sala de espera e que logo depois se repetiu em relação a Karlene, bem como meu pedido para que ela

assinalasse os servidores indígenas no organograma da SEIND, não configura apenas uma ocasionalidade. Penso que antes ela ilumina uma forma de olhar para a constituição de diferentes posições entre aqueles que estão no ambiente da Secretaria. A emergência de tais posições em ocasiões como as narradas acima acaba por produzir *distinções* colocadas cotidianamente, sempre de forma contingente e contextual, e que assim, movimentam e atualizam categorias tal como ser indígena ou não indígena.

No sentido de dar sequência a esta reflexão, nos aproximamos da forma de análise proposta por Alain Pottage. O autor afirma que as teorias da sociedade *dividiram* o mundo em oposições, originando categorias a partir das quais ele é vivenciado, como por exemplo, natureza e cultura (2004:08). Indo contra esta perspectiva, Pottage argumenta que tais categorias seriam constitutivas e não declaratórias da ontologia em que estão baseadas. O autor critica o fato de algumas análises as tomarem enquanto entidades estáveis e preexistentes à experiência. Assim, propõe a mudança de um esquema baseado em *divisões* – onde se supõe categorias passíveis de descreverem o mundo e, sobretudo, supõe que esse mundo existe antes e de modo independente das categorias com as quais ele é descrito - para um esquema de *distinções*, que seriam contextualmente emergentes, e constituiriam fragmentos, por esse motivo, sempre incompletos, de informação (2004:10).

A tentativa de qualificar indígenas e não indígenas entre os servidores da SEIND surge enquanto uma questão minha, mas que pode ser recolocada de diferentes maneiras por outras pessoas. Mesmo que em um primeiro momento a forma de qualificação étnica possa parecer assertiva (tal como eu estava buscando na Secretaria), o que iremos observar nas linhas seguintes é a maneira através da qual tais categorias se colocam para os servidores - o que não passa necessariamente pelos mesmos termos que eu havia imaginado. Assim, a *indianidade* pode emergir de um fenótipo (olhos puxados), de uma conversa (que produz um ‘nós’ e ‘eles’), ou mesmo do fato de se estar em determinado lugar (na sala de espera de uma secretaria indígena).

A antropóloga Brigida Renoldi, em *Persona, agencia y estado: rutinas de instrucción judicial en el proceso federal argentino* (2010), através da etnografia de uma instituição judiciária e seu trabalho cotidiano, nota que a distinção entre os poderes do Estado (aqui, fazendo referência a diferentes instituições que lidam com delitos federais na Argentina) ocorre “através de fluxos e continuidades que tornam as divisões imperceptíveis (porque talvez não existam todo o tempo e nem em todos os lugares” (2010:95). A partir das reflexões acima expostas, notamos que as *divisões* (se Karlene

era ou não indígena, neste caso) se tornam praticamente imperceptíveis ao olharmos para os fluxos e continuidades através dos quais o dia-a-dia na Secretaria é vivido (Renoldi, 2010). Em outras palavras, tais *divisões*, que antes foram o ponto de partida, passam a dar lugar a *distinções* sempre contextuais, que não implicam pontos de partida nem de chegada, mas sim a continuidade da maneira como as relações são estabelecidas.

Tal forma de construção da etnografia, entretanto, requer uma reflexão sobre as próprias condições sob as quais ela ocorre. A emergência de *distinções* é pensada por Pottage (2004:08) enquanto um processo contingente aos olhos daquele que observa, uma vez que são colocadas a existir pelo próprio observador. De forma semelhante, Barbara Yngvesson e Susan Coutin (2008) defendem que as etnografias selecionam percorrer um caminho particular, tecido através dos processos observados. No entanto, alertam que a própria construção de tal caminho é sempre motivada no sentido de responder às questões colocadas pela pesquisa que se busca desenvolver. Tal fato, segundo as autoras, apontaria para duas construções simultâneas: a necessidade de o pesquisador manter-se aberto às possibilidades do “campo”, uma vez que o mesmo é construído simultaneamente ao processo de coleta dos dados; e outra que seria retroativa, realizada na escrita do texto etnográfico. Nesse sentido, não se deve pensar o “campo” de antemão, uma vez que o mesmo é inexistente, tornado real por essas duas construções.

Sendo assim, ainda que durante o trabalho de campo tenha se sobressaído aos meus olhos a polaridade entre *indígenas* e *não indígenas* (os primeiros vinculados a certa noção de *política*, e os segundos de *técnica*), ao retomar as entrevistas, documentos e demais materiais, pude perceber a progressiva mistura de tais pólos. Mais que isso, as mesmas informações que levaram a tais polaridades passaram a apontar para a produção, sempre contextual, de tais categorias.

3.3 Representantes e representatividades

Como já apontado, Linda, comentando sobre sua experiência na SEIND e a impossibilidade de atuar como *representante* no setor administrativo, estabelece certa divisão entre setores mais ou menos indígenas na organização da Secretaria. Contudo, sua presença na parte administrativa também demonstra que o trânsito entre tais pólos

existe, permitindo que elementos antes considerados distintos, agora passem a se confundir. Ao tomarmos outros aspectos da trajetória da mesma servidora, percebemos que os motivos que levaram à *indicação* de seu nome não se restringem à *representatividade*, embora sua entrada na Secretaria seja enunciada a partir de tal retórica. Em entrevista realizada em sua residência na cidade de Manaus (pois estava em licença maternidade), Linda comentou este assunto:

Linda: Quando eu cheguei aqui foi para representar meu povo perante a Fundação, que já era uma Fundação do Estado. E estou lá até hoje!

Tiem: O seu povo então te escolheu, te reconheceu...

Linda: Eles me indicaram porque naquela época não tinha um indígena que representasse o povo, mas que tivesse conhecimento. Conhecimento que eles queriam não era só conhecimento *político*, era um conhecimento mais *técnico*, [para] que a gente [pudesse] passar para eles o que estava acontecendo aqui, o que o governo quer para os índios, qual era a discussão sobre política para os indígenas (...). Então tinha que ser uma pessoa que soubesse. Como eu já tinha rodado por tudo quanto é lugar, aí eles me escolheram. (...) Eles verificaram que entre eles mesmos não tinha uma pessoa que pudesse fazer, que *conhecesse* pra poder *reivindicar*. Aí eles meio que também não tiveram opção: é ela, tem que ser ela.

(Linda Marubo, em entrevista, 28/03/2012. Ênfase minha).

Linda realiza uma diferenciação entre certo conhecimento *político* e outro *técnico*. Tanto neste momento, quanto nas falas anteriormente citadas, percebemos que a *política* e a *técnica* são concebidas como modos diferentes de conhecimento, e devem ser qualidades combinadas pelos servidores. Essa questão também aponta para o fato de que, se por um lado, o surgimento da SEIND é intimamente ligado ao movimento indígena, por outro, o *movimento indígena* também tem que se adaptar a certos padrões das instituições da administração pública quando passa a fazer parte dela. Isso ocorre tanto no sentido de uma padronização burocrática no envio de documentos, quanto na indicação de nomes para compor a SEIND. Não basta ser apenas *representante*, para criar a eficácia necessária dentro da SEIND também é preciso ser *técnico* – e vice-versa.

Linda destaca que foi justamente sua capacidade *técnica* que a levou à SEIND, e não apenas sua *representatividade política*. Curiosamente, podemos ressaltar que quando entrou na SEIND a servidora possuía o ensino médio completo, mas não o curso de graduação em Administração Pública (cursado após sua entrada na Secretaria). Foi sua experiência de ter vivido e estudado na cidade - onde adquiriu certo tipo de conhecimento - que levaram à sua indicação por parte da comunidade, o que foi interpretado por ela enquanto características *técnicas*. Em outras palavras, foi sua

experiência de vida e contato com o mundo não indígena (tanto através da escola, quanto através da vida na cidade), que a qualificou enquanto apta a representar política e tecnicamente as pessoas que a elegeram. Também é interessante notar que a forma da servidora verbalizar as necessidades de sua comunidade passa por um vocabulário vinculado também a movimentos sociais não indígenas, como *indicações* e *reivindicações*.

Apesar de entrar na SEIND através da *indicação* de uma *meso-região*, a servidora narra que passou a exercer um cargo na parte administrativa que “não era compatível” com sua *indicação*, que partia da ideia de *representatividade* política. Assim, mostra que certas funções ou posições institucionais correspondem mais ou menos a certa expectativa de *representação*. Como é possível perceber, a parte administrativa não é uma delas. Tal situação deu origem a uma série de desentendimentos com a “comunidade” que a elegeu:

“E aí eu fui sendo cobrada por eles [comunidade]. Porque eles diziam: ué, como é que você entrou para representar uma *meso-região* e a gente não tá recebendo nada aqui! Aí demorou anos para eles entenderem que a função que eu assumia lá dentro não era compatível com a que eles tinham me indicado, e que no governo se pensa uma coisa e que fora do governo é outra. Isso demorou uns três anos para eles entenderem. Não foi fácil! Pediram a minha cabeça várias vezes!”

(Linda Marubo, em entrevista, 28/03/2012).

Temos então a qualidade da “técnica” atuando contra e a favor da servidora: ao mesmo tempo em que foi motivo de sua indicação, estar em uma área da SEIND vista como *técnica* significa a não atuação como *representante*. No entanto, Linda narra que, ao se especializar nesta área, tinha como objetivo um projeto político maior:

“Como no começo da Fundação [FEPI] a discussão era que os índios assumissem [todos os cargos] dentro de cinco anos, aí eu comecei a pensar: ué, como é que nós vamos assumir se nós não queremos trabalhar na administração? Então vou ficar aqui! Vou ficar nessa área e me especializar nessa área. E estou até hoje, também a única!”

(Linda Marubo, em entrevista, 28/03/2012).

Mesmo que sua presença no setor administrativo tenha sido vista negativamente pelos que a elegeram, Linda percebe que ocupar este lugar possibilita o empoderamento dos indígenas. Atuar em uma área *técnica* e dominar os processos burocráticos, para

Linda, significa também atuar a favor de um projeto político maior que envolve a ocupação de todos os cargos da Secretaria por indígenas.

Agora, tomemos outro exemplo. Curiosamente, se retornarmos às colocações da chefe de Departamento de Promoção dos Povos Indígenas, Rose Meire, reproduzidas no capítulo anterior, verificaremos uma situação oposta:

“Cada *técnico* aqui dentro tem referência de uma região. Pessoal lá do Purus: tudo o que eles vão fazer que tem a ver com nossas atividades, eles entram em contato. (...) Temos o mesmo, por exemplo, no Vale do Javari: eles têm como referência a Chris. Eles ligam, eles pedem, eles brigam com a gente também, então não tem como desvincular. Muitas vezes os gestores aqui dentro não percebem isso. Essa questão política do movimento, (...) às vezes nós técnicos também ajudamos bastante, até a evitar alguns conflitos.”
(Rose Meire Barbosa, em entrevista, 21/03/2012).

Percebemos a vinculação da servidora Chris Lopes a uma localidade: o Vale do Javari que, toda vez que necessita de algo, entra em contato com ela. No entanto, Chris não é definida etnicamente enquanto indígena, muito menos pensada enquanto *representante política* – ela é considerada uma *técnica*, e foi contratada em virtude de sua formação de cientista social. Ao mesmo tempo, sua função de coordenadora de Pesquisa e Sociodiversidade elimina qualquer possibilidade de pensarmos que a correspondência entre a servidora e o Vale do Javari seria decorrente do cargo ocupado. Na fala de Rose Meire, há a configuração de uma ideia de *representação* diferente da *representação política*, uma *representação técnica*, que não pode ser exercida por Linda no Departamento de Administração, mas pode ser exercida por uma *não indígena* no Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. A *política*, na fala de Rose Meire, surge como necessária para “evitar alguns conflitos” e, assim, pode ser pensada como parte integrante do trabalho dos *técnicos*.

Nesse sentido, se Linda se distancia de certa noção de *indianidade* ou de *representatividade* por estar na área administrativa (o que impede que exerça a função para a qual foi eleita, aos olhos da comunidade), a atuação de Chris Lopes como *técnica* e sua identificação com o Vale do Javari a aproximam da *representatividade* e de certa noção de *indianidade*. Portanto, se recuperarmos a ideia de que os indígenas estão na Secretaria para *representar* certas comunidades ou localidades, a servidora Chris Lopes pode facilmente ser considerada uma *técnica indígena*. Assim, surge outra questão: como se configura a *indianidade* de um servidor público na SEIND? Ou então, o que é *representar* ou ser um *técnico* no dia-a-dia da Secretaria?

O que a posição de ambas servidoras demonstra é a existência de múltiplos entendimentos sobre o que seria *indianidade* e *representatividade*. Os servidores da SEIND parecem operar a partir de *divisões* entre servidores *indígenas* e *não indígenas* como se fossem categorias estáveis. No entanto, a cada momento, tais divisões são colocadas diferentemente pelos interlocutores, o que nos permite percebê-las enquanto *distinções* (cf. Pottage 2004). Assim, “ser indígena” na Secretaria não configura uma condição auto-evidente, ou tão somente marcada pelo pertencimento étnico. Pelo contrário, emerge cotidianamente através das diferentes formas de se estar na e de fazer a administração pública. A *indianidade*, nesse sentido, pode ser pensada como uma qualidade fruto das relações que são estabelecidas pelas pessoas dentro da Secretaria e também fora dela, nas comunidades e organizações. Sendo assim, tais relações devem ser constantemente refeitas, uma vez que os laços com as comunidades, mesmo quando permanentes, não são estáveis. Detalharei tal questão na sequência.

Tendo já esboçado estas considerações acerca das diferentes posições ocupadas pelos servidores da SEIND, agora busco percorrer o processo de *Integração* dos novos servidores. Com isso, pretendo refletir sobre o processo de tornar-se um servidor público e, ao mesmo tempo, possuir uma trajetória bastante vinculada a organizações indígenas.

3.4 Integrando leis, papéis e pessoas

Como mencionado anteriormente, na sala do Departamento de Administração (DEAD), além da Karlene, também trabalham mais quatro pessoas: a Chefe de Departamento, Tarsila; o Assessor de Informática, Vielo; o Gerente de Material e Patrimônio, Weminsont; e o Gerente de Transportes, Adail. Da mesma forma que nas outras salas, prateleiras repletas de arquivos coloridos integram a paisagem do DEAD. Eu estava lá, pois Karlene iria simular comigo um procedimento de *Integração*, realizado toda vez que um novo servidor chega à SEIND. Tal procedimento contempla a entrega de alguns papéis e um *tour* pelo prédio, em que ocorre a apresentação dos diferentes departamentos e dos servidores que lá trabalham. Os papéis entregues foram:

1. Manual de Integração e Regulamentação Interna da Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI;
2. Um Anexo desse manual, denominado “Normas e Procedimentos da Folha de Frequência Obrigatória”;
3. Cópia do Diário Oficial do Estado do Amazonas, onde consta a publicação da Lei nº 3.403, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre a criação da SEIND;
4. Cópia do Diário Oficial do Estado do Amazonas do dia 22 de dezembro de 2003, onde consta o “Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo e dos Militares do Estado do Amazonas”;
5. Organograma da SEIND de acordo com a Lei nº 3.403;
6. E, por fim, um Funcionograma da SEIND – mais abrangente que o organograma, pois contempla as diferentes coordenações e gerências (que não estão previstas em lei) e também localiza todos os servidores dentro da estrutura da instituição de acordo com nome e cargo ocupado.

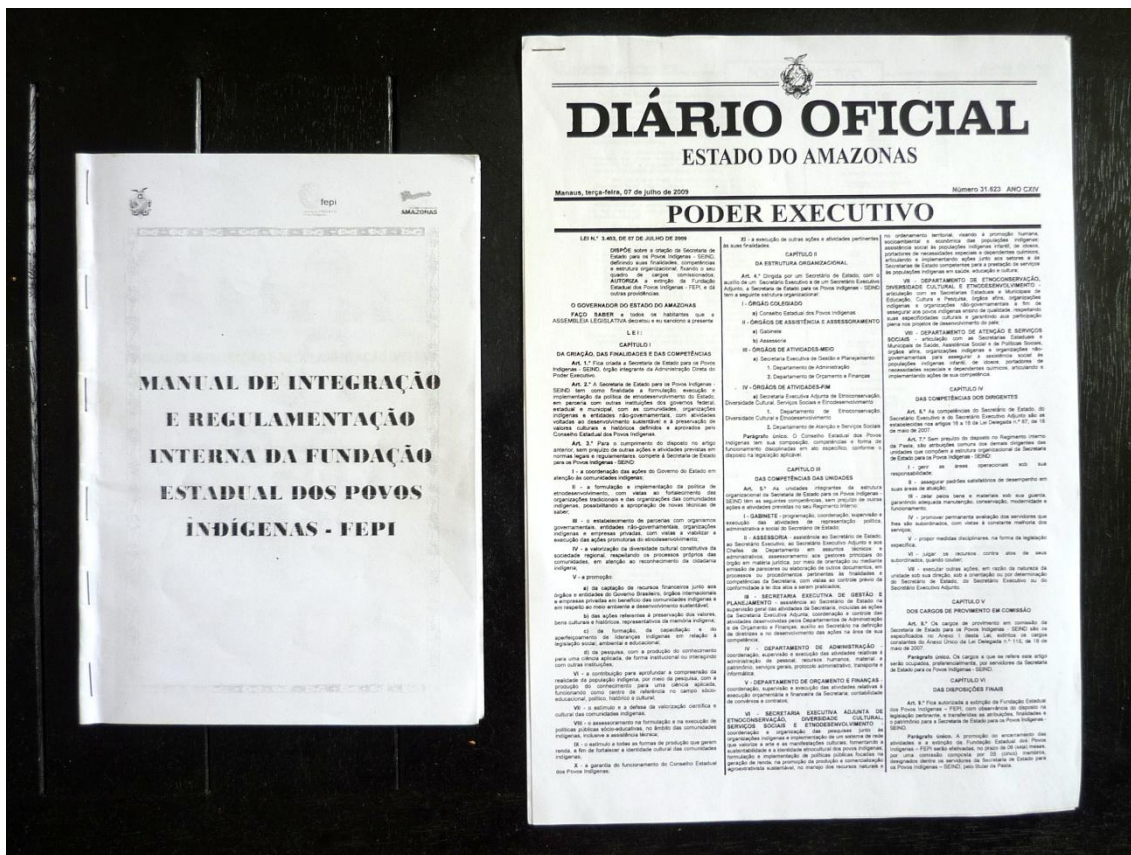


Figura 41: Manual de Integração e Regulamentação Interna da Fundação Estadual dos Povos Indígenas e cópia do Diário Oficial do Estado do Amazonas entregues no procedimento de integração.

Tendo em vista que os itens 3, 5 e 6 já foram abordados anteriormente, mantereirei a atenção nos itens 1, 2 e 4.

O “Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo e dos Militares do Estado do Amazonas” coloca a função de servidor público acima de qualquer outra forma de comprometimento, uma vez que o mesmo é considerado reflexo do próprio poder estatal, tanto no exercício do cargo quanto fora dele:

“Das Regras Deontológicas:

I – A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

(...)

III – A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim sempre é o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

(...)

V – O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito deste trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio”.

(FONTE: Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo e dos Militares do Estado do Amazonas, 2003. Ênfase minha)

Temos, então, não apenas a ênfase no trabalho e no comprometimento com a função exercida, mas também uma ideia que interliga o “bem estar” do servidor com a busca por um “bem comum”, a partir da noção de que os funcionários públicos seriam a extensão do poder estatal. Na reprodução de tais trechos percebemos que legalmente configura-se um tipo de relação com o próprio trabalho que exclui a possibilidade de quaisquer outros vínculos que possam se sobrepor à atividade exercida, padronizando um tipo de servidor público que deve ter a vida pessoal e profissional voltada à execução de seu trabalho. O assessor Amarildo Machado, Tukano, aborda em entrevista o aspecto universal das regras que regem o funcionalismo público:

“(...) o sistema tem toda uma série de regras, normas e regras. E isso precisa adequar, nos adaptar melhor a esse processo realmente é difícil. Porque tem órgãos de controle de fiscalização que dizem como é que deve ser... O índio, na gestão, vai ser imputado pra você responder na responsabilidade da gestão, que é recurso público, quem paga é o contribuinte. Então tem toda essa série [de] elementos que precisa manter, seguir o que está escrito (...) independente se são os índios ou não, isso no governo a gente precisa

observar. No movimento tem suas regras e sua forma de ver essa questão. (...) Quem não fizer correto as coisas tem suas sanções. Então, no governo, a regra é pra todos, ou seja, indígena ou não – nós entendemos bem isso, que precisa ser aceito”. (Amarildo Machado, em entrevista, 19/03/2012. Ênfase minha)

A fala do servidor destaca o fator da imputabilidade, que permite que qualquer pessoa na condição de servidor seja passível de processo judicial caso se conduza em desacordo com as normas legais – seja este servidor indígena ou não. Vale ressaltar que isso não ocorre da mesma maneira com indígenas fora do serviço público, em que sempre é colocado em questão se podem ou não, devem ou não, sofrer processo judicial, e em que circunstâncias.

Se por um lado tínhamos na SEIND uma série de servidores oriundos de diferentes comunidades, regiões e organizações, contratados por variadas razões (*técnicas, políticas* ou ambas), por outro, temos a utilização de um Estatuto²⁵ (aprovado pela Lei 1.762 de 14/11/1986, ou seja, anterior à Constituição Federal de 1988) e de um Código de Ética que homogeneizam tal diversidade. A própria trajetória dos servidores pensada a partir da *representatividade* e do reconhecimento de alguns deles enquanto *lideranças* – ou seja, os próprios motivos pelos quais chegaram à Secretaria – parecem ir contra tais marcos legais.

O Manual de Integração, por sua vez, foi elaborado no ano de 2008, portanto é anterior à criação da SEIND (que ocorreu apenas em 2009), por esse motivo ainda contém o nome e o logotipo da FEPI em sua capa. A cópia que recebi já apresentava o texto levemente apagado, provavelmente em virtude da grande quantidade de reproduções ao longo dos anos. A elaboração do manual foi realizada pela atual chefe do Departamento de Administração, Tarcila, que na época ocupava o cargo de Gerente de Recursos Humanos (atualmente o lugar de Karlene). Essa circulação dos servidores por diferentes cargos é bastante comum na SEIND. O Manual é apresentado da seguinte forma:

“(...) este manual informa as normas e procedimentos básicos institucionais, além dos direitos e deveres de todos os servidores e estagiários que ingressam em seu quadro de pessoal.

Com isso, facilita a integração e o entendimento dos trabalhos desenvolvidos pela FEPI, os quais diante da realidade dos povos indígenas requer cada vez mais, maior interação entre as ações promovidas por organizações governamentais, não

²⁵ O Estatuto não estava entre os documentos entregues por Karlene, no entanto, o Manual faz referência a ele por diversas vezes. Seu conteúdo pode ser acessado em: <http://www.sefaz.am.gov.br/arquivos/Estatuto.pdf> (acesso em 05/11/2013).

governamentais e organizações indígenas para o alcance do sucesso em nossos trabalhos, o que só depende de nossa organização e de nosso compromisso com a causa indígena”.

(FONTE: Manual de Integração e Regulamentação Interna da Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI 2008:03. Ênfase minha).

Segundo Tarcila, o manual da FEPI ainda é utilizado na SEIND pois seu conteúdo permanece atual. A distinção entre FEPI e SEIND é realizada de forma contingente pelos interlocutores, o que não ocorreu neste momento. O manual segue o formato das cópias do Diário Oficial do Estado do Amazonas também entregues por Karlene no momento da Integração: seu conteúdo é organizado em 19 páginas e 16 diferentes seções, cada qual abordando um assunto específico. Cada seção é dividida em itens ordenados por algarismos romanos. No trecho reproduzido do texto de apresentação notamos que o Manual faz uso de uma linguagem formalizada, mas que passa longe ao rebuscamento utilizado no Diário Oficial. As páginas foram diagramadas de forma a conter em seu cabeçalho o brasão do Estado do Amazonas, sem nenhuma indicação de procedência (supõe-se de que o leitor já saiba o que ele significa), o logotipo da FEPI, e o logotipo do governo do estado do Amazonas, representado pela bandeira do estado, referente à gestão do governador Eduardo Braga - estes últimos devidamente identificados.

Destaca-se que no trecho reproduzido do manual há ênfase, por um lado, no aspecto “organizacional” da Secretaria e, por outro, no “*compromisso com a causa indígena*” no sentido de promover “o alcance do sucesso nos trabalhos”. A última seção do manual, que contempla as “Considerações Finais”, é assinada pelo Secretário Bonifácio, então presidente da FEPI, em janeiro de 2007 – ou seja, é anterior a última versão do Manual, de 2008. As “Considerações finais” contêm dois curtos parágrafos. O primeiro deles repete um trecho do texto da “Apresentação” e contempla a importância do Manual no sentido dos servidores e estagiários conhecerem as “normas e procedimentos básicos institucionais, além de seus direitos e deveres”. Já o segundo parágrafo, novamente de acordo com a “Apresentação”, afirma que o “sucesso e o alcance dos objetivos da Fundação, dependem do esforço, comprometimento e dedicação dos servidores e estagiários da FEPI para com a causa indígena”.

Ressalto tais considerações com o objetivo de demonstrar a maneira como o “compromisso com a causa indígena” toma lugar central no Manual - ênfase também presente na Lei 3.403/2009 que criou a Secretaria. Cinco das 16 seções que compõem o

manual tratam sobre este assunto, a saber: “Histórico da FEPI”, “Nossa Missão”, “Nossa Política”, “Nossas Competências” e “Nossos Princípios”. Para ilustrar tal questão, podemos citar especificamente os itens IV, VII e VIII da seção que versa sobre as “Competências” da instituição:

NOSSAS COMPETÊNCIAS:

(...)

IV - Valorização da diversidade cultural constitutiva da sociedade regional, respeitando os processos próprios das comunidades, em atenção ao reconhecimento da cidadania indígena;

(...)

VII - Preservação dos valores, bens culturais e históricos representativos da memória indígena;

VIII – A formação, a capacitação e o aperfeiçoamento de lideranças indígenas em relação à legislação social, ambiental e educacional.

(FONTE: Manual de Integração e Regulamentação Interna da Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI, 2008:07 – ênfase minha).

Ao estabelecer como suas competências a valorização da cidadania, a preservação da memória e o incentivo à formação de lideranças, a própria Secretaria acaba por configurar quais seriam as reivindicações da “causa indígena”. Nesse sentido, exige não apenas o cumprimento de regras administrativas, mas uma forma de comprometimento relacionada a um espaço mais amplo de exercício político.

Paralelamente à ênfase nos aspectos indígenas, observa-se no Manual a introdução dos novos servidores ao universo da administração pública. Isso ocorre tanto através de uma regulamentação externa, alinhada à legislação estadual, quanto a partir de um conjunto de normas internas à Secretaria que dizem respeito ao seu funcionamento diário. No Manual temos seções sobre “Normas de Frequência e Horários de Trabalho”, “Normas do Uso da Carteira de Identificação ou Crachá”, “Rotina e Procedimentos Referentes a Materiais, Patrimônio, Transportes e Serviços Gerais” e “Rotina e Procedimentos de Concessão, Aplicação e Prestação de Contas e Diárias de Viagens”. As regras presentes nestas seções devem (e parecem ser) seguidas à risca pelos servidores, uma vez que o desencadeamento de tais rotinas também é relacionado, pelos meus interlocutores, ao próprio funcionamento da Secretaria. Assim, o não cumprimento de tais normas pode trazer consequências futuras, por exemplo: se um servidor que foi viajar a trabalho não prestar contas, ficará impossibilitado de ir às suas próximas viagens, e assim em diante.

Percebemos então que os novos servidores são introduzidos ao universo burocrático e a certa percepção de sua temporalidade e procedimentos antes mesmo de realizarem um *tour* pelo prédio ou de serem apresentados aos demais colegas. Logo nos primeiros instantes na Secretaria eles já são colocados frente a uma quantidade de papéis não muito volumosa, mas cujo conteúdo pode ser bastante intimidador para aqueles que nunca se depararam com este tipo de literatura. Tal literatura vislumbra um determinado tipo de leitor, assim, espera-se que os indivíduos designados como servidores públicos consigam assimilar as leis e regulamentações que envolvem tal função, contidas nos papéis que lhes são entregues.

Nas seções do Manual que versam sobre os “Direitos do Servidor”, bem como as “Proibições ao Servidor”, os últimos itens acrescentam aos direitos e proibições anteriormente descritos aqueles também previstos no “Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas”, demonstrando que ambos os documentos estão alinhados – da mesma forma que os documentos para a regulamentação da pesquisa. Percebemos no Manual a reprodução de alguns itens presentes no Estatuto que remontam ao período pré-Constituição de 88, tal como a proibição de fundar sindicatos ou participar de greves.

É interessante ressaltar que a legislação estadual aborda temas como ética, moralidade e lealdade no sentido do bom desempenho das atividades públicas. Tais temas podem ser pensados, em um primeiro momento, enquanto um comprometimento com o trabalho que vai além das normas de conduta funcional. De forma semelhante, a ênfase no comprometimento com a “causa indígena” abordada no manual também exige uma forma de dedicação que não fique limitada ao cumprimento das regras formais.

Nesse sentido, o manual e o código de ética parecem se dirigir a sujeitos que, simultaneamente, são enquadrados nas regras gerais do funcionalismo público e que também devem se comprometer profundamente com a “causa indígena”. A coexistência de diferentes prescrições é percebida e apontada pelos servidores como uma situação delicada e repleta de disjunções – o que acaba por criar certa confusão entre eles mesmos. Em uma conversa pessoal um dos meus interlocutores afirmou:

“Tiveram pessoas que falaram que quando você passa a ser funcionário público você para de ser índio, porque você é funcionário público, você tem que ter uma cartilha. Mas por que a gente tem que fazer isso se nosso público alvo são os povos indígenas?”. (Comunicação pessoal, abril de 2012).

A questão levantada aponta para certo descompasso entre ocupar a posição de servidor público e, ao mesmo tempo, ser um indígena oriundo de uma trajetória em organizações indígenas (responsável por *representar* suas comunidades, regiões ou associações). Assim, meu interlocutor critica o motivo pelo qual a “cartilha” deve ser seguida, se todo o trabalho desempenhado pela Secretaria é voltado às comunidades indígenas que, muitas vezes, não estão em consonância com tal universo.

No entanto, ao olharmos para a fala do Secretário Bonifácio, notamos sua compreensão dessa condição não como um descompasso, mas como um papel próprio do servidor público da SEIND – e não de outras Secretarias:

“Tiemi: É interessante porque parece que não só o senhor, mas os outros servidores que vieram do movimento indígena estão entre duas coisas...

Bonifácio: É, porque então, isso é um papel de quem está aqui. Além de eu ser um membro de um povo, que é Baniwa, eu tenho que dar satisfação para esse meu povo e por ser de uma região tenho que representar aquela gente também e tem que dar uma satisfação para a organização maior que é a FOIRN. (...) Além disso, você também tem que atender o programa de governo, exigências, decisões, encaminhamentos, e nós somos interlocutores tanto para o governo e também entre os indígenas para o governo. Então são dois... (...) Porque você não está só representando, além de representar perante o governo para a comunidade, você representa a comunidade para o governo. (...) O nosso negócio aqui é fazer o Estado entender o índio, e não o índio entender o Estado. Só que ao mesmo tempo, na prática, a gente acaba fazendo eles também entender o governo. Burocracia... Muita das vezes os indígenas são muito imediatistas, (...) sendo que o governo trabalha com planejamento, PPA [Planejamento Plurianual]. Isso acaba que a gente também acaba trabalhando isso com as comunidades...”
(Bonifácio Baniwa, em entrevista, 02/04/2012).

A criação da Secretaria resulta de uma mobilização política que visa, entre outras coisas, que o Estado “entenda o índio”. Contudo, os indígenas que “entram no Estado” não apenas têm que aprender como proceder no universo da administração pública, mas também fazer com que os demais indígenas, “fora do Estado”, entendam como ele funciona. Também é possível perceber na fala do Secretário o imbricamento de diferentes posições: ocupar o cargo de Secretário, pertencer ao povo Baniwa, dar “satisfação” para a organização da sua região, a FOIRN, além de atender ao programa de governo. O equilíbrio entre tais posições é necessário tanto para ter o apoio das organizações e povos indígenas, quanto para atender os anseios do “governo” e assim, manter a própria Secretaria.

Na mesma entrevista o Secretário deu continuidade a tal questão a partir do pedido para que ele comentasse a realização de conferências e grandes reuniões públicas envolvendo organizações indígenas e os servidores da Secretaria em sua gestão:

“Como eu falei, eu vim para o governo para construir uma coisa que não está feita. Uma coisa não tem receita. Então no meu entendimento tem que trabalhar junto. (...) tanto que nós trouxemos indígenas de outra região para que nós pudéssemos aprender o que é órgão público, como enfrentar isso. Chegou a ter 15 etnias diferentes aqui, hoje estamos com 13”.

(Bonifácio Baniwa, em entrevista, 02/04/2012, ênfase minha).

Estar em um órgão público envolve também a aprendizagem dos procedimentos burocráticos (e conseqüentemente, do universo não indígena), processo que se dá individual e coletivamente. Segundo o Secretário, tal conhecimento da administração pública acaba “na prática” também sendo passado para as “comunidades”, para que elas compreendam a forma e o tempo de atuação da Secretaria; este último, sempre em menor velocidade que o desejado. Desta forma, a ambigüidade vivenciada pelos servidores, sempre de forma contingente e contextual (combinando determinada trajetória e a função de servidor público, ou representando as comunidades para o governo, e o governo para as comunidades), acaba por produzir uma política específica, relacionada à emergência de tais posições. Paralelamente há uma noção de que tal processo tem que ser “enfrentado” coletivamente, de acordo com o Secretário, apontando mais uma vez para o fato de existirem disjunturas entre estas diferentes posições.

Em outra entrevista, desta vez com o secretário adjunto José Mario, da etnia Mura, notamos que a entrada no “governo” compreende um processo de aprendizagem, como mencionado anteriormente, mas que também contempla a mudança da forma com que se olha para ambas as situações, “governo” ou “movimento”:

“Quando estava no movimento indígena a gente discriminava muito quem estava no governo (...), até porque a gente não fazia parte do governo. Aquela velha história do preconceito né, o conceito anterior à causa que você está discriminando. Mas quando você entra aqui e verifica a possibilidade de ajudar as populações indígenas, dentro da possibilidade da instância em que você trabalha, mas não é do jeito que você pensava, quando você tava batendo (não faz educação, não faz não sei o que..), só que quando você entra você verifica tecnicamente um milhão de dificuldades que tem, por exemplo, de se chegar em uma área indígena”.

(José Mario, em entrevista, 29/03/2012).

Notamos que “estar no Estado” ou “estar no movimento” são posições circunstanciais para os interlocutores, que as encaram enquanto *divisões*, dois pólos opostos. Contudo, a particularidade de se “estar no Estado” necessariamente requer o

estabelecimento de diálogo entre tais pólos – que são, de fato, vivenciados simultaneamente. A reflexão estabelecida por este diálogo dá lugar a uma visão crítica acerca da própria forma como esta posição no “Estado” é constituída. Em entrevista, o servidor Ageu Vilácio, Sateré-Mawé, realiza uma leitura bastante interessante a respeito de tal questão:

Tiemi: Como é essa questão de estar dentro de uma instituição pública e ao mesmo tempo ser um indígena vindo do movimento indígena?

Ageu: Eu vim do movimento, agora estou no Estado, estou em uma circunstância. Eu penso que, por exemplo, se você trabalhar muito com o movimento para fazer parte do Estado, do Estado brasileiro, e eu penso que o Estado brasileiro ainda precisa melhorar muito para responder os anseios do movimento. Essa é a grande verdade. Quando você conquista uma Secretaria do porte como SEIND, uma secretaria do estado, você está admitindo que os povos indígenas tem direito a tratamento diferenciado por uma questão cultural, e assim sucessivamente, né? Só que será que você está preparado como Estado para dar esse suporte? Então esse é o papel fundamental da minha missão. (Ageu Sateré, em entrevista, 11/04/2012)

Ageu dá sentido ao seu trabalho dentro da SEIND e também oferece uma interpretação, baseado em sua experiência, a respeito do processo de diálogo que envolve o “movimento indígena” e o “Estado brasileiro”. Paralelamente, há a percepção de uma antinomia entre o que é pensando enquanto indígena e o que é pensando enquanto governo. Estar em ambos os pólos, nesse sentido, é simultaneamente desejável e perigoso. Em outras palavras: por um lado a *indianidade* dos servidores os reveste de uma característica específica; afinal, quem melhor que um indígena para entender e responder às demandas indígenas? Por outro lado, apreender o universo estatal e seu funcionamento é potencialmente perigoso, uma vez que pode redundar na apreensão da própria *indianidade* do servidor, tornando-o simplesmente um ‘burocrata’, afastando-o das comunidades e do movimento indígena. Na sequência da entrevista, Ageu menciona a importância do trabalho realizado na Secretaria no sentido de não se “tornar mais um no sistema” e a responsabilidade para com as comunidades e sua história:

“O Lula tem uma frase que eu gosto: todo mundo tem o direito de errar, mas eu não posso errar. Se eu errar, vai refletir muito nos meus parentes, nas pessoas que confiam em mim e que me apóiam. A responsabilidade é muito grande, não só em relação aos meus filhos, mas à história... Conheceu a história da minha mãe? Minha mãe passou o legado dela para mim. Às vezes eu não queria! Não sou Tuxaua, sou técnico! Resumindo, eu acho que a Secretaria tem que ser modelo (...) tem que serem feitos alguns ajustes para que isso aconteça, para que não vire mais um no sistema. E ser mais um no sistema tem mais um monte aí!”

(Ageu Sateré, em entrevista, 11/04/2012)

Nota-se, portanto, a emergência de diferentes níveis de *indianidade*, vinculados a diferentes elementos e questionados constantemente pelos interlocutores. Nesse sentido, ser ‘servidor’ e ‘indígena’ nunca é uma posição estável. A combinação da *técnica* e da *política*, a obrigação de dar um retorno para as “bases”, e ainda cumprir as exigências do “governo”, são elementos que requerem, por parte dos servidores, a constante negociação de laços e relações. Equilibrar todos esses elementos garante a eficácia da atuação na e da Secretaria, percebida também como tarefa exclusiva daqueles que estão lá - os únicos capazes de realizar tais conexões que envolvem distintas trajetórias, pertencimentos e formações.

Retomando brevemente as considerações do capítulo anterior, vimos que as rotinas administrativas acabam por conectar agentes estatais de variadas trajetórias (*representantes* em diferentes escalas) e, assim, distintas forças políticas. Tais forças são partes constituintes das rotinas administrativas da SEIND, e produzem uma série de ações em seu nome. Percebemos então que os limites do próprio Estado são negociados no decorrer de tais processos, e fazer parte dele potencializa a produção (e, talvez, reprodução) de uma política feita também por organizações indígenas.

A partir das entrevistas apresentadas neste capítulo, notamos que a entrada no “Estado” ou no “governo” compreende uma mudança de posição que é acompanhada da necessidade da apreensão dos procedimentos burocráticos. Esta forma de experienciar a administração pública também é pensada enquanto um processo de aprendizagem individual e coletiva de ocupar cargos públicos. Desta forma, além de se “estar no Estado”, deve-se ser capaz de transmitir para as “comunidades” parte de tal conhecimento para que elas compreendam o “tempo” do governo - que não é “imediato” e depende de “planejamentos, PPA”, como levantado pelo Secretário. A crítica por parte de Ageu Vilácio é interessante neste sentido ao apontar para a falta de “suporte” da administração pública para lidar, justamente, com servidores não homogêneos, que combinam diferentes trajetórias. Os *técnicos* da SEIND devem possuir características que lhes permitam circular e conectar diferentes universos.

A abertura de concurso público, comumente concebida como um mecanismo de

produção de eficácia (como na análise weberiana da burocracia), pode significar neste contexto um risco para a forma específica de eficácia que, na perspectiva indígena, a SEIND deve produzir. Se um quadro próprio de pessoal contribui para estabilizar a secretaria (tornando-a mais permanente na estrutura da administração estadual), também interrompe, de certa maneira, o movimento que propiciou sua criação e as expectativas que nela são depositadas.

Os processos internos da SEIND, como vimos, são bastante influenciados pelas relações entre os servidores e as comunidades; no entanto, a Secretaria também tem um intenso papel na produção dessas mesmas relações. Ao combinar diferentes servidores com distintas trajetórias, e exigir que sejam continuamente realizadas articulações entre universos distintos para que os processos da SEIND sejam eficientes, a Secretaria também acaba por constantemente reconfigurar variadas noções de *representatividades* e *indianidade*, suscetíveis a tais movimentos.

O capítulo que segue dará continuidade à descrição desses movimentos através do processo de produção de *projetos* pelos *técnicos* da SEIND. Será detalhada a forma como funcionam os departamentos da *área-fim* da Secretaria e como as articulações com outros órgãos do governo e com as comunidades são realizadas no dia-a-dia.

Capítulo 4: Instituições, *projetos* e *ações*.

Iniciava-se o último mês de trabalho de campo, era abril de 2012. As atividades na Secretaria Estadual para os Povos Indígenas do Amazonas se tornavam cada vez mais intensas com a aproximação do “Abril Cultural Indígena”, evento promovido pela Secretaria para comemorar o dia do índio, 19 de abril. Eu estava no Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (DEPI) debruçada sobre uma série de papéis tentando compreender um dos *projetos* elaborados pela Secretaria. Prateleiras e escrivaninhas com inúmeras pastas-arquivo contendo mais e mais papéis podiam ser observadas por toda a sala do departamento, disputando espaço com livros, computadores, com os servidores e comigo mesma. A este cenário recorrente em outros órgãos da administração pública, no entanto, também se misturavam outros elementos: um cesto indígena no canto da sala guardava cartazes antigos; outras cestas menores guardavam canetas, borrachas e demais materiais de escritório; um patauí (suporte de cuiá) figurava sobre uma das prateleiras; junto às demais xícaras e copos, próximas à cafeteira elétrica, estavam mais algumas cuias. Logo atrás de mim eu podia escutar os servidores Rafael e Deniziu (trajando camisas e sapatos sociais) travando uma animada discussão sobre os últimos detalhes do “Abril Cultural Indígena” – ambos dialogavam em sua língua materna, Ticuna.

O Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (DEPI) e o Departamento de Etnodesenvolvimento (DETNO), como anteriormente mencionado, são responsáveis pela elaboração dos *projetos* da Secretaria. E eu, após lidar com as *demandas*, finalmente subia ao segundo andar para tentar seguir os caminhos que elas percorriam e responder à indagação: afinal, como os *técnicos* da SEIND transformam *demandas* em *ações* de Estado?

Partindo dessa pergunta, o presente capítulo busca pensar as diferentes articulações institucionais que envolvem a SEIND, compreendendo tanto segmentos da administração pública, quanto associações e organizações vinculadas às comunidades indígenas. Para tanto, o capítulo será dividido em dois momentos. O primeiro trata de um modelo de organização denominado *Comitê Gestor*, que reúne diversos órgãos públicos (em nível federal, estadual e municipal) que possuem ações voltadas aos povos indígenas. E o segundo, da transformação das *demandas* enviadas a Secretaria em *projetos*. Observar a forma de interação entre a SEIND e diferentes instituições nos

leva, ao final do capítulo, a uma reflexão a respeito dos limites entre o estatal e o não estatal - e a forma com que são constantemente reconfigurados.



Figura 42: Os servidores Sinésio, Ticuna, e Ageu, Sateré-Mawé, na Sala do Departamento de Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (DEPI). Notar o cesto com cartazes ao lado direito da foto, e a cuia ao lado esquerdo, junto aos potes com café e açúcar.

4.1 Os projetos

Grande parte das *demandas* que são enviadas à SEIND é encaminhada aos departamentos correspondentes às chamadas *atividades fim*: o Departamento de Etnodesenvolvimento (DETNO) e o Departamento de Promoção dos Povos Indígenas (DEPI). No entanto, nem sempre as *demandas* podem ser “atendidas” – a começar pelas limitações orçamentárias da SEIND. De acordo com a Coordenadora de Programas e Projetos do DETNO, Rosa dos Anjos, logo que as *demandas* chegam, os técnicos verificam a possibilidade de inscrevê-las em editais abertos por outras instituições públicas (secretarias de estado, ministérios etc.) ou privadas (bancos, fundações etc.). Quando isso ocorre e as *demandas* podem, de fato, originar *projetos* que se alinhem aos temas dos editais, os *técnicos* ficam “tão empolgados quanto as comunidades”, e então dão os *encaminhamentos* para a abertura de um *processo*.

Os *processos* são abertos pelos servidores do DEPI ou do DETNO junto ao Gabinete do Secretário, que emite um número de protocolo e fornece uma pasta com uma folha de capa para ser preenchida com os dados do *processo*. A folha de capa é sempre padronizada e carrega o título de *Folha dos Dados Cadastrais*. No seu cabeçalho estão o brasão do Estado do Amazonas e os logotipos da SEIND e do governo estadual. Em seguida deve ser preenchido o nome da instituição/órgão proponente²⁶, CNPJ, endereço completo, telefone e nome do responsável²⁷. Na segunda metade da folha está uma tabela para o registro dos *despachos* do *projeto*, contendo espaço para o nome da pessoa que *despachou*, a data e a hora, e para onde o projeto foi *despachado*. As pastas dos *processos* são preenchidas por uma série de documentos: a *demanda* que deu origem ao mesmo, os *ofícios*, *e-mails* ou *cartas circulares* emitidos pela Secretaria ou por outras instituições (do poder público ou organizações indígenas) relacionadas à viabilização do *projeto*, o próprio *projeto* (depois que for escrito) e, grande parte das vezes, o edital impresso ao qual o *projeto* foi submetido.

Ainda que as *demandas* não dêem origem imediatamente a *projetos*, elas podem ser resgatadas assim que um edital que contemple o seu tema for aberto. Os *técnicos* estão constantemente buscando esses *editais* nas mais diversas áreas: cultura, saúde, educação, entre outras, principalmente via internet. Chris Lopes, do Departamento de Promoção dos Povos Indígenas, também mencionou que algumas secretarias de Estado ligam para avisar quando editais que interessem à SEIND irão abrir. Assim, os servidores da SEIND aproveitam o fato de estarem em uma Secretaria de Estado para trabalhar e entrar em contato com as outras Secretarias. A proximidade entre esses órgãos da administração pública pode ser construída em diferentes movimentos, como reuniões entre as instituições, desenvolvimento de atividades em conjunto, entre outros.

A escrita do projeto pode ser realizada pela comunidade ou associação indígena, pela secretaria, ou por ambas em conjunto. É bastante comum o envio de projetos já prontos à SEIND. Nestes casos, os servidores apenas corrigem eventuais erros e realizam alguns ajustes para alinhar o projeto ao formato do edital. Em outros casos, a Secretaria escreve o projeto a partir da *demanda* e consulta a associação indígena apenas para saber se ainda há interesse na concretização do projeto. Outras vezes, os

²⁶ Os *técnicos* geralmente optam por colocar a SEIND como proponente do *projeto* para facilitar o acompanhamento de sua execução. No entanto, isso nem sempre é possível, uma vez que a Secretaria é um órgão público, o que muitas vezes a impede de receber recursos dependendo da natureza do edital e da instituição que o abriu.

²⁷ O responsável pelo *projeto* pode ser tanto um servidor da Secretaria, quanto um representante da organização/associação indígena. Isso depende da instituição que será a proponente do *projeto*.

projetos podem ser escritos em conjunto por algum representante da associação e pelos servidores da Secretaria. Geralmente o representante indígena vai à Secretaria para se reunir com algum servidor e então ambos delineiam o projeto em um dos computadores disponíveis nos departamentos. Após a escrita do projeto, ele é enviado à instituição que abriu o edital. Todos os encargos financeiros de tal processo (como impressão, envio pelo correio, xerox de documentos etc.) são custeados pela SEIND.

O desenrolar deste processo sugere um caminho em que a abertura dos *editais* determina quais *demandas* serão atendidas, o que ocorre conforme os assuntos contemplados (saúde, educação, cultura, etc.) – que expressam prioridades e temporalidades de outras instituições – e não a ordem de chegada das correspondências e e-mails à SEIND. Os técnicos, ao transformarem as *demandas* em *projetos*, mantêm em vista os critérios e categorias presentes nos *editais* para que ambos fiquem alinhados. Desta forma, em um primeiro momento, o que seriam critérios externos (utilizados por outras instituições) parece dar corpo à política feita na SEIND. Contudo, há também outro movimento que vem dos *editais*. Ao mesmo tempo em que os *editais* apresentam uma determinada linguagem, utilizando certo vocabulário e categorias, os servidores se apropriam de tais elementos no momento de pensar em como atender as demandas. Assim, o que aparentemente era um critério externo que deveria ser seguido pela SEIND, acaba virando um critério da própria instituição.

No sentido de exemplificar a forma com que as *demandas* operam dentro da SEIND, produzindo diferentes desdobramentos, na seção seguinte irei explorar o processo de negociação de um projeto cujo conteúdo teve como base as próprias demandas de organizações indígenas.

4.1.1. Um exemplo: o projeto do BNDES

Recentemente a SEIND esteve frente a uma ocasião excepcional. A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) a procurou em função da existência de um “recurso” destinado a políticas públicas para os povos indígenas que não havia sido utilizado, havendo a necessidade da escrita de um projeto

para captá-lo. Tal recurso, proveniente do BNDES, era bastante significativo se comparado ao orçamento anual da SEIND – o que, segundo Rosa (a coordenadora de projetos do DETNO), fez com que todos ficassem eufóricos com a possibilidade de escrever um grande *projeto* para captá-lo.

A versão do *projeto* a que tive acesso no final do ano de 2012 – na época, a mais recente – ainda estava em fase de negociação com o banco. Desta forma, o chefe do departamento de Etnodesenvolvimento, Cristiano, apontando para o fato de que seu conteúdo provavelmente passaria por algumas alterações, solicitou que eu não utilizasse no trabalho (e assim, não divulgasse) o texto na íntegra. Por este motivo, optei por não reproduzir nenhuma parte do projeto.

No momento de escrever o *projeto*, Rosa narra que foram levantadas todas as *demandas* recebidas (e não atendidas) desde 2009 (ano em que foi criada a SEIND). Em seguida foi realizada uma consulta a todas as organizações que as tinham enviado para verificar se ainda havia interesse em sua execução. Após essa consulta, as *demandas* que restaram (que ainda eram muitas, de acordo com Rosa) deram corpo ao Projeto “Gestão Ambiental e Produção Sustentável das Terras Indígenas do Amazonas”, cujo valor total se aproximou a 31 milhões de reais. Em uma conversa sobre o assunto, o chefe do departamento de Etnodesenvolvimento, Cristiano, relatou que na primeira reunião com o BNDES os técnicos da SEIND foram perguntados: “como a SEIND, que tem orçamento anual de três milhões, vai gerenciar 31 milhões?”. Tal questão levou os *técnicos* do departamento a redimensionar o projeto para torná-lo mais administrável segundo os critérios do banco. A primeira medida foi verificar quais associações estavam com a situação legal regularizada – o que contribuiu para a redução do volume de *demandas* contempladas no *projeto*.

O gerenciamento dos recursos recebidos por meio de *editais*, bem como a execução do *projeto*, ficam a cargo exclusivamente das associações que, muitas vezes, não vêm com bons olhos a interferência da Secretaria nos momentos posteriores à aprovação no edital. Assim, é fundamental que as associações estejam regularizadas; caso contrário, mesmo com o projeto aprovado, não podem receber o recurso.

A partir da análise das *demandas* restantes Rosa dos Anjos disse que verificaram que havia a necessidade de apoio em atividades de geração de renda em praticamente todas as *comunidades*, o que levou à investigação das potencialidades produtivas de cada região e como poderiam ser exploradas de forma “sustentável”. Segundo ela, isso ocorreu a partir da “vivência” que os *técnicos* têm nas terras indígenas e seus

conhecimentos a respeito do funcionamento do Estado. Assim, o “grande projeto” enviado ao BNDES se estruturou através de uma série de projetos menores, pensados de acordo com as *demandas* recebidas e os recursos naturais disponíveis em cada região. Por exemplo: se determinada região se destaca na extração da castanha, receberá uma *ação* que promova o maior aproveitamento de tal especialidade.

A categoria *ações* é utilizada pelos servidores no momento de se referir ao que os projetos fazem. Na conversa com Rosa ela constantemente repetiu o uso desta palavra, o que ocorreu também com outros servidores. É interessante destacar que esse vocabulário baseado em ações, metas, programas e projetos tem uso mais geral no âmbito da administração pública e privada. Por exemplo: a ideia de unificar tal vocabulário entre os servidores públicos do ministério da Ministério da Saúde, deu origem ao “Glossário Temático: Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação das Ações em Saúde (Sisplam)²⁸”. Esse Glossário consiste em uma publicação online de 52 páginas com uma série de verbetes e suas definições. De acordo com essa mesma publicação:

“Pretende-se que a terminologia apresentada nesses glossários temáticos seja uma prática de gestão do conhecimento, de maneira que favoreça o desempenho dos serviços e das atividades institucionais, e a melhor compreensão do Sistema Único de Saúde. A meta é consolidar, de forma permanente, o processo de gestão do vocabulário institucional em face do caráter normativo da ação federal e do patamar técnico e científico necessário às ações do Estado”.

(FONTE: Ministério da Saúde).

Através deste trecho presente na apresentação do Glossário é possível perceber não apenas a busca por um vocabulário unificado, mas também por unificar seus significados. Assim, essa produção e reprodução de categorias específicas seria parte constituinte do próprio processo de produção do conhecimento das instituições (no caso, o Ministério da Saúde). O Glossário define a categoria *ações* da seguinte forma:

“Ação, fem. Operação que resulta em produto (bem ou serviço) ofertado à sociedade, ou que contribui para atender aos objetivos de um programa. Nota: incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, doações, entre outros, e os financiamentos. Ver: Descrição da Ação; Produto; Subação; Tarefa”.

²⁸ Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_sisplam.pdf (Acessado em 20/10/2013)

A forma como a categoria *ação* é definida pelo Ministério da Saúde parece ir ao encontro do uso que Rosa dos Anjos estava fazendo dela na nossa conversa. A Ação, nesse sentido, pode ser pensada como tudo que sai da SEIND em direção às comunidades e associações indígenas – o que ocorre principalmente através de projetos enviados por ela própria a outras instituições, e por programas de outros órgãos públicos, como será visto adiante.

Na série de procedimentos necessários para a elaboração do projeto, as comunidades estão presentes sempre por meio das associações que as representam – que, por sua vez, enviaram as *demandas*. Se retomarmos a fala da servidora Chris Lopes no primeiro capítulo, quando sugeriu que eu tabulasse as *demandas*, pois era importante saber “o que a sociedade espera da SEIND”, percebemos aqui que as *demandas* se transformam nos objetivos da própria Secretaria – e, inclusive, em objetivos pessoais dos técnicos, que ficam “tão empolgados quanto as comunidades” frente à possibilidade de efetivá-las.

De acordo com o chefe do DETNO, a consulta previamente realizada junto às associações (no sentido de verificar a existência de interesse na demanda) criou grande expectativa por parte das comunidades. Preocupados com o fato de terem que excluir muitas delas do *projeto*, os *técnicos* optaram por não restringir sua área de abrangência (ou seja, continuar contemplando uma extensa região²⁹), no entanto, reduzir o número de *ações* voltadas para cada associação. Assim, se uma região receberia cinco *ações*, passou a ser beneficiada com apenas três. Entre as *ações* previstas estão oficinas de artesanato, cursos de capacitação em piscicultura, implantação de projetos de agricultura familiar, entre outros.

No sentido que gerenciar o recurso a ser utilizado (que desta vez seria repassado diretamente à administração da SEIND), foi elaborada uma “Proposta de Governança do Projeto”. Esta proposta prevê a criação de uma coordenação dentro do Departamento de Etnodesenvolvimento, responsável pela execução técnica, administrativa e financeira do projeto, inclusive ocupando um espaço físico próprio. A criação desta coordenação, segundo o chefe de departamento, foi uma contrapartida ao recebimento do financiamento do banco, e seria composta por uma equipe multidisciplinar de 12 profissionais. Em função do quadro da SEIND contar com apenas 38 servidores, o que

²⁹ A versão do projeto a que tive acesso contempla 15 municípios e 25 terras indígenas.

tornaria inviável o deslocamento de 12 deles para fazer parte de tal coordenação, a proposta sugere a reconfiguração do organograma da instituição através da contratação de novos servidores.

Inicialmente houve a proposta, por parte do BNDES, de utilizar a estrutura de outra secretaria de estado (tanto o espaço físico, quanto servidores). Desse modo, a execução do *projeto* não seria totalmente realizada pela SEIND, conseqüentemente diminuindo seu controle sobre as diferentes etapas. O chefe do departamento de Etnodesenvolvimento e o Secretário Bonifácio compreenderam que seria “politicamente mais interessante” aumentar o quadro de servidores, o que também fortaleceria a Secretaria futuramente. No entanto, a viabilidade de tal proposta é algo muito difícil de ser abordado, uma vez que envolve negociações em diferentes níveis, tanto com o governo do Estado (que é o único que pode concretizar as contratações pela natureza institucional da SEIND), quanto com o banco, que deve aprovar a proposta da Secretaria. A última notícia que tive a esse respeito foi o agendamento de uma reunião com representantes do BNDES na SEIND para a análise do projeto, agendada para o início do ano de 2013.

A negociação com o BNDES evidencia uma série de tensões relacionadas à posição institucional ocupada pela SEIND e as circunstâncias que a envolvem, desde a limitação dos recursos disponíveis até desconfianças, por parte de outros órgãos, de suas competências técnico-administrativas. Trabalhar através dos editais e *parcerias* (como veremos adiante) é buscar identificar e incorporar uma produtividade vinda do ‘exterior’ (situada fora dos limites institucionais da SEIND, presente tanto no âmbito estatal quanto além dele), no sentido de garantir sua atuação e o direcionamento de *ações* para os povos indígenas. A criatividade dos servidores em tal processo acaba – ao menos potencialmente - por reformular os departamentos, as coordenações e a própria atuação dos *técnicos* que, conforme disse Rose Meire, chefe do DEPI, “têm que fazer o projeto acontecer”. Na parte seguinte do texto, irei abordar outra estratégia da SEIND no sentido de viabilizar seu funcionamento.

4.2 O Comitê Gestor

Em novembro de 2009 o governo do estado do Amazonas firmou um *Termo de Cooperação Técnica* com a FUNAI durante o Fórum Amazonas Indígena (FORIND). O

Fórum foi uma das primeiras atividades organizadas pela SEIND depois de ser criada, e tinha como finalidade reunir lideranças indígenas e membros de órgãos públicos para discutir as políticas públicas voltadas às populações indígenas no estado. Tais discussões criaram a matriz institucional de uma forma de organização que, mais tarde, foi chamada de *Comitê Gestor*, oficializada através do Decreto Estadual 31.052/10 assinado pelo atual governador, Omar Aziz³⁰.

O *Comitê Gestor* passou a funcionar a partir do mês de julho de 2011 (data da publicação do decreto), e consiste na articulação entre um conjunto de instituições públicas que possuem políticas voltadas às populações indígenas do Amazonas, bem como algumas organizações indígenas. De acordo com o decreto, o *Comitê* é presidido pela SEIND em *parceria* com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e tem como objetivo

“implementar ações de etnodesenvolvimento nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, manejo de recursos naturais, pesquisa, esporte, cultura, infraestrutura, fomento e desenvolvimento regional, mediante a consulta prévia, informada, livre e esclarecida dos povos indígenas, no âmbito do Programa Amazonas Indígena e Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas”.

(Fonte: Decreto Estadual 31.052/10)

Atualmente, registra-se a participação de 52 diferentes instituições denominadas por meus interlocutores de *instituições parceiras*. Entre estas instituições encontram-se secretarias em nível estadual e municipal, como a Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED) e a Secretaria de Assistência Social do Estado do Amazonas (SEAS), órgãos federais, como a própria FUNAI e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), órgãos voltados à pesquisa, tal como o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), e uma organização indígena, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). A COIAB, única instituição indígena a integrar o *Comitê Gestor*, participa de suas atividades em uma qualidade diferente das demais, como *instituição ouvinte*.

Enquanto presidentes, a FUNAI e a SEIND têm a tarefa de articular estas diferentes instituições no sentido de organizar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas desenvolvidas por cada uma delas. O objetivo desta forma de organização

³⁰ Omar Aziz era vice-governador e assumiu o governo em 31/03/10 com a renúncia de Eduardo Braga para concorrer ao Senado. Foi reeleito em outubro de 2010 e assumiu o novo mandato em 01/01/2011.

seria o de criar um *Plano de Ação Integrada* entre essas instituições, garantindo o diálogo e a troca de informações entre os órgãos do poder público e, assim, evitar a réplica de políticas em diferentes instâncias. Em uma reportagem veiculada no *site* de internet do governo do estado do Amazonas³¹ na ocasião da criação do Comitê, o secretário Bonifácio fez a afirmação de que “o comitê chega para encurtar as distância do atendimento e fazer com que os benefícios cheguem às comunidades indígenas”. Ainda segundo o secretário, tal iniciativa busca superar um problema: a burocracia, em suas palavras, “ela ainda emperra”. Em seguida mencionou que “por conta da legislação brasileira, já tem projeto com dois anos que ainda não foi colocado em prática”. Nesta mesma reportagem, o assessor da presidência da Funai/Brasília, Francisco Piyãko³², mencionou que a proposta do *Comitê* é criar agendas de trabalho conjuntas, para garantir que as “estratégias” cheguem às comunidades de forma articulada: “Se a gente tem isso claro, podemos dialogar com os outros possíveis parceiros que possam ajudar no processo, cada um com seu papel e com uma agenda unificada no *Comitê*”.

Internamente, o *Comitê Gestor* é dividido em quatro diferentes grupos de instituições denominados *Câmaras Técnicas*, e organizadas a partir de diferentes temáticas. Elas são as seguintes: I- *Gestão Territorial e Ambiental*; II- *Promoção dos Povos Indígenas do Amazonas*; III- *Qualidade de Vida dos Povos Indígenas no Amazonas*; IV- *Geração de Renda*. É importante notar que os nomes das *Câmaras* são bastante semelhantes às repartições internas da SEIND: enquanto os temas das *Câmaras* I e IV são bastante alinhados às duas coordenações do Departamento de Etnodesenvolvimento (Coordenação de Território e Cidadania e Coordenação de Programas e Projetos), a Câmara II replica o nome de um dos departamentos da SEIND (Departamento de Promoção dos Povos Indígenas) e a III possui grande afinidade com as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Promoção Social desse mesmo departamento. Da mesma forma, cada *Câmara* possui um coordenador responsável por redigir as atas das reuniões e encaminhar as discussões. Os coordenadores das quatro *Câmaras* são os próprios servidores da SEIND responsáveis pelo departamento e pelas coordenações da Secretaria acima citadas.

Cada uma dessas *Câmaras Técnicas* é composta por diversas instituições distribuídas de acordo com os trabalhos a serem desenvolvidos. Por exemplo, na

³¹ Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2011/07/seind-cria-comit-gestor-indgena-para-atuao-integrada-com-a-funai/> (Acesso em 31/10/2013).

³² Francisco Piyanko é indígena Ashaninka, já ocupou o cargo de Secretário Especial dos Povos Indígenas do Acre, tendo posteriormente ocupado um cargo na FUNAI na gestão de Mata Azevedo.

Câmara III, Qualidade de Vida dos Povos Indígenas, está a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), pois a educação escolar indígena é um tema contemplado por tal *Câmara*. No entanto, essa divisão baseada em instituições e respectivos temas é bastante maleável, uma vez que assuntos como a própria ‘educação’ perpassam quase todas as *Câmaras*. Desta forma, alguns representantes das *instituições parceira*, podem ser chamados a participar das atividades de mais de uma *Câmara*. O Decreto assinado pelo governador é utilizado com o objetivo de assegurar o comparecimento dos representantes das instituições parceiras às reuniões: “não somos nós [SEIND] que estamos chamando, é o governador que passou essa atribuição para a gente”. Segundo Chris Lopes, coordenadora da *Câmara III*, a participação das *instituições parceiras* foi aumentando conforme as atividades do *Comitê Gestor* passaram a ganhar mais visibilidade - principalmente a partir do acompanhamento e divulgação pela imprensa das reuniões do *Comitê* (movimento proporcionado pela própria SEIND através de sua Assessoria de Comunicação).

As *Câmaras Técnicas* se reúnem periodicamente, geralmente a cada três semanas, dentro da estrutura física da SEIND. Já as reuniões do *Comitê Gestor* ocorrem duas vezes ao ano: no início, com o objetivo de definir uma agenda para ser seguida ao longo do ano; e ao final, no sentido de realizar um balanço das atividades realizadas. Neste momento, todas as instituições de todas as *Câmaras* são chamadas a participar, o que confere grande relevância e visibilidade para o evento. Algumas organizações indígenas também são convidadas pela SEIND a participar de tais momentos, ao contrário do que ocorre nas reuniões das *Câmaras Técnicas*, onde sua participação deve ser negociada com os demais membros da câmara.

Durante o acompanhamento das atividades desenvolvidas na SEIND foi possível presenciar uma reunião do *Comitê Gestor*, que ocorreu em 19 de abril de 2012, o “dia do índio” e, como mencionado na introdução, fez parte de uma série maior de eventos vinculados ao ‘Abril Cultural’. Tal reunião consistiu em um grande evento realizado no auditório da Secretaria Estadual de Justiça (SEJUS), uma edificação bastante moderna que mantém a fachada de uma casa histórica que já abrigou o palácio do governador. A abertura do evento contou com uma “apresentação cultural” com música e dança do grupo Bayorá, formado por indígenas Tukano que residem em Manaus.



Figura 43: Abertura das atividades do *Comitê Gestor* com a apresentação do grupo Tukano Bayurá. Fonte: Assessoria de Comunicação da SEIND.

Após o anúncio do grupo Bayurá o auditório foi sendo progressivamente ocupado pelas pessoas que estavam do lado de fora, muitos entravam curiosos para conferir a apresentação. Compareceram cerca de 80 pessoas à reunião (que ocuparam quase a capacidade máxima do auditório), todas representantes de diferentes órgãos do governo. Os indígenas presentes foram apenas os servidores da SEIND e os titulares das duas organizações indígenas convidadas para a mesa de abertura, além do grupo artístico.

Após a apresentação, houve a abertura solene do evento, que teve sua mesa composta pelo assessor da presidência da FUNAI, Francisco Piyãngo, pela deputada estadual do Partido Progressista (PP), Conceição Sampaio (que na ocasião representava o presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas), pelo secretário da SEIND, Bonifácio Baniwa (que presidiu a mesa e introduziu seus participantes), por um representante do Comando Militar da Amazônia (que não teve o nome citado), pelo titular da Secretaria de Governo do Estado do Amazonas (SEGOV), Hamilton Gadelha (representante do governador, que estava em viagem) e dois representantes de organizações indígenas: Marcos Apurinã, na época titular da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), e Fidelis Baniwa, encarregado da comissão que criaria, alguns dias depois da reunião, a Coordenação das

Organizações e Povos Indígenas do Estado do Amazonas (COIPAM) - ocasião em que ele também seria eleito presidente da organização.

A composição da mesa de abertura evidencia um fator bastante significativo (ainda que possa ter ocorrido em função de uma série de coincidências). Percebemos que *nenhuma* autoridade comparece: há um representante do governador, uma representante da Assembléia Legislativa, e um representante da FUNAI. Por outro lado, do lado indígena, estão lá os titulares da Secretaria e das Associações.



Figura 44: Mesa de abertura da reunião do Comitê Gestor. FONTE: Assessoria de Comunicação da SEIND.

Nas falas de abertura foi possível identificar duas modalidades de discurso. Os representantes das organizações governamentais ressaltaram a iniciativa do *Comitê Gestor*, destacando a importância das políticas públicas voltadas às populações indígenas no estado do Amazonas. Seus discursos foram todos no sentido de enaltecer a unidade e colaboração das instituições em relação umas às outras, e em relação aos povos indígenas. Os indígenas foram claramente colocados no lugar de “atendidos” – ainda que o evento tivesse como finalidade a garantia de seus direitos constitucionais. Já os indígenas representantes das organizações indígenas e o Secretário Bonifácio optaram por um tom mais combativo, apontando a necessidade de avanços nas políticas públicas, exigindo o cumprimento da Constituição, e mencionando situações de descaso

em relação aos povos indígenas (a respeito deste último item, o secretário foi mais discreto que os demais).

O primeiro a falar foi Hamilton Gadelha, secretário da SEGOV, e representante do governador no evento. Gadelha lembrou que o governo do estado “se faz presente no Comitê através da SEIND” (como consta no Decreto) e parabenizou o secretário Bonifácio “por mais um dia de luta, mais um dia de conquista e por mais um dia de festa dos povos indígenas”. Continuou afirmando que “nós [do governo] entendemos que dia 19 de Abril não pode ser um dia apenas de festividade, tem que ser um dia também de luta, conquista e inclusão”.

Fidelis Baniwa foi o segundo a discursar. Iniciou seu discurso lembrando as “conquistas dos indígenas”, como a demarcação de terras e as cotas para estudantes indígenas nas universidades, atribuindo tais “conquistas” ao “*movimento*”. Com a voz forte, Fidelis afirmou: “deixamos grande parte da luta feita através do arco e flecha para travarmos uma luta ao lado dos parentes (...) com o papel, essa mudança que vivemos hoje, o *movimento* que tem conquistado, é isso que quero registrar”. De acordo com sua perspectiva, aquele momento de reunião era “para fazer uma avaliação, mas também para buscar uma resposta mais eficiente para as necessidades dos indígenas do estado do Amazonas”. Encerrou sua fala mencionando que celebrava e se orgulhava de todas as conquistas do *movimento indígena*, e enalteceu o fato de um indígena ser o secretário da SEIND. No entanto, reafirmou “que ainda falta muito”.

O terceiro a falar foi Marcos Apurinã, presidente da COIAB que deu sequência ao tom combativo de Fidelis. Ele iniciou seu discurso com algumas frases em língua indígena, para então, em português, dar continuidade à sua fala. Não houve tradução para suas primeiras frases - compreensíveis apenas aos indígenas lá presentes. Lembrou que naquele dia, 19 de abril, a COIAB estava completando 22 anos, e então pediu uma salva de palmas para os povos indígenas, “pois nós estamos presentes em todo o lugar, em todo o momento, todo dia” apesar de todas “adversidades” vividas durante os anos. Continuou seu discurso relatando que tinha ido à Brasília e falado com o presidente da FUNAI e com o secretário da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), mas mostrou descontentamento, afirmando que “nós temos indígenas lá também” - referindo-se a outros indígenas servidores públicos-, “mas não está como a gente quer”. Criticou a atuação dos órgãos governamentais - “para nós a conquista é através de direito, mas isso não está sendo aplicado como deveria” -, discursou contra a PEC

215³³, afirmando sua inconstitucionalidade, e disse que o *Comitê Gestor* deve, acima de tudo, “ter compromisso com os indígenas”. Elogiou a atuação dos indígenas no poder executivo e citou o secretário José Bonifácio, “de quem temos muito orgulho”, mas criticou a ausência de indígenas e representantes dos indígenas no legislativo. Finalizou seu discurso relembrando a fala de Fidélis: “a arma não é mais a borduna e a flecha, mas sim o papel e caneta, é isso que temos que aprender da sociedade não indígena para que possamos abrir espaço para a gente. Para isso nós precisamos estudar e nos qualificar”.

Os discursos de ambos os indígenas parecem conversar entre si e serem direcionados ao mesmo público: os representantes do governo. Em ambos os casos, no entanto, há o elogio e aprovação do secretário Bonifácio – que, por sua vez, é diferenciado por Marcos Apurinã de outros indígenas presentes no governo, como no caso da FUNAI e da SESAI. Assim, ainda que o tom crítico dos discursos prevaleça, há certo cuidado e percepção de que as críticas não podem ir longe de mais para não comprometer as relações com o governo (nas quais coexistem a força política das organizações indígenas e a dependência a decisões governamentais). A “luta” através do “papel e da caneta”, e não mais através da “borduna e a flecha” surge também em ambos os discursos. Penso que essas colocações possuem menos um sentido literal, do que metafórico. Durante o trabalho de campo sugeriram algumas colocações que criticavam as alianças de organizações indígenas com órgãos do “governo” (inclusive com a própria SEIND). De acordo com tais comentários, esse posicionamento destoa significativamente da forma com que as organizações indígenas atuavam no passado: através do enfrentamento. A própria SEIND foi invadida quatro vezes por indígenas em seus primeiros anos de gestão. A negociação de alianças (o “papel e a caneta”), nesse sentido, parece constituir um desdobramento de tal estratégia de enfrentamento (“borduna e a flecha”), ainda que seja percebida por algumas pessoas como ineficaz.

O seguinte a falar foi o representante do Comando Militar da Amazônia (CMA). Ele iniciou seu discurso lembrando que os indígenas têm o costume de se chamar de parentes, e então continuou: “eu queria dizer que vocês também podem chamar os integrantes do exército de parentes, porque o dia 19 de abril de 1648, nas lutas contra os holandeses em Pernambuco, foi a gênese do nosso exército brasileiro, e as tropas que deram origem ao exército brasileiro naquelas lutas eram compostas de indígenas também”. Terminou sua fala ressaltando a existência de muitos soldados indígenas no

³³ A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 tira do Poder Executivo transfere ao Legislativo a responsabilidade de decidir sobre as demarcações de terras indígenas, atualmente sob a competência da Fundação Nacional do Índio.

exército atualmente, mencionou a necessidade dos órgãos governamentais proporcionarem aos povos indígenas melhores qualidades de vida, e que acredita que o *Comitê* opera justamente nesse sentido. A fala do representante do Comando Militar da Amazônia evidencia uma perspectiva claramente assimilacionista (enquanto as instituições teriam começado a acolher os indígenas apenas recentemente, o exército o faz desde sua gênese). Desta forma, sua fala destoa completamente da ideia do evento, que era a discussão e promoção dos direitos indígenas através de políticas públicas.

A deputada estadual Conceição Sampaio (PP), a seguinte a falar, afirmou a necessidade da “casa do povo [garantir] a promoção social dos povos indígenas”. Em sua perspectiva, “tudo no país depende de decisão política, é a decisão política que faz com que tenhamos ou não mais cidadania” e, de acordo com ela, “é nisso que o governo do Amazonas pensou quando criou uma secretaria [SEIND], para que nós tivéssemos de fato uma política estadual e pudéssemos olhar para os povos indígenas do nosso estado, da nossa região e pudéssemos lembrar a importância que cada um tem nesse processo, no nosso Brasil”. Se direcionando aos “parentes”, apesar de não ser indígena, a deputada disse que se sentia honrada de estar naquela mesa de abertura e afirmou que o país tem uma dívida histórica com os povos indígenas. Encerrou seu discurso interpretando o significado do termo *parente*: “estamos perdendo a capacidade de viver coletivamente, estamos perdendo a base da família que é a base de tudo, os povos indígenas nos ensinam isso, e chamar de parente, é acolher, e é isso que nós precisamos cada vez mais (...) estamos juntos nessa luta”. É evidente o aspecto de unidade entre os órgãos do governo, e destes em relação às populações indígenas, na fala da Deputada. Ela encena um grande comprometimento de todo o poder público com os indígenas não só do estado do Amazonas, mas de todo o Brasil. Para retificar suas colocações ela faz o uso, da mesma forma que o representante do CMA, do termo “parentes”, o que, mais uma vez, reforça o aspecto da unidade e harmonia entre os indígenas e não indígenas, ou entre as organizações indígenas e o poder público.

O representante da FUNAI, Francisco Piyãngo, mencionou a reestruturação do órgão nos últimos dois anos (desde o ano de 2010) e afirmou que agora a instituição está forte para atuar a favor dos povos indígenas: “esse Comitê aqui possibilitou uma política integrada [da FUNAI] junto ao governo do Amazonas. A gente visualiza aí um avanço, que a gente pode chegar às comunidades indígenas com mais eficiência e com mais segurança, porque a gente consegue visualizar através do comitê o que o estado do Amazonas está pensando para os povos indígenas, e a gente consegue usar nossos

projetos e nossas políticas (...) e fazer essa integração”. De certa forma, o discurso do representante da FUNAI parece indicar a abertura da instituição aos outros órgãos do poder público, mais uma vez, apontando para a afinidade entre eles. Contudo, como veremos adiante, a reunião evidenciou algumas questões que apontam para outra direção.

O último a discursar foi o próprio secretário Bonifácio. Ele afirmou que a iniciativa do *Comitê* não é recente, e mencionou o constante esforço dos *técnicos* da SEIND em tentar articular as instituições do estado, antes mesmo da assinatura do Decreto pelo governador: “Esse *Comitê Gestor* já vem trabalhando para que pudéssemos mobilizar todas as secretarias de governo, os parceiros... Aí o governador assinou o Decreto. Trabalhamos com todas as secretarias (...) todos os parceiros e os *técnicos*, para que a gente pudesse chegar no ano passado e apresentar nosso *Plano de Gestão Integrada* na época, (...) a partir deste plano foram trabalhadas as prioridades para 2012”. Continuou apresentando a pauta da reunião e enfatizando a importância do *movimento indígena* e da presença de representantes de organizações indígenas naquele momento: “Hoje serão apresentadas as prioridades (...), por isso a importância de representantes, inclusive do movimento indígena, que estão aqui. Nós precisamos deles para que possamos exigir e cobrar do governo”. É interessante notar que neste momento o Secretário se distancia do governo (“possamos exigir e cobrar do governo”) e alia sua posição ao *movimento*. Na sequência, afirma que a construção da igualdade e dos direitos indígenas deve ser diária, e toma a COIAB, a SEIND e o *Comitê* como elementos fundamentais para que isso se concretize:

“A COIAB que é vigilante dos direitos indígenas, de forma que possam ser respeitados. Então esse *Comitê* tem essa importância de unir todas essas secretarias e é coordenado pela nossa secretaria, que é a SEIND, e hoje vai ser mais um marco da nossa mobilização e parceria. (...) Queria reafirmar a importância de cada um de vocês no cumprimento do exercício dos direitos do nosso povo, o direito do povo indígena. (...) Esse direito conquistado há 20 e poucos anos, ainda é um exercício que nós aprendemos a cada dia para tentar colocá-lo na prática, isso tanto para os indígenas como para os não indígenas. Ajudar, fazer com que os próprios órgãos do governo, a própria legislação... Ainda há muito que se aprender para colocar esse direito na prática, por isso queria agradecer muito os que estão aqui, todos os *técnicos*, todos os representantes de Secretarias”.

(Bonifácio Baniwa, na reunião do Comitê Gestor, 19/04/2012)

O discurso de Bonifácio dialoga com os dos representantes das organizações indígenas e, mais que isso, demonstra que a SEIND vem atuando, tal qual o *movimento indígena*, na garantia de direitos. Ao mencionar que, antes mesmo da criação do *comitê*

pelo Decreto, a atuação dos *técnicos* já era feita nesse sentido, ele evidencia que há uma política sendo produzida no interior do próprio estado que está em consonância com a *do movimento indígena*.

Após sua fala o Secretário foi muito aplaudido e encerrou a mesa de abertura. Conforme os indígenas presentes na mesa de abertura foram se retirando do palco (Bonifácio Baniwa, Marcos Apurinã e Fidelis Baniwa), representantes da imprensa (rádio, jornais e televisão) os cercavam com inúmeras perguntas. O tumulto neste momento foi muito grande, e só cessou quando a segunda parte da reunião teve início com a apresentação das atividades desenvolvidas por cada *Câmara Técnica* no ano anterior.

Há, neste primeiro momento, uma performance ritual de unidade entre alguns órgãos do governo por um lado (que, como veremos, contrasta com a reunião propriamente dita), e entre a SEIND e as organizações indígenas, por outro. Nesse sentido, ainda que tenha surgido certo tom crítico por parte dos representantes indígenas, este foi bastante contido. Na mesa de abertura, tudo seguiu segundo o protocolo exigido pela formalidade de tal momento, assim, a apresentação do evento para a mídia (que, como mencionado, esteve presente apenas neste momento) foi de forma bastante uníssona.

O momento que seguiu evidenciou uma série de tensões. Os membros da FUNAI questionavam as ações previstas pelas *Câmaras Técnicas* em alguns pontos específicos: “qual o conceito de *comunidade* que vocês estão usando?”, enquanto os coordenadores da *Câmara* questionavam a ausência da FUNAI nos momentos de reunião. Foi possível escutar comentários (antes, durante e após a reunião), mencionando a ausência da FUNAI em todas as discussões que envolviam o *Comitê Gestor*. Surgiu, desta forma, certa polarização entre o governo estadual (que se apresentou de forma unitária – a SEDUC, a SEIND e a SEAS foram as principais participantes de tais discussões) e o governo federal (FUNAI).

O momento seguinte da reunião teve início com uma breve apresentação a respeito da nova estrutura da FUNAI, realizada por uma representante de Brasília (não o mesmo que participou da mesa de abertura). Em seguida, cada responsável pelas regionais da FUNAI no estado do Amazonas apresentou os programas que estavam desenvolvendo nas localidades de sua área de abrangência. O que se evidenciou foi a dissonância entre a FUNAI e as outras instituições de governo, que ficou evidente não

só na duplicação de certos programas e ações, mas também no próprio vocabulário acionado pelos servidores da FUNAI e demais instituições: enquanto alguns dos representantes das regionais da FUNAI expressaram uma preocupação conceitual na elaboração e desenvolvimento das políticas, buscando pensar conceitos como o de *comunidade*, os *técnicos* da SEIND apontavam para a existência de uma urgência pragmática, como a logística para acessar certas comunidades, por exemplo.

A reunião foi encerrada com certo clima de tensão, e com o combinado de a FUNAI e a SEIND se reunirem no prazo de uma semana com o objetivo de alinhar as informações a respeito dos programas e políticas que estavam sendo desenvolvidas e pensar em um modelo integrado para o funcionamento do *Comitê*. O período que permaneci em Manaus após essa reunião foi de mais três semanas. Dentro desse tempo, a reunião prevista não ocorreu. No entanto, de acordo com Chris Lopes, coordenadora da *Câmara III*, a FUNAI passou a demonstrar maior interesse pelos assuntos desenvolvidos no *Comitê Gestor*. As reuniões das *Câmaras* passaram a ser agendadas também de acordo com a disponibilidade dos representantes das regionais da FUNAI, uma vez que eles devem se deslocar do interior para a capital para participarem das atividades.

A segunda parte da reunião (ocorrida longe das câmeras da mídia) evidenciou alguns conflitos que, no entanto, permaneceram ‘domésticos’, restritos aos membros do comitê. Quando a discussão se intensificou, houve a iniciativa de ser marcada outra reunião entre os técnicos da SEIND e da FUNAI. O ambiente, nesse sentido, esteve o tempo todo controlado, muito embora alguns conflitos tenham sido explicitados. Ficou evidente que havia um momento apropriado para que isso ocorresse.

Até este momento, abordei o *Comitê Gestor* enquanto estratégia de articulação de diferentes instituições que possuem políticas voltadas aos povos indígenas no estado do Amazonas. O item seguinte irá abordar uma das ações que articularam *técnicos* da SEIND, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, e do IBAMA.

4.2.1 Um exemplo: a Arca das Letras.

A Arca das Letras é um programa criado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 2003 e busca implantar bibliotecas no meio rural brasileiro. De acordo com o a descrição encontrada no site do MDA, o objetivo do programa seria o de facilitar o acesso ao livro e à informação por parte das “famílias do campo”, como agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades de pescadores, comunidades quilombolas, indígenas e populações ribeirinhas.

A Arca consiste em um móvel-biblioteca onde os livros ficam expostos. Este móvel possui um *design* específico, fornecido pelo MDA, e deve ser fabricado por meio de *parcerias* entre órgãos públicos, prefeituras, associações comunitárias ou eventuais colaboradores. Após a fabricação da Arca, o MDA envia o material básico para o funcionamento da biblioteca, um acervo de aproximadamente 200 livros, e fornece apoio técnico para a capacitação de agentes de leitura. O acervo é constituído por livros didáticos, técnicos e de literatura, e os exemplares são escolhidos de acordo com a indicação e demanda das *famílias* atendidas.

Durante o período de acompanhamento das atividades da SEIND, Clóvis, um antigo colega de Chris Lopes e servidor do MDA, entrou em contato com ela para falar sobre o programa. Ele mencionou a existência de 50 acervos de livros que estariam “parados” na cidade de Parintins, fronteira com o Pará. No entanto, Clóvis mencionou certa dificuldade na produção dos móveis (que deveriam seguir o *design* do programa, e serem feitos por outras instituições, que não o MDA) o que, por sua vez, inviabilizava a utilização dos acervos. Clóvis, então, disse a Chris Lopes que se a SEIND conseguisse um meio para fabricar os móveis, os acervos poderiam ser disponibilizados à Secretaria – inclusive, poderiam ser enviados a outros municípios e poderiam ser requisitados mais acervos para atender comunidades indígenas do estado.

Esta pareceu uma possibilidade de parceria muito interessante para Chris Lopes. Algum tempo depois, ela estava em sua mesa de trabalho apresentando o programa e o *design* da Arca para o Secretário Adjunto José Mario, que se mostrou bastante positivo em relação ao envolvimento da SEIND. Ao olhar esboço do móvel José Mario comentou: “essas rodinhas vão atolar na lama nas comunidades indígenas!”. Depois de autorizada a prosseguir com o projeto, Chris entrou em contato com Henrique, um servidor do IBAMA responsável pelas madeiras irregulares apreendidas no estado. Chris e Henrique já haviam estado em algumas reuniões juntos, no entanto, falar diretamente com ele foi dica de Clóvis.

Na semana seguinte, Chris, Clóvis e Henrique estavam na sede do IBAMA em Manaus articulando a viabilidade do projeto em uma reunião (que tive a oportunidade de acompanhar). Clóvis iniciou explicando o programa do MDA a Henrique, e comentou que já haviam sido implantadas algumas bibliotecas em comunidades ribeirinhas, e agora queriam levá-las às comunidades indígenas no interior do estado e em áreas de conservação – lembrando que muitas vezes essas categorias se sobrepõem. Chris continuou a explanação de Clóvis afirmando que a SEIND se responsabilizaria pela capacitação dos *Agentes de Leitura* locais, e que, inclusive, visualizava uma possível expansão do projeto através do incentivo à produção de textos e materiais áudio-visuais pelas comunidades indígenas e sobre elas próprias. Clóvis deu continuidade à ideia de Chris comentando que o MDA havia identificado uma tendência do programa se ampliar de forma autônoma nas comunidades. Segundo ele, em algumas delas os moradores construíram um lugar específico para deixar o móvel, que passou a funcionar como uma biblioteca da comunidade. Em outras localidades foram adicionadas mais prateleiras à Arca, pois o acervo não parou de crescer.

Henrique se mostrou bastante favorável à realização do programa, e mencionou que havia uma grande quantidade de madeira apreendida no município de Maués – localizado entre Manaus e Parintins. Os três, então, começaram a pensar na logística para o carregamento, transporte e fabricação dos móveis. Combinaram que a SEIND e o MDA realizariam a articulação com as prefeituras locais para remover a madeira: seria necessário um caminhão toreiro, uma carregadeira, licença operacional das madeireiras e checar se a serraria estava regularizada, entre outros procedimentos. O IBAMA se comprometeu a localizar a madeira, ver se ela ainda estava no local aonde foi apreendida, e se possuía condições de ser utilizada (já que fatores externos, como a chuva, poderiam tê-la danificado).

Vemos que neste caso a desejada ‘articulação institucional’ entre órgãos e níveis de governo só se torna possível porque ancorada em relações pessoais. Clóvis e Chris foram colegas no curso de Ciências Sociais, Henrique é conhecido de Clóvis que, por sua vez, o indica a Chris. Ao mesmo tempo, notamos que as relações pessoais não promovem interesses particularistas, ao contrário: viabilizam programas e ações institucionais interessantes para todos os lados. Aquilo que o *Comitê Gestor* se propõe a fazer é alcançado aqui, ao menos até certo ponto, e sem necessidade de formalização maior. Por outro lado, ainda que o *Comitê* não tenha proporcionado tal articulação, ele fornece o respaldo legal para que ela ocorra sem maiores problemas.

4.3 A produtividade do Estado

Nas seções anteriores tentei identificar duas formas de *atuação* da Secretaria: uma delas através do *Comitê Gestor*, que busca centralizar as políticas voltadas aos povos indígenas produzidas em instituições públicas; e outra através da busca de *editais* e da escrita de *projetos*. Os servidores da SEIND identificam que existe certa produtividade nas instituições estatais que pode ser acessada através de editais, projetos e articulações interinstitucionais. O papel desempenhado por eles é pensado a partir da possibilidade de agenciar essa produtividade para os povos indígenas, adequando as políticas já existentes, e captando recursos via *editais* – o que suscita diferentes pontos de vista e reflexões.

Durante o trabalho de campo, foi possível identificar pelo menos duas perspectivas a respeito destas formas de ação da Secretaria. A primeira delas coloca a SEIND enquanto ‘mediadora’ da interação entre as comunidades e organizações indígenas e, de outro, diferentes organizações públicas ou privadas. Desta forma, há o reconhecimento de uma estrutura estatal previamente existente que possui recursos, e também da possibilidade de acessá-los mediante projetos. Contudo, os contextos particulares que informam as instituições indígenas e não indígenas (e suas respectivas diferenças) evidenciam que tal aproximação frequentemente é marcada por dissonâncias e tensões. O próprio Secretário narra algumas dificuldades de tal processo fazendo uma diferenciação entre o que seria da “cultura indígena”, e de certa “cultura do Estado”:

“Nossas organizações não são das cidades. Hoje eu sou da cidade, quando eu não estiver aqui, eu volto pra aldeia, então tem que ter uma lei, legislação, que fala da burocracia diferente daqueles que moram na cidade. Por exemplo, hoje a lista de documentos você tem que declarar a cada 30 dias, uma organização nossa, do interior, às vezes vem duas ou três vezes por ano pra cidade, como é que fica a situação dela? Vai ficar inadimplente perante o Estado, por quê? Ela não está todo tempo na cidade. Então vejo que é um entrave, um desafio para nós alcançarmos depois. Porque como eu falei, a cultura indígena, quando ele pede uma coisa, ele quer resposta rápida. (...) a cultura do indígena, quando ele dá uma coisa pra outro semelhante, parente, esposa, ele não quer ficar perguntando como que vai utilizar aquilo ali. Se ele tem, ele responde: tem farinha? Ele dá farinha. Não quer saber se aquela farinha vai tomar única vez, vai tomar duas vezes, ou se vai contar caroço de farinha. Ele entregou peixe e farinha: pronto! Aquela farinha que tu vai saber como cuidar e quantos dias vai utilizar aquilo ali. Sendo que para a burocracia do governo é assim, você tem lá R\$100, ele quer que você fale que esse centésimo vai ser pra isso, ¼ vai ser pra isso... Dez pra combustível quatro pra prego... Para o indígena não existe isso. Então na prática, para a burocracia,

para a cultura indígena isso ainda é um entrave - além de não ter leis que amparem o desenvolvimento de atividades no interior”.

(Bonifácio Baniwa, em entrevista, 02/04/2012)

Visando essa conjuntura própria das associações e organizações indígenas, o Departamento de Etnodesenvolvimento passou a investir em cursos de capacitação, administração e gerenciamento de associações. Curiosamente, a *demand*a que eu havia levado à secretaria a pedido do meu colega solicitando uma visita técnica à comunidade Sateré-Mawé (cf. Capítulo 1) era referente à realização de uma dessas oficinas de capacitação, o que aponta para uma preocupação com a manutenção das associações tanto por parte delas mesmas, quanto por parte da SEIND. Tal questão também mostra como a Seind não só produz ações, mas também se pensa e se reconfigura através delas.

Essa fala do secretário também nos leva a um segundo ponto a respeito dessa mesma perspectiva. Ainda que exista o reconhecimento da produção de políticas voltadas aos indígenas, dispersas por diferentes órgãos públicos, há também uma visão crítica a respeito delas: a necessidade de “adequação” para os povos indígenas. Assim, se em um primeiro momento a existência de políticas voltadas aos povos indígenas em diversas instituições (inclusive com departamentos específicos para isso na estrutura estatal) parece ir de encontro à função da SEIND enquanto órgão do poder executivo, em outros, parece dar sentido à sua própria existência. Neste último caso, vemos por diversas vezes os interlocutores destacarem certa distintividade da SEIND em relação aos demais órgãos do governo. Quem melhor que os próprios indígenas para realizar essa adequação? Nesse sentido, não caberia à Secretaria executar diretamente as ações, mas sim, adequá-las e levá-las às *pontas* - o que pode depender do estabelecimento de alianças institucionais e pessoais dentro do governo.

Uma segunda perspectiva pode ser vinculada à fala da mesa de abertura de Marcos Apurinã, titular da COIAB, na reunião do *Comitê Gestor*. Ele iniciou mencionando suas reuniões com representantes da FUNAI e da SESAI, para logo na sequência afirmar: “nós temos indígenas lá também, mas não está como a gente quer”. Foi possível identificar posições dentro da SEIND bastante semelhantes à explicitada por Marcos, oriundas justamente da percepção a respeito do lugar institucional da Secretaria. A ênfase nos *editais* e a incessante escrita de projetos constituem uma forma de *ação* idêntica à das associações indígenas. Essa estratégia, no entanto, suscita críticas

por parte de alguns servidores e ex-servidores. Para eles, a Secretaria não deveria buscar financiamento para os projetos em outros órgãos, mas já possuir tais recursos em sua estrutura e aplicá-los conforme seus critérios. Nesse sentido, caberia à SEIND formular e executar as políticas, não apenas mediar as relações entre as organizações indígenas e os órgãos públicos.

A atuação da SEIND através dos *editais* e *projetos*, bem como a própria forma com que surgiu – intrinsecamente vinculada ao movimento indígena - leva alguns servidores a pensarem a Secretaria enquanto um posto avançado do movimento indígena. Enquanto alguns olham para tal questão como problemática, vinculando-a a *política*, e enfatizando a necessidade da *técnica*, outros a percebem como uma importante conquista do *movimento*. Através do acompanhamento diário das atividades da Secretaria, pode-se dizer que há a percepção entre os servidores de que ela ocuparia diferentes posições estratégicas, representando tanto o “governo” para os indígenas, quanto os indígenas para o “governo”.

Considerações Finais

Em *Cutting the Network* (1996), Marilyn Strathern, dialogando com as proposições de Bruno Latour a respeito da Teoria-Ator-Rede (TAR) sugere uma forma de análise que se contrapõe à ideia de que as redes poderiam ser infinitamente estendidas. De acordo com a autora, alguns elementos (sejam pessoas ou objetos) podem conter em si a rede, sendo passíveis tanto de carregá-la, quanto de encerrá-la.

Os exemplos citados ao longo do texto demonstram que cada documento carrega uma diferente história que o permitiu existir, relativa tanto às relações que envolveram seu processo de produção, quanto às conexões que o mobilizam. Mais que isso, tais documentos são partes dessas histórias. As redes, nesse sentido, são tecidas em tais movimentos que conectam não apenas pessoas e papéis, mas diferentes forças políticas. Se os laços entre as pessoas e instituições não forem sempre refeitos e as conexões atualizadas, a rede pode ser igualmente interrompida. Se os *técnicos* não conseguem “fazer o projeto acontecer”, a rede é colocada em risco.

Ainda que os procedimentos burocráticos sejam executados em à exaustão, como a etnografia dos capítulos 1 e 2 coloca, os *técnicos* e as relações que possuem com determinadas regiões ou grupos desempenham papel fundamental no funcionamento da Secretaria e no desencadeamento de tais processos burocráticos. Vimos, ao longo do primeiro capítulo, que a atenção às *demandas* além de produzir uma rotina à Secretaria, acaba também por produzir seus contornos enquanto administração pública – em alguns casos, inclusive, definindo sua estrutura administrativa. A boa realização da *técnica* no interior de um órgão de Estado revelou ser, em si mesma, uma *política*.

Ao mesmo tempo, a articulação entre pessoas e instituições, por si só, não garante a eficácia esperada da SEIND - tanto por parte das pessoas que *demandam*, quanto pelos servidores que lá estão. Tais articulações devem ser colocadas a existir em papel para se tornarem inteligíveis à administração pública e, assim, produzir os efeitos institucionais desejados. É essa materialidade que permite o surgimento de novas conexões, e que levam as comunidades e associações indígenas para o interior da Secretaria. As pessoas e papéis, como se buscou demonstrar no segundo capítulo, andam em conjunto e, contextualmente, um pode prevalecer em relação ao outro.

A produção da política da Secretaria, desta forma, não existe sem as rotinas administrativas, porque as rotinas administrativas também fazem a política e, mais que isso, elas também são a política.

Os *técnicos* da Secretaria, cuidadosamente escolhidos ou indicados por diferentes contextos políticos, são os únicos que concentram todas as qualidades e habilidades necessárias para gerar o tipo de eficácia que se espera da SEIND. Isso porquê, simultaneamente, ocupam os papéis de *técnicos*, *políticos*, *burocratas*, *lideranças* e *representantes*. A SEIND, nesse sentido, não é apenas um ponto de convergência de pessoas de diferentes trajetórias, mas também atua como produtora de tais relações: produz *técnicos*, *representatividades*, e diferentes concepções de *indianidade*.

O terceiro capítulo buscou pensar tal questão a partir da narrativa dos servidores a respeito de “estar no Estado”. Não basta apenas ocupar um lugar na administração pública; tal lugar deve ser constantemente legitimado e sua ocupação justificada perante as comunidades e organizações indígenas. De nada adianta ser servidor, e não conseguir transmitir “para as comunidades” o que se faz na SEIND – como falou Linda Marubo tal diálogo se faz necessário, pois a qualquer momento podem “pedir sua cabeça”. É também aí que reside grande parte da importância de se atualizar/produzir laços dentro e fora da Secretaria.

Frente a um contexto tão específico, pode-se dizer que a abertura de um concurso público (que, por um lado, aponta para certa estabilidade da SEIND na estrutura estatal), é capaz de interromper todo esse movimento e, assim, toda a eficácia que a SEIND, a partir de uma perspectiva indígena, deve produzir.

A escrita de *projetos* com o objetivo de atender as demandas evidencia que a SEIND, enquanto instituição da administração pública, acaba também por produzir uma política específica – que, por sua vez, é expressa em uma forma de ação bastante semelhante à das associações e organizações indígenas. As rotinas administrativas e procedimentos burocráticos, nesse sentido, fazem parte da produção dessa “política indígena”, construindo também a especificidade da SEIND enquanto instituição da administração pública. Percebemos então que os limites do próprio Estado se tornam porosos no decorrer de tais processos, contudo, fazer parte dele potencializa a produção (e, talvez, reprodução) de uma política feita por organizações indígenas em seu interior.

O que está sendo colocado em questão ao abordarmos tais movimentos são diferentes formas de registros e de propagação de saberes. O imbricamento destes modos de fazer e de conhecer produz a SEIND enquanto um órgão ‘híbrido’, parte movimento, parte governo, parte política e parte técnica. Os limites da Secretaria, nesse

sentido, se tornam imprecisos, uma vez que seu 'interior' e 'exterior' são construídos sempre contingentemente aos processos que os cercam.

Referências Bibliográficas

ABÉLÈS, Marc. "Identity and Borders: An Anthropological Approach to EU Institutions", *21th Century Studies*, Milwaukee, On-Line Working Papers from the University of Wisconsin. Disponível em:
<http://www4.uwm.edu/c21/pdfs/workingpapers/abeles.pdf>

ALBERT, Bruce. 2000. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: RICARDO, Carlos Alberto (editor) Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000, São Paulo: Instituto Socioambiental, p.197-207.

AMAZONAS (estado). 2008. Fundação Estadual dos Povos Indígenas - FEPI. Manual de Integração e Regulamentação Interna da Fundação Estadual dos Povos Indígenas.

BEVILAQUA, Ciméa B.; LEIRNER, Piero C. 2000. "Notas sobre a análise antropológica de alguns setores do Estado brasileiro". *Revista de Antropologia* 43(2):105-140.

BEVILAQUA, Ciméa B. 2003. "Etnografias do Estado: algumas questões metodológicas e éticas". *Campos* 3: 51-64.

BOURDIEU, Pierre. 1996 [1994]. "Espíritos de Estado : gênese e estrutura do campo burocrático ". In *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Decreto de Lei nº25.457, de 29 de novembro de 2.005. Dispõe sobre a constituição do Conselho Estadual dos Povos Indígenas. Diário Oficial do Amazonas, AM.

BRASIL. Lei nº 2.869 de 22 de Dezembro de 2003. Institui o Código de ética profissional dos Servidores Públicos Cíveis e dos Militares do Estado do Amazonas. Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, AM. Número 30.286. Ano CX.

BRASIL. Lei nº3.403 de 07 de Julho de 2009. Dispõe sobre a criação da Secretaria Estadual para os Povos Indígenas – SEIND. Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, AM. Número 31.623. Ano CXIV.

CLASTRES, Pierre. 2003 [1974]. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac&Naify.

CLASTRES, Pierre. 2004 [1980]. *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Cosac&Naify.

GUPTA, Akhil; SHARMA, Aradhana. 2006. "Introduction". In A. Sharma & A. Gupta (eds.) *The Anthropology of the State: a reader*. pp. 1-41.

HARTUNG, Miriam Furtado. 2009. "Saberes reversos ou o difícil diálogo entre saberes 'tradicionais' e poderes estatais". *Antropologia em Primeira Mão* nº 115. Florianópolis: PPGAS/UFSC (24 pp.)

- IUBEL, Aline Fonseca. 2009. “Sensibilidades e Documentos: o movimento de pessoas, fatos e palavras em um direito”. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- KRAMER, Ana María Gorosito. 2008. “Convenios y leyes: la retórica políticamente correcta del Estado. *Cuadernos de Antropología Social* 28: 51–65.
- LATOUR, Bruno. 2002. *La fabrique du droit. Une ethnographie du Conseil d'État*. Paris: La Découverte.
- LATOUR, Bruno. (2000-a). A ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo, Unesp
- LEAL, Alejandra. 2006. “Burocracia, justicia y pluralismo jurídico. Una exploración de los espacios del poder en Oaxaca. *Alteridades* 16(31): 39-48. México: Distrito Federal, Universidad Autónoma Metropolitana.
- PANTALEON, Jorge. 2004. *Entre la Carta y el Formulario: política y técnica en el desarrollo social*. Buenos Aires: Antropofagia.
- POTTAGE, Alain. 2004. "Introduction: the fabrication of persons and things." In: A. Pottage & M. Mundy (eds.), *Law, anthropology, and the constitution of the social*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 1-39.
- RICHTER, Vitor. 2012. “Seguindo as Vias: declaração de nascido vido, identificação e mediação”. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- RICKLI, João Frederico. 2003. “A comunidade da benção: religião, família e trabalho na colônia Castrolanda”. 146 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- RENOLDI, Brígida. 2010. “Persona, agencia y estado: rutinas de instrucción judicial en el proceso federal argentino”. *Cuadernos de Antropología Social* 32: 95-120.
- SCHAVELZON, Salvador. 2010. “Antropología del Estado, su lugar, algunas problemáticas”. *Publicar en Antropología y Ciencias Sociales IX*: 75-100. Colegio de Graduados de La República Argentina. Disponível em: http://www.cga.org.ar/revista_publicar_en_antropologia_y_ciencias_sociales.php
- SCHAVELZON, Salvador. 2010. “A abertura e o Estado Pluralista como busca de solução constitucional ao problema das duas Bolívias”. *Cadernos PROLAM/USP*, ano 9, v. 1, pp. 80-97.
- SHORE, Cris. 2006. “*In uno plures*- EU Cultural Policy and the Governance of Europe”. *Cultural Analysis* 5 :7-26.
- SOUZA LIMA, Antônio Carlos; TEIXEIRA, Carla C. 2010. “A Antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou campo de dispersão?”. In Carlos B. Martins (coord. geral); Luís Fernando D. Duarte (coord. de área). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: Antropologia*. São Paulo: ANPOCS, pp. 51-95.

STRATHERN, Marilyn. Cutting the Network. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 2 (3), 1996. p.517-535.

WEBER, Max. 1968 [1946]. "Burocracia". In *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores (:229-282).

YNGVESSON, Barbara; Susan Coutin. 2008. "Schrödinger's Cat and the Ethnography of Law". *PoLAR-Political and Legal Anthropology Review* **31**(1):61-78.

Anexo I

Lei nº 3.403, de 7 de julho de 2009

DISPÕE sobre a criação da **Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND**, definindo suas finalidades, competências e estrutura organizacional, fixando o seu quadro de cargos comissionados, **AUTORIZA** a extinção da **Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI**, e dá outras providências.

CAPÍTULO I **DA CRIAÇÃO, DAS FINALIDADES E DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 1.º Fica criada a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND, órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo.

Art. 2.º A Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND tem como finalidade a formulação, execução e implementação da política de etnodesenvolvimento do Estado, em parceria com outras instituições dos governos federal, estadual e municipal, com as comunidades, organizações indígenas e entidades não-governamentais, com atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável e à preservação de valores culturais e históricos definidos e aprovados pelo Conselho Estadual dos Povos Indígenas.

Art. 3.º Para o cumprimento do disposto no artigo anterior, sem prejuízo de outras ações e atividades previstas em normas legais e regulamentares, compete à Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND:

I - a coordenação das ações do Governo do Estado em atenção às comunidades indígenas;

II - a formulação e implementação da política de etnodesenvolvimento, com vistas ao fortalecimento das organizações tradicionais e das organizações das comunidades indígenas, possibilitando a apropriação de novas técnicas de saber;

III - o estabelecimento de parcerias com organismos governamentais, entidades não-governamentais, organizações indígenas e empresas privadas, com vistas a viabilizar a execução das ações promotoras do etnodesenvolvimento;

IV - a valorização da diversidade cultural constitutiva da sociedade regional, respeitando os processos próprios das comunidades, em atenção ao reconhecimento da cidadania indígena;

V - a promoção:

a) da captação de recursos financeiros junto aos órgãos e entidades do Governo Brasileiro, órgãos internacionais e empresas privadas em benefício das comunidades indígenas e em respeito ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável;

b) das ações referentes à preservação dos valores, bens culturais e históricos, representativos da memória indígena;

c) da formação, da capacitação e do aperfeiçoamento de lideranças indígenas em relação à legislação social, ambiental e educacional;

d) da pesquisa, com a produção do conhecimento para uma ciência aplicada, de forma institucional ou interagindo com outras instituições;

VI - a contribuição para aprofundar a compreensão da realidade da população indígena, por meio da pesquisa, com a produção do conhecimento para uma ciência aplicada, funcionando como centro de referência no campo sócio-educacional, político, histórico e cultural;

VII - o estímulo e a defesa da valorização científica e cultural das comunidades indígenas;

VIII - o assessoramento na formulação e na execução de políticas públicas sócio-educativas, no âmbito das comunidades indígenas, inclusive a assistência técnica;

IX - o estímulo a todas as formas de produção que gerem renda, a fim de fortalecer a identidade cultural das comunidades indígenas;

X - a garantia do funcionamento do Conselho Estadual dos Povos Indígenas;

XI - a execução de outras ações e atividades pertinentes às suas finalidades.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4.º Dirigida por um Secretário de Estado, com o auxílio de um Secretário Executivo e de um Secretário Executivo Adjunto, a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND tem a seguinte estrutura organizacional:

I - ÓRGÃO COLEGIADO

a) Conselho Estadual dos Povos Indígenas

II - ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA E ASSESSORAMENTO

a) Gabinete

b) Assessoria

III - ÓRGÃOS DE ATIVIDADES-MEIO

a) Secretaria Executiva de Gestão e Planejamento

1. Departamento de Administração

2. Departamento de Orçamento e Finanças

IV - ÓRGÃOS DE ATIVIDADES-FIM

a) Secretaria Executiva Adjunta de Etnoconservação, Diversidade Cultural, Serviços Sociais e Etnodesenvolvimento

1. Departamento de Etnoconservação, Diversidade Cultural e Etnodesenvolvimento

2. Departamento de Atenção e Serviços Sociais

Parágrafo único. O Conselho Estadual dos Povos Indígenas tem sua composição, competências e forma de funcionamento disciplinadas em ato específico, conforme o disposto na legislação aplicável.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5.º As unidades integrantes da estrutura organizacional da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND têm as seguintes competências, sem prejuízo de outras ações e atividades previstas no seu Regimento Interno:

I - GABINETE - programação, coordenação, supervisão e execução das atividades de representação política, administrativa e social do Secretário de Estado;

II - ASSESSORIA - assistência ao Secretário de Estado, ao Secretário Executivo, ao Secretário Executivo Adjunto e aos Chefes de Departamento em assuntos técnicos e administrativos; assessoramento aos gestores principais do órgão em matéria jurídica, por meio de orientação ou mediante emissão de pareceres ou elaboração de outros documentos, em processos ou procedimentos pertinentes às finalidades e competências da Secretaria, com vistas ao controle prévio da conformidade à lei dos atos a serem praticados;

III - SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO – assistência ao Secretário de Estado na supervisão geral das atividades da Secretaria, incluídas as ações da Secretaria Executiva Adjunta; coordenação e controle das atividades desenvolvidas pelos Departamentos de Administração e de Orçamento e Finanças; auxílio ao Secretário na definição de diretrizes e no desenvolvimento das ações na área de sua competência;

IV - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – coordenação, supervisão e execução das atividades relativas à administração de pessoal, recursos humanos, material e patrimônio, serviços gerais, protocolo administrativo, transporte e informática;

V - **DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS** – coordenação, supervisão e execução das atividades relativas à execução orçamentária e financeira da Secretaria; contabilidade de convênios e contratos;

VI - **SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA DE ETNOCONSERVAÇÃO, DIVERSIDADE CULTURAL, SERVIÇOS SOCIAIS E ETNODESENVOLVIMENTO** – coordenação e organização das pesquisas junto às organizações indígenas e implementação de um sistema de rede que valorize a arte e as manifestações culturais, fomentando a sustentabilidade e a identidade etnocultural dos povos indígenas; formulação e implementação de políticas públicas focadas na geração de renda, na promoção da produção e comercialização agroextrativista sustentável, no manejo dos recursos naturais e no ordenamento territorial, visando à promoção humana, socioambiental e econômica das populações indígenas; assistência social às populações indígenas infantil, de idosos, portadores de necessidades especiais e dependentes químicos, articulando e implementando ações junto aos setores e às Secretarias de Estado competentes para a prestação de serviços às populações indígenas em saúde, educação e cultura;

VII - **DEPARTAMENTO DE ETNOCONSERVAÇÃO, DIVERSIDADE CULTURAL E ETNODESENVOLVIMENTO** – articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Cultura e Pesquisa, órgãos afins, organizações indígenas e organizações não-governamentais a fim de assegurar aos povos indígenas ensino de qualidade, respeitando suas especificidades culturais e garantindo sua participação plena nos projetos de desenvolvimento do país;

VIII - **DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO E SERVIÇOS SOCIAIS** – articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Assistência Social e de Políticas Sociais, órgãos afins, organizações indígenas e organizações não-governamentais para assegurar a assistência social às populações indígenas infantil, de idosos, portadores de necessidades especiais e dependentes químicos, articulando e implementando ações de sua competência.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS DOS DIRIGENTES

Art. 6.º As competências do Secretário de Estado, do Secretário Executivo e do Secretário Executivo Adjunto são as estabelecidas nos artigos 16 a 18 da Lei Delegada n.º 67, de 18 de maio de 2007.

Art. 7.º Sem prejuízo do disposto no Regimento Interno da Pasta, são atribuições comuns dos demais dirigentes das unidades que compõem a estrutura organizacional da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND:

- I - gerir as áreas operacionais sob sua responsabilidade;
- II - assegurar padrões satisfatórios de desempenho em suas áreas de atuação;
- III - zelar pelos bens e materiais sob sua guarda, garantindo adequada manutenção, conservação, modernidade e funcionamento;
- IV - promover permanente avaliação dos servidores que lhes são subordinados, com vistas à constante melhoria dos serviços;
- V - propor medidas disciplinares, na forma da legislação específica;
- VI - julgar os recursos contra atos de seus subordinados, quando couber;
- VII - executar outras ações, em razão da natureza da unidade sob sua direção, sob a orientação ou por determinação do Secretário de Estado, do Secretário Executivo ou do Secretário Executivo Adjunto.

CAPÍTULO V DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 8.º Os cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND são os especificados no Anexo I desta Lei, extintos os cargos constantes do Anexo Único da Lei Delegada n.º 115, de 18 de maio de 2007.

Parágrafo único. Os cargos a que se refere este artigo serão ocupados, preferencialmente, por servidores da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9.º Fica autorizada a extinção da Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI, com observância do disposto na legislação pertinente, e transferidas as atribuições, finalidades e o patrimônio para a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND.

Parágrafo único. A promoção do encerramento das atividades e a extinção da Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI serão efetivadas, no prazo de 06 (seis) meses, por uma comissão composta por 05 (cinco) membros, designados dentre os servidores da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas – SEIND, pelo titular da Pasta.

Art. 10. Ficam transferidos para a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND:

I - a representação do Estado do Amazonas, com os direitos e as obrigações consequentes, nos contratos, convênios e demais ajustes firmados pela Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI, cujos objetivos guardem relação com as competências da Pasta, ficando autorizada a celebrar os necessários termos aditivos;

II - os bens patrimoniais móveis e imóveis da Fundação Estadual dos Povos Indígenas – FEPI, especificados em inventário sob a supervisão de servidor designado pelo Secretário de Estado de Administração e Gestão.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Poder Executivo, em favor da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas, crédito adicional especial no valor de R\$ 1.270.201,52 (um milhão, duzentos e setenta mil, duzentos e um reais e cinquenta e dois centavos), para atender à programação constante do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação das dotações indicadas no Anexo III desta Lei.

Art. 12. Fica criado, a contar da publicação desta Lei, 01 (um) cargo de Secretário Extraordinário.

Art. 13. Em razão do disposto nesta Lei, a Lei Delegada n.º 67, de 18 de maio de 2007, passa a vigorar com a inclusão da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND, na estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, prevista no artigo 5.º, bem como com a modificação dos quantitativos previstos no artigo 12, caput, 13, §1.º do referido diploma legal.

Art. 14. Revogadas as disposições em contrário, com a ressalva constante do artigo 12, esta Lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Anexo II**DECRETO Nº 25.457, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2.005.**

DISPÕE sobre a constituição do **CONSELHO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS**, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual, e considerando o disposto na Lei Delegada nº 44, de 29 de julho de 2.005 e o que mais consta do Processo nº 6.529/ 2.005 – **CASA CIVIL**,

DECRETA:

Art. 1º O CONSELHO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS, fica assim constituído:

I - MEMBROS NATOS:

- a) **VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA** – Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- b) **CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA**- Secretário de Estado de Justiça e Cidadania;
- c) **GEDEÃO TIMÓTEO AMORIM** –Secretário de Estado de Educação e Qualidade de Ensino;
- d) **WILSON DUARTA ALECRIM** – Secretário de Estado de Saúde;
- e) **GEORGE TASSO LUCENA SAMPAIO**- Secretário de Política Fundiária;
- f) **MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS** – Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia;
- g) **BONIFÁCIO JOSÉ** – Presidente da Fundação Estadual dos Povos Indígenas;
- h) **IRACEMA ALENCAR DE QUEIROZ** – Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas –IPAAM.

II - MEMBROS DESIGNADOS:

- a) **AGEU FLORÊNCIO DA CUNHA** - Representante do Ministério Público Federal;
- b) **HIDEMBERG ORDOZGOITH FROTA** – Representante da Universidade Federal do Amazonas – UFAM;
- c) **LOURENÇO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA** – Representante da Universidade do Estado do Amazonas – UEA;
- d) **PEDRO GARCIA** – Representante do Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
- e) **FRANCISCO JOSÉ DA COSTA AIRES** - Representante da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA;
- f) **JOSÉ MÁRIO DOS SANTOS FERREIRA**- Representante do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas – CEEI / AM;
- g) **MOACIR ARIPUANÃ** – Representante da Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus – OPIMP;
- h) **AURÉLIO TANHARIM** – Representante da Organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira – OPIAM;
- i) **DOMINGOS SÁVIO BORGES BARRETO** – Representante da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN;
- j) **NINO FERNANDES** – Representante do Conselho Geral da Tribo Ticuna- CGTT;
- k) **ALDEMÍCIO BASTOS** – Representante da Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna – FOCCITT;
- l) **JORGE OLIVEIRA DUARTE** – Representante do Conselho Indígena do Vale do Javari – CIVAJA;

- m) **FRANCISCO CARDOSO MUNDURUKU** – Representante da União dos Povos Indígenas Munduruku e Sateré Mawé – **UPIMS**;
- n) **TOMÉ CRUZ** – Representante da União das Nações Unidade de Tefé – Uni- Tefé;
- o) **OBADIAS BARBOSA GARCIA** – Representante do Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé – **CGTSM**;
- p) **JECINALDO BARBOSA CRUZ** – Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – **COIAB**;
- q) **CLARINDO CHAGAS CAMPOS** – Representante da Associação Indígena de Barcelos – **ASIBA**;
- r) **ESTÉVÃO LEMOS BARRETO** – Representante da Confederação das Organizações Indígenas do Amazonas – **COIAM**;
- s) **LÚCIA SARMENTO REZENDE** – Representante da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro – **AMARN**; e
- t) **DONATO VARGAS** – Representante da Associação dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro - **APIARN**.

Art. 2º Os Conselheiros nomeados na forma do Art. anterior, cumprirão mandato nos termos da Lei Delegada nº 44, de 29 de julho de 2.005.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de novembro de 2.005.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 29 de novembro de 2.005.

EDUARDO BRAGA
Governador do Estado

JOSÉ ALVES PACÍFICO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CARLOS LÉCIO LAURIA FERREIRA
Secretário de Estado de Justiça e Cidadania

GEDEÃO TIMÓTEO AMORIM
Secretário de Estado de Educação e Qualidade de Ensino

WILSON DUARTE ALECRIM
Secretário de Estado de Saúde

GEORGE TASSO LUCENA SAMPAIO CALADO
Secretário de Estado de Política Fundiária

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS
Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia

Anexo III

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O/a Sr/Sra está sendo convidado/a para participar da pesquisa “**Índios e não-índios na administração pública: uma etnografia da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Estado do Amazonas**”, desenvolvida por **Tiemi Kayamori Lobato da Costa**, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social a Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Ciméa Barbato Bevilaqua.

Este estudo tem como objetivo refletir sobre os desdobramentos do movimento indígena a partir de sua relação com a administração pública na Secretaria de Estado para os Povos Indígenas – SEIND. Trata-se de uma pesquisa etnográfica que utilizará como instrumentos de coleta de dados:

- a) o levantamento documental de informações sobre a SEIND a fim de reconstruir a trajetória de criação da Secretaria;
- b) acompanhar, documentar e registrar o processo interno diário da Secretaria na administração pública, buscando perceber a forma com que as políticas públicas voltadas às populações indígenas são elaboradas;
- c) refletir sobre a trajetória dos funcionários indígenas e não indígenas da Secretaria, atividade que será realizada por meio de entrevistas;
- d) levantar o relacionamento interinstitucional da Seind com outras instituições do Governo e fora dele, com as organizações indígenas e não indígenas, a fim de refletir sobre o modelo de gestão de políticas públicas.

Sua participação nesta pesquisa se dará por meio de entrevista e, no que couber, na viabilização dos procedimentos de coleta de dados enunciados acima.

Essa participação não lhe trará benefícios diretos, mas contribuirá para o melhor conhecimento da trajetória da SEIND, de seu trabalho na formulação e implementação de políticas públicas e de suas relações com outras instituições governamentais, organizações indígenas e não indígenas.

As informações obtidas através da pesquisa serão tratadas com confidencialidade e destinadas unicamente a fins acadêmicos. No entanto, pode ocorrer que na divulgação de resultados da pesquisa os entrevistados possam ser identificados em virtude das posições que ocupam.

O/a sr/a receberá uma cópia deste termo, onde constam os meios de contato com a pesquisadora e com o PPGAS/UFPR, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Tiemi Kayamori Lobato da Costa - Pesquisadora – tiemicosta@gmail.com – (92) 82453281

Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
 Rua General Carneiro, 460 – 6º andar
 80.240-170 – Curitiba - Paraná
 (41) 3360-5272 - ppgas@ufpr.br

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome:

Anexo IV:

Grupo e região	Terra Indígena
Tukano (AM, Colombia e Venezuela)	Alto Rio Negro
	Médio Rio Negro I
	Médio Rio Negro II
	Rio Apaporis
	Rio Tea
	Balaio
	Baixo Rio Negro
	Aldeia Beija Flor
	Cué-Cué/Marabitanas
Baniwa (AM, Colombia e Venezuela)	Alto Rio Negro
	Médio Rio Negro I
	Médio Rio Negro II
	Balaio
	Baixo Rio Negro
	Cué-Cué/Marabitanas
Marubo (AM)	Vale do Javari
	Aldeia Beija Flor
Mura (AM)	Padre
	Paraná do Arauató
	Rio Jumas
	Pinatuba
	Rio Urubu
	Rio Manicoré
	Fortaleza do Castanho
	Cuia
	Gavião
	Lago Aiapuá
	Lago Capanã
	Lago Jauari
	Méria
	Miguel/Josefa
	Natal/Felicidade
	Patauí
	Paracuhuba
	Recreio/São Félix
	São Pedro
	Trincheira
	Cunhã-Sapucaia
	Tabocal
	Apipica
Ariramba	
Boa Vista	
Itaitinga	

	Miratu
	Capivara
	Muratuba
	Guapenu
	Setemã
	Arary
	Pantaleão
	Lago do Marinheiro
	Ponciano
	Sissaíma
	Vista Alegre
	Murutinga/Tracajá
	Aldeia Beija Flor
	Jauary
	Lago do Limão
Miranha (AM e Colombia)	Cajuhiri Atravessado
	Cuiú-Cuiú
	Barreira da Missão
	Méria
	Miratu
Munduruku (AM, MT, PA)	Coatá-Laranjal
	Aldeia Beija Flor
Sateré-Mawé (AM)	Andirá-Marau
	Coatá-Laranjal
	Aldeia Beija Flor
Apurinã (AM, MT, RO)	Torá
	Seruini/Marienê
	Água Preta/Inari
	Lago do Barrigudo
	Igarapé Paiol
	Fortaleza do Patauá
	Acimã
	Alto Sepatini
	Apurinã do Igarapé Tauamirim
	Apurinã km-124 BR-317
	Boca do Acre
	Caititu
	Camicuã
	Catipari/Mamoriá
	Guajahã
	Paumari do Cuniuá
	Paumari do Lago Paricá
	Peneri/Tacaquiri
	São Pedro do Sepatini
	Tumiã

	Paumari do Lago Marahã
	Apurinã do Igarapé São João
	Jatuarana
	Apurinã do Igarapé Mucuí
	Baixo Seruini/Baixo Tumiã
	Itixi Mitari
Tenharim (AM)	Sepoti
	Tenharim/Marmelos
	Tenharim do Igarapé Preto
	Tenharim Marmelos (Gleba B)
Ticuna (AM, Colombia e Peru)	Cajuhiri Atravessado
	Nova Esperança do Rio Jandiatuba
	Lauro Sodré
	Tupã-Supé
	Bom Intento
	Riozinho
	Barreira da Missão
	Betânia
	Évare II
	Ilha do Camaleão
	Lago Beruri
	Macarrão
	Porto Praia
	São Leopoldo
	Tikuna Feijoal
	Tikuna de Santo Antônio
	Tikuna Porto Espiritual
	Tukuna Umariçu
	Uati-Paraná
	Vui-Uata-In
	Maraitá
	São Francisco do Canimari
	Sururuá
	Matintin
Porto Limoeiro	
Lago do Correio	
Estrela da Paz	
Évare I	
Mayuruna ou Matsés (AM e Peru)	Marajaí
	Vale do Javari